

Instituto Politécnico de Beja

Escola Superior de Educação

Mestrado Serviço Social - Riscos Sociais e Desenvolvimento Local

Percursos de vida de mulheres vítimas do crime de violência
doméstica: estudo de caso

Sara Peleira Soares

Beja

2023

Instituto Politécnico de Beja

Escola Superior de Educação

Mestrado Serviço Social - Riscos Sociais e Desenvolvimento Local

Percursos de vida de mulheres vítimas do crime de violência doméstica:
estudo de caso

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Serviço Social – Riscos
Sociais e Desenvolvimento Local, apresentado na Escola Superior de
Educação do Instituto Politécnico de Beja

Elaborado por:

Sara Peleira Soares, nº 23299

Orientado por:

Professora Doutora Adelaide Fernandes Pires Malainho

Coorientado por:

Professora Doutora Dália Costa, ISCSP-ULisboa

Beja

2023

Agradecimentos

Para que esta dissertação chegasse ao fim, foi crucial o contributo de diversas pessoas; a todas elas uma palavra de agradecimento:

A Deus, porque sem Ele não era possível chegar até ao fim;

À minha orientadora, professora doutora Adelaide Malainho, e coorientadora, professora doutora Dália Costa, pelos seus contributos que permitiram que a dissertação chegasse a bom porto;

À Fundação Vitor Reis Morais que permitiu realizar a investigação na Casa de Abrigo;

À equipa técnica da Casa de Abrigo, pelo apoio prestado no decorrer de toda a investigação;

Às mulheres que participaram no estudo, pelo o tempo que disponibilizaram;

À minha família, amigos e colegas de mestrado, pelo apoio prestado ao longo deste tempo.

Índice

Índice de tabelas

Siglas usadas no texto

Resumo

Abstract

Introdução

Capítulo I. Enquadramento Teórico.....	10
1.1 Evolução histórica do conceito de violência doméstica em Portugal	10
1.2 A violência Doméstica no seio da família	14
Capítulo II. A Violência Doméstica em Portugal.....	18
2.1 Enquadramento Jurídico-Legal.....	18
2.2 Caracterização do fenómeno.....	21
Capítulo III. Intervenção do Serviço Social em casos de Violência Doméstica	23
Capítulo IV. As Casas de Abrigo em Portugal	26
Capítulo V. Opções Metodológicas	28
5.1 Objeto e Objetivos de Pesquisa.....	28
5.2 Justificação das opções metodológicas	29
5.3 Princípios Éticos na Dissertação	30
Capítulo VI. Resultados do Estudo	31
6.1 O contexto de Pesquisa: Caracterização da Instituição.....	31
6.2 Caracterização Sociodemográfica das mulheres entrevistadas.....	33
6.3 Contexto Familiar e Social das utentes	34
6.4 Características da Violência.....	35
6.5 Processo de Denúncia	36
6.6 Processo de entrada e permanência na Casa de Abrigo.....	38
6.7 Projeto de vida e perspetivas para o futuro	40
6.8 Intervenção do Serviço Social junto das mulheres entrevistadas	41
Conclusões	44
Bibliografia	52
Apêndice	57
Apêndice 1 – Cronograma	57
Apêndice 2 – Declaração de Consentimento Informado	58

Apêndice 3 – Guião de Entrevista às Mulheres	59
Apêndice 4 – Guião de Entrevista às/aos Profissionais da Equipa técnica.....	63
Apêndice 5 – Transcrição da Entrevista à “Carla”	65
Apêndice 6 – Transcrição da Entrevista à “Joana”	73
Apêndice 7 – Transcrição da Entrevista à “Sofia”	80
Apêndice 8 – Entrevista à Assistente Social	87
Apêndice 9 – Entrevista à Educadora Social	89
Apêndice 10 – Entrevista à Psicóloga.....	90
Apêndice 11 – Categorias de Análise das Entrevistas	94
Apêndice 12 – Análise à Entrevista à “Carla”	96
Apêndice 13 – Análise da Entrevista à “Joana”	109
Apêndice 14 – Análise da Entrevista à “Sofia”	119
Apêndice 15 – Análise da Entrevista à Assistente Social	131
Apêndice 16 – Análise da Entrevista à Educadora Social	136
Apêndice 17 – Análise à Entrevista da Psicóloga.....	139

Índice de tabelas

Tabela 1 - Dados biográficos das utentes entrevistadas	33
---	----

Siglas usadas no texto

APAV Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

APSS Associação de Profissionais de Serviço Social

CA Casa de Abrigo

CEJ Centro de Estudos Judiciários

FS Forças de Segurança

FVRM Fundação Vítor Reis Morais

GNR Guarda Nacional Republicana

ISCSP Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

OMS Organização Mundial de Saúde

PSP Polícia de Segurança Pública

RNAVVD Rede Nacional de Apoio à Vítima de Violência Doméstica

RASI Relatório Anual de Segurança Interna

Resumo

A violência doméstica é uma das formas de violência sobre a mulher mais resistente a mudança, demonstrando a existência de estereótipos de gênero e relações de poder desiguais entre homens e mulheres, quer na relação de conjugalidade, quer na sociedade em geral. O impacto deste tipo de violência não é sentido somente pela vítima, mas por todos os que a rodeiam, especialmente a sua família e a comunidade onde está inserida. A dissertação visa compreender o processo vivido por mulheres vítimas de violência doméstica, até à sua entrada numa Casa de Abrigo. O estudo empírico tem como pergunta de partida: *Como é o percurso de vida de mulheres vítimas do crime de violência doméstica protegidas em casa de abrigo?* O método qualitativo presta-se a entender a problemática como um todo e na sua complexidade, optando-se por histórias de vida que permitam conhecer e relacionar os vários contextos da vida: social e familiar e o institucional incluindo neste o contributo da Casa de Abrigo e da intervenção profissional para a reorganização do projeto de vida das mulheres. Foram realizadas seis entrevistas, três a mulheres que estavam em Casa de Abrigo e três à equipa técnica, entre 19 e 23 de junho de 2023. Os resultados, apesar de não poderem ser extrapolados por se tratar de uma amostragem por conveniência, sugerem que o fenómeno de violência doméstica apresenta diversos contornos, influenciado por características individuais e de contexto social, no entanto, os processos de lidar com o crime de violência doméstica têm pontos em comum. O estudo sustenta algumas recomendações para futuras investigações, que permitam um aprofundamento de vários temas ligados à violência doméstica.

Palavras-chave: Casa de Abrigo; história de vida; intervenção profissional; serviço social; violência doméstica; vítima.

Abstract

Domestic violence is one of the forms of violence against women that is most resistant to change, demonstrating the existence of gender stereotypes and unequal power relations between men and women, both in the marital relationship and in society in general. The impact of this type of violence is not only felt by the victim, but by all those around her, especially her family and the community in which she lives. The dissertation aims to understand the process experienced by women victims of domestic violence, until their entry into a Shelter House. The starting question of the empirical study is: *What is the life path of women victims of the crime of domestic violence protected in a shelter?* The qualitative method lends itself to understanding the problem as a whole and in its complexity, opting for life histories that allow knowing and relating the various contexts of life: social and family and institutional, including the contribution of the Shelter House and professional intervention to the reorganization of the women's life project. Six interviews were conducted, three with women who were in the Shelter House and three with the technical team, between June 19 and 23, 2023. The results, although they cannot be extrapolated because it is a convenience sampling, suggest that the phenomenon of domestic violence has several contours, influenced by individual characteristics and social context, however, the processes of dealing with the crime of domestic violence have points in common. The study supports some recommendations for future research, which allow a deepening of various themes related to domestic violence.

Keywords: Shelter House; life history; professional intervention; social work; domestic violence; victim.

Introdução

A violência doméstica é um fenómeno complexo e de difícil entendimento, causador de grandes impactos na vida das vítimas e de todos aqueles que as rodeiam. A literatura a partir da década de 70 do século XX começou a dar-lhe visibilidade, por via do movimento feminista e do registo de casos, passando ao foro privado para um fenómeno que implica a sociedade inteira na sua prevenção e resolução. O crime de violência doméstica ocorre nas relações familiares e para-familiares (Costa, 2019).

O conceito de família tem sofrido diversas alterações e, na modernidade, passou a ser considerada como um espaço onde os indivíduos sentem-se amados e aceites, onde desenvolvem a sua socialização e formam a sua identidade. Contudo, em muitos casos não é o que acontece e, muitas famílias são marcadas pela violência. A violência atinge todos os membros do agregado familiar, quando o agressor utiliza a força ou pressão psicológica para resolver os conflitos, a fim de afirmar a sua posição de domínio. Face a esta compreensão do fenómeno, em Portugal, têm sido feitos avanços legais na área da violência doméstica, especialmente no pós 25 de abril de 1974, através da luta de algumas associações feministas. A pressão da agenda europeia levou o governo português, no final da década de 90 do século XX, a redigir os primeiros planos nacionais contra a violência doméstica. Antes disso, em 1982 o código penal definiu os maus-tratos ao cônjuge como crime tendo este tipo jurídico vindo a sofrer diversas alterações. Em 2009, a Lei 112/2009 estabeleceu um regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica e à proteção e assistência às vítimas. Apesar de tudo o crime continua a ser difícil de prevenir e a proteção das vítimas primárias: mulheres e crianças, principalmente, implica a intervenção efetuada em Casa de Abrigo.

Capítulo I. Enquadramento Teórico

1.1 Evolução histórica do conceito de violência doméstica em Portugal

A violência não é algo novo, sempre existiu nas suas mais variadas formas. Contudo é importante considerar que existem vários géneros de violência, sendo que uns são menos visíveis que outros. Como é o caso da violência doméstica que, durante muitos anos, foi ignorada “sendo considerada como uma questão menor, relativa ao foro privado e ligada a tradições e costumes milenários” (Carrilho, 2018, p. 21).

Importa referir que a violência doméstica feminina só começou a ter visibilidade na década de 70 do século XX, através dos movimentos feministas dos Estados Unidos da América e do Reino Unido, com destaque para Inglaterra. Nos anos 70:

este fenómeno ainda não era visto como crime mas era tratado como um “síndrome da mulher batida” ou “síndrome da esposa espancada”, síndrome este que foi descrito como um “fenómeno consideravelmente importante de abuso ou brutalidade contra as mulheres no casal”, englobando para a maioria dos autores tanto os tipos de violência físicas, que se pode traduzir nomeadamente em nódoas negras, fraturas, queimaduras, marcas de tentativa de estrangulamento, como a violência psicológica, que se pode manifestar no medo, no isolamento social ou na dependência emocional (Carrilho, 2018, p. 21).

Quando este tema passou a ter uma maior visibilidade e suscitar maior preocupação, teve como impacto imediato “a criação de programas sociais e jurídicos específicos, sendo de ressaltar as casas de abrigo” (Carrilho, 2018, p. 21).

A violência doméstica é estrutural, como se deduz do facto de “já desde os tempos do direito romano encontramos a noção de pater famílias, noção que diz respeito ao homem que detinha o poder absoluto da vida ou morte dos seus descendentes” (Carrilho, 2018, p. 21). Nesta altura, quando a mulher se casava, o seu marido detinha o poder absoluto sobre a sua vida, assim como a dos seus filhos. A Lei das XII Tábuas (lei romana) é um exemplo. Esta lei concedia ao homem o direito “de vida e morte dos seus filhos e o poder de vendê-los, quanto à mulher, esta era um bem que podia ser vendido, dado ou trocado” (Carrilho, 2018, p. 21), revelando, assim, que a vida da mulher, durante largos anos, não tinha valor algum, acabando por viver debaixo da alçada do homem.

Deste modo, a agilização de recursos humanos e materiais para agir nestas situações é recente, surgindo após um processo de reconhecimento da problemática, como se afirma num Manual do Centro de Estudos Judiciários (Costa, 2019, p. 23):

(...) numa trajetória histórica que vem de se considerar este um problema privado, isto é, das relações privadas, familiares, até ao seu reconhecimento como problema político, por ser coletivo, afetando as sociedades para além das pessoas diretamente vitimadas, por afetar grande número de pessoas e por não poder resolver-se apenas com intervenções individualizadas, isto é, dirigidas a indivíduos. O reconhecimento das causas estruturais subjacentes a este problema social ainda não foi feito em todas as sociedades, não obstante o papel das organizações internacionais, como a Organização Mundial de Saúde (OMS) na demonstração deste facto.

Em Portugal foi através da implementação da 1ª República, em 1910, que “o conceito de família (...) foi abalado e surgiram ideais de igualdade entre os cônjuges e surgiu a primeira lei do divórcio” (Martins et al., 2017, p. 10), porém, quando se iniciou a época do Estado Novo, os ideais conquistados foram modificados, como afirmam Martins et al., (2017, p. 10) “com a trilogia (...) *Deus, Pátria e Família* – estes ideais foram deturpados e a lei do divórcio é revogada (...)”. Com o regime fascista em vigor, a sociedade portuguesa voltou a aceitar a violência familiar, que era considerada normal e, inclusivamente, uma forma de “repor a ordem na estrutura e funcionalidade familiar, tal como se lia no Código de Processo Civil de 1939” (Portugal, 1939; Correia, 2012; Dec. Lei no 22:241, 1933 citado em Martins et al, 2017, p. 10).

Após o 25 de abril de 1974, segundo Martins et al (2017), os ideais de igualdade e respeito entre os conjugues voltam a ser legislados, juntamente com outros pontos, considerados essenciais na emancipação da mulher. Nesta época, começam a surgir os primeiros conceitos de violência doméstica em Portugal de áreas como a Sociologia, a Psicologia, embora ainda não do Serviço Social. Recentemente “tem sido amplamente reconhecida como um crime grave e um problema social com implicações complexas” (e.g., Dobash & Dobash, 2004; Matos, 2006; Shuler, 2010 citado em Lopes, 2016, p. 7).

A violência doméstica é vista como qualquer ação que sirva para magoar o outro, dentro do mesmo agregado familiar. Existem situações em que o agressor pode não estar dentro do mesmo agregado familiar, mas pode continuar a exercer os maus tratos (por

exemplo, ex-companheiro) ou começar a fazê-lo (por exemplo, num relacionamento de namoro). Define-se violência doméstica como:

(...) qualquer ato, conduta ou omissão que sirva para infligir, reiteradamente e com intensidade, sofrimentos físicos, sexuais, mentais ou económicos, de modo directo ou indirecto (por meio de ameaças, enganos, coacção ou qualquer outro meio) a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado doméstico privado (pessoas – crianças, jovens, mulheres adultas, homens adultos ou idosos – a viver em alojamento comum) ou que, não habitando no mesmo agregado doméstico privado que o agente de violência, seja cônjuge ou companheiro marital ou ex-cônjuge ou ex- companheiro marital. (Machado e Gonçalves, 2003, citado em Alves, 2005, p. 2)

A violência doméstica contém diversas formas de agressão. Segundo a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV], 2012) existem seis tipos ou formas de violência doméstica: **psicológica**, que está relacionada com o facto de o/a agressor/a procurar fazer com que a/o companheira/o se sinta com medo ou inútil, utilizando a humilhação pública, a ameaça contra os filhos, entre outros; **física**, na qual o/a agressor/a inflige atos violentos contra a vítima como queimar, pontapear, estrangular, impedir ou induzir o acesso a medicação; **social**, em que o/a agressor/a procura controlar a vida social da vítima, por meio do controlo telefónico, trancar a vítima em casa ou impedi-la de estar com os amigos e familiares; **financeira**, que inclui qualquer ato que o/a agressor/a procure controlar o dinheiro da/o companheira/o, por exemplo controlar o ordenado ou recusar-se a dar-lhe dinheiro; **perseguição**, quando o/a agressor/a procura controlar qualquer movimento da vítima, dentro e fora de casa; e **sexual**, na qual o/a agressor/a força a/o companheira/a ter relações sexuais que não deseja, por exemplo ter relações com outras pessoas, ter relações desprotegidas, entre outras.

A APAV (2021, parágrafo 16- 19) utiliza o modelo teórico de Lenor Walker que, nos anos 70 do século XX identificou um padrão na violência doméstica, incluindo, por norma, três fases:

- 1) Aumento da tensão – ataques quotidianos (tensões, injúrias e ameaças) do/a agressor/a que criam, na vítima, uma sensação de perigo eminente;

- 2) Ataque violento – o/a agressor/a fere, física e psicologicamente, a vítima. Estes ataques tendem a escalar na sua intensidade e frequência;
- 3) Lua-de-mel – o/a agressor/a desculpabilizasse pelos maus-tratos, prometendo mudar e dando muita atenção à vítima.

Quando o ciclo termina, regressa novamente ao início. Deste modo, a APAV (2021), afirma que o ciclo da violência doméstica é um ciclo vicioso, pois repete-se sucessivamente ao longo dos meses e dos anos, podendo diminuir as fases de tensão e apaziguamento e aumentar a intensidade do ataque violento, sendo que a constante repetição deste ciclo coloca em risco a vida da vítima (Martins et al., 2017) e poderá terminar em homicídio ou suicídio.

Johnson e Ferraro (1995, 2011 citado em Costa, 2019, p.32) apresentaram uma proposta teórica que permite distinguir “quatro padrões de violência doméstica: terrorismo íntimo ou patriarcal, violência comum no casal, resistência violenta e controlo mútuo violento”.

O primeiro padrão apresentado - o terrorismo íntimo ou patriarcal - é aquele em que é notório o domínio obsessivo do agressor relativamente à vítima. Neste padrão, o agressor age como se a vítima fosse sua, procurando ter o controle sobre a vida da mesma. Como declara o Manual do CEJ

O sentimento de posse, associado à objetificação da mulher, está patente nas estratégias de violência usadas, combinando violência física, sexual e psicológica, num conjunto de táticas que, articuladas entre si, contribuem para uma estratégia cujo fim é ter a posse da vítima, controlando os seus movimentos, a sua vontade. As manifestações de violência podem envolver abuso económico, ameaças, intimidação, no exercício de abuso psicológico contínuo e subjacente a outras formas de violência. Os agressores, do sexo masculino neste padrão de violência, evocam privilégios masculinos reconhecidos por eles como legitimados pela sociedade. A desqualificação e desvalorização das mulheres não se circunscrevem à sua mulher mas é sobre ela que exercem poder, reforçando a supremacia masculina. (Costa, 2019, p. 32).

Este padrão de violência provoca um medo constante nas vítimas que as bloqueia na sua vida quotidiana. De outro modo, este medo restringe a sua autonomia, inclusive quando o agressor não está presente, pois o medo influencia as suas decisões, ações, os pensamentos e o modo de se definir. Johnson e Ferraro (2011, citado em Costa, 2019, p. 33) “(...) refere que, por vezes, a única resposta ao “terrorismo íntimo” é a própria violência por parte das mulheres, contudo, as vítimas tendencialmente não resistem ou parecem não reagir (...)”. Assim, o facto de a vítima conviver com situações de violência faz com que crie estratégias para conseguir viver o seu dia-a-dia. Neste sentido “A determinação do agressor e as experiências de violência (...) parece levar as vítimas a desenvolverem estratégias de sobrevivência (...)” (Costa, 2019, p. 33).

O segundo padrão - a “violência comum entre o casal” - é mais frequente do que o anterior. Neste padrão a violência é recíproca, ou seja, a violência é exercida tanto pelo homem como pela mulher. Neste padrão

A violência emerge no contexto de um conflito e, normalmente, progride em escala. Os argumentos construídos de parte a parte permitem explicar a eclosão de uma agressão em escala (...) O que está em causa neste padrão é a possibilidade de parar a violência existindo, em ambas as partes, autocontrolo e em nenhuma das partes uma determinação terrorista (...) (Costa, 2019, p. 33)

O padrão descrito é o mais comum, mas os casais só procuram ajuda quando a situação está a começar a ficar fora de controlo. Os restantes padrões são a resistência violenta - neste as mulheres resistem e sobrevivem à violência do marido - e o controlo mútuo violento - onde tanto o homem como a mulher são violentos, num quadro pessoal que remete para a dependência emocional (Costa, 2010).

1.2 A violência Doméstica no seio da família

A construção social do sentimento amoroso é uma marca das sociedades ocidentais modernas (Aboim, 2006). O amor era considerado uma ameaça ao casamento, cujo objetivo era a reprodução familiar (Luhman, 1991, Choumier, 1999, citados em Aboim, 2006). Com o aparecimento do romantismo houve uma mudança de mentalidade e uma fusão entre amor e família. Deste modo, o romantismo veio conciliar o amor-paixão e a instituição familiar (Aboim, 2006). Este contributo trouxe uma importante mudança na maneira como se via o casamento na época, segundo Ariès (1973, citado em Aboim,

2006, p. 801) “a escolha amorosa tornou-se o critério legítimo na formação do casal”. Neste sentido, as pessoas começavam a escolher por si com quem iriam constituir família, tendo por base os papéis do género e o modo de funcionamento nuclear da família.

Com a modernização da sociedade a vida familiar focou-se cada vez mais em torno do indivíduo, dando um novo significado ao ciclo de vida tradicional. A família é considerada como um espaço onde os indivíduos desenvolvem a socialização, experimentam emoções marcantes, formam a sua identidade pessoal e aprendem sobre como viver em sociedade. Neste sentido, pode afirmar-se que

A família é um espaço privilegiado para a aprendizagem e desenvolvimento das capacidades essenciais à interação e relacionamento, para a vivência das relações interpessoais e afetivas marcantes, como a filiação, a fraternidade, o amor e a sexualidade. A identidade pessoal vem, conseqüentemente, das emoções e afetos, positivos ou negativos, desenvolvidos dentro da família, tendo marcada importância na base da vida social da pessoa. (Martins et al, 2017, p. 9)

Contudo a violência também é vivida no meio familiar, uma vez que o agressor tem um elevado grau de proximidade e de intimidade com a vítima. A violência atinge todos os membros do agregado familiar. Como declaram Martins et al (2017, p. 9), “é compreensível a dimensão do impacto, que a violência assume, quando presente neste sistema de tão grande importância para o desenvolvimento pessoal (Alarcão, 2006) abrangendo todos os membros que constituem a família ou que anteriormente fizeram parte dela”. Aqui inclui-se qualquer género de abusos, quer sejam temporários ou permanentes.

De acordo com Martins et al (2017, p 9) “a violência sempre esteve associada à experiência humana (...) é um fenómeno com raízes culturais e históricas, legitimado pelas tradições (...)”. A violência é “o uso intencional de força física ou poder, real ou como ameaça contra si próprio, outra pessoa, um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tem grande probabilidade de resultar em ferimentos, morte, danos psicológicos, desenvolvimento prejudicado ou privação” (Organização Mundial de Saúde [OMS], 2014, p. 2). No caso da violência doméstica quem a pratica tem como objetivo ter o poder e o controlo sobre a vida do outro.

O agressor utiliza a força para afirmar a sua posição de domínio. Esta relação de poder é interpessoal que, geralmente, ocorre dentro de casa, e inclui, entre outras, a negligência, a ameaça, a omissão e a intimidação, o que realça a hierarquização da relação (Redondo, Pimentel e Correia, 2012; Krug et al., 2002, citado em Martins et al., 2017). A negligência, ameaça, omissão e a intimidação também são atos de violência.

Num quadro de violência, a família procura encontrar um equilíbrio a fim de evitar a rotura. Esta situação pode aumentar o risco para a vítima e o restante agregado, uma vez que estão sujeitos a uma constante violência e sofrimento. Contudo é comum encontrar, em diversos estudos, que o agressor assistiu a violência doméstica ou foi vítima de abusos-sexuais ou maus-tratos (Martins et al., 2017), acabando por perpetuá-los no seio da sua própria família.

Porém é no início da relação que o casal deve de definir a sua conjugalidade, ou seja, devem definir o seu modelo de funcionamento, os papéis que cada um ocupará, assim como devem de aprender a ser autónomos. A sua conjugalidade também é influenciada por fatores externos, que são a “cultura e sociedade que envolve o casal e pelas expetativas tradicionais para cada um dos géneros” (Martins et al, 2017, p. 12). Deste modo, torna-se necessário especificar quais os agentes externos que influenciam diretamente a conjugalidade do casal. Neste ponto, Martins (et al, 2017, p. 12 e 13) define-os como “o nível económico, escolaridade, experiência sexual anterior, desempenho do papel doméstico e parental, o tempo disponível para a convivência do casal, a capacidade de negociação e comunicação e a definição de amor, sendo o reflexo do futuro da família”. É de destacar que quando o casal não tem uma boa comunicação e negociação, ocorrerão mais situações de conflito que provocarão, por inerência, instabilidade familiar e, em muitos casos, violência. Assim “não é o conflito em si que provoca a violência mas sim a inevitabilidade, aceite por um dos pares, de que a violência é a sua resolução, normalmente associada a conceitos de disciplina, obediência, hierarquia, verticalidade, castigo e respeito” (Alarcão, 2006; Figueiredo, 2012; Lino, 2012; citado em Martins et al., 2017, p. 13).

Nos casos em que acontece a violência doméstica, a mulher é a vítima mais comum. Segundo Martins et al. (2017), no mundo, uma em cada três mulheres foram vítimas de violência doméstica e pode-se constatar que 40% a 70% dos homicídios, do

sexo feminino, o companheiro é o culpado. É de realçar que a violência é desenvolvida na adolescência e dura até à vida adulta, por exemplo

(...) 3 a 24% das mulheres, no mundo, relatam que a sua primeira experiência sexual (p13) foi forçada e durante a adolescência. Neste contexto, a violência, vem camuflada socialmente de amor e de proteção, não sendo identificada pelos jovens dado o seu carácter estar associado a afeto e dedicação, podendo ter como consequências o aumento do risco de gravidez na adolescência, a depressão e a ideação suicida, o insucesso escolar, o consumo abusivo de substâncias, os distúrbios alimentares e o stresse pós-traumático (OMS, 2012; Redondo, Pimentel e Correia, 2012 citado em Martins et al., 2017, p. 14).

A violência doméstica, como já referido, tem efeitos devastadores para as suas vítimas, quer a nível físico quer a nível social. Deste modo, a violência doméstica pode causar invalidez, stresse pós-traumático, depressão, lesões traumáticas, ansiedade, várias patologias crónicas ou agudas, entre outras (krug et al., 2002; Alarcão, 2006, citado em Martins et al., 2017), que podem levar à morte da vítima e, em casos extremos, serem a causa do seu homicídio ou suicídio. No caso específico das mulheres as alterações também são sentidas a nível reprodutivo. Neste sentido destaca-se o aborto, complicações na gravidez, esterilidade, gravidez indesejada e a aquisição de doenças sexualmente transmissíveis, com consequências negativas quer para a mãe quer para o feto (exemplo: morte ou lesões) (Martins et al. 2017). A nível psicológico a vítima poderá ter pesadelos, dificuldades em dormir, dificuldades de memória, dificuldades de concentração, tristeza, diminuição da confiança e desconfiança face aos outros (APAV, 2014) o que a levará a ter dificuldade na vivência em comunidade. Posto isto, constata-se que a violência torna a realização do projeto de vida um processo difícil (Correia & Sani, 2015 citado em Cera, 2016).

A violência doméstica também acontece entre casais do mesmo sexo. Segundo a APAV, existem estudos que “revelam que a violência em casais do mesmo sexo é tão frequente como a violência em relacionamentos entre pessoas de sexo diferente” (APAV, 2008). Porém Edwards, Sylaska e Neal realizaram um estudo sobre a violência nas relações íntimas nas populações de minoria sexual, onde “verificaram que a ocorrência de violência nas relações de casais do mesmo sexo é igual ou superior ao índice de violência observado entre casais heterossexuais” (Edwards, Sylaska e Neal, 2015 citado

em Czuba, 2015, p. 34 e 35). Existem alguns autores que defendem que estes casais estão sujeitos a outras pressões tornando-os mais vulneráveis ao desenvolvimento de perturbações psicológicas (Goldberg & Smith, 2011; Mustanki, Garofalo, & Emerson, 2010; Bostwick, Boyd, Hughes, & West, 2014 citado em Alves, 2019).

Capítulo II. A Violência Doméstica em Portugal

2.1 Enquadramento Jurídico-Legal

Durante longos anos a família tem sido considerada o alicerce dos indivíduos, onde “os seus diversos elementos podem encontrar a compreensão e ajuda necessárias à manutenção de uma vida emocional e afetiva estável” (Casimiro, 2002 citado em Farias, 2014, p. 20). Porém, como se tem vindo a analisar, a violência também é vivida no seio familiar. Em Portugal, só após 25 de abril de 1974 é que se atentou mais atentamente para as questões relacionadas com a violência doméstica, mais propriamente “desde 1982, (Portugal) criminalizou a violência exercida no seio da família” (Duarte, 2011, p. 2). É uma importante conquista uma vez que, durante largos anos, a violência contra às mulheres era tolerada e vista como algo à margem do Estado e do Direito, que só considerava necessário intervir no seio familiar, quando os direitos patrimoniais eram postos em causa (Duarte, 2011).

A legislação portuguesa contra a violência doméstica foi um processo demorado, isto deve-se, em grande parte, aos longos anos de ditadura. O grande atraso relativamente a outros países da Europa derivou, também, de um feminismo debilitado

(...) pelo o contexto social e político que o remeteu (...) para a clandestinidade; à incompreensão pelos movimentos sociais emergentes após a democratização de que as contradições de classe estavam também ligadas às contradições de género; e ao facto do centro das lutas feministas em Portugal, durante três décadas estar centrado na despenalização do aborto (Tavares, 2011 citado em Duarte, 2011, p. 2).

Foi através da luta de algumas associações feministas que começaram a ver a violência doméstica contra as mulheres como algo de elevada importância, e por pressão da agenda europeia para a igualdade de género conduziu o governo português, no final da década de 1990, foi levado a “a elaborar os primeiros planos nacionais para a igualdade

e contra a violência doméstica” (Magalhães, 1998; Tavares, 2011 citado em Duarte, 2011, p. 2).

Em 1982, foi redigido o artigo 152º do Código Penal que definiu os maus-tratos ao cônjuge como crime, este não foi bem acolhido pelas organizações feministas, uma vez que foi considerado “uma versão adaptada de uma proposta inicial onde esta problemática não era sequer considerada” (Duarte, 2011, p. 2). Neste sentido, era necessário que o artigo fosse mais abrangente e menos limitador. A proposta inicial, elaborada por Eduardo Correia, em 1966, abrangia somente as crianças e jovens (os menores) vítimas de maus-tratos, acabando por excluir a violência conjugal (Duarte, 2011). Deste modo, pode constatar-se a desilusão sentida pelas organizações feministas aquando da publicação do artigo 152º do Código Penal. Porém, como consequência do manifesto desagradado “o dominador comum presente em todo o artigo – uma relação de subordinação entre o agente e as vítimas (menores, indefesos de diversa espécie e subordinados) – tornou-se extensível para as relações conjugais nas quais impera a igualdade entre os cônjuges” (Duarte, 2011, p. 2).

Em 2007, foi realizada uma reforma ao código penal, na qual foram efetuadas importantes alterações. É nesta reforma que, segundo Duarte (2011), a violência doméstica é considerada como crime, constando, atualmente, no artigo 152º do Código Penal. Este artigo afirma que a violência doméstica “cobre situações de violência entre pessoas que mantêm ou mantiveram uma relação de base afetiva incluindo relações conjugais, de namoro, entre pessoas do mesmo sexo ou de sexo diferente, independentemente da duração da relação e do vínculo que a sustenta” (Código penal citado em Costa, 2014, p. 313). Pode constatar-se que o crime de violência doméstica também abrange a violência no namoro, e a violência entre casais do mesmo sexo. Além da consolidação da violência doméstica como crime, esta reforma veio “prever expressamente que os maus tratos físicos ou psíquicos relevantes para a qualificação do tipo legal de crime de violência doméstica podem ser infligidos de modo reiterado ou não” (Duarte, 2011, p. 3), como também permitiu o alargamento das “possibilidades de aplicação de penas acessórias no caso de crime de violência doméstica” (Duarte, 2011, p. 3).

Com a criação da Lei 112/2009, de 16 de setembro, estabeleceu-se o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica e à proteção e assistência das vítimas. Esta

lei abriu caminho para novas alternativas de aplicação das medidas de coação, como é o caso dos meios de controlo à distância e o carácter de urgência para aplicar as próprias medidas (Duarte, 2011).

Atualmente tem existido constantes alterações à Lei 112/2009, visando o alargamento das medidas que previnem a violência doméstica, protegem e assistem as suas vítimas. Como é o caso da Lei 129/2015, que alargou o conjunto de organismos direcionados para apoiar as vítimas, e da Lei 57/2021, que inclui as crianças e jovens, até aos 18 anos, que sofrem de maus tratos relacionados com a exposição, como vítimas deste crime.

É de sublinhar o esforço que a União Europeia (UE) e os Estados-Membros têm vindo a desenvolver para prevenir e combater a violência Doméstica, assim como para proteger as vítimas e punir os agressores/as. Neste sentido,

não existe legislação específica da UE relativa à violência contra as mulheres nem à violência doméstica. No entanto, a questão é abrangida por algumas diretivas e regulamentos da UE, em especial nos domínios da cooperação judiciária em matéria penal, da igualdade entre homens e mulheres e da política de asilo (União Europeia [UE], 2023, parágrafo 6).

Como é o caso da diretiva que estabelece um conjunto de normas relativas ao apoio, proteção e direitos de todas as vítimas de todos os crimes e assegura que os direitos da vítima de violência doméstica são garantidos em todas as fases do processo penal. Em 2022, a UE lançou uma nova diretiva relativa ao combate da violência contra a mulher e à violência doméstica, que alargou as medidas de apoio e estabeleceu um conjunto de novas infrações (UE, 2023).

Para além das diretivas acima descritas, existe um conjunto de acordos internacionais, tendo sempre em vista a proteção das mulheres contra este género de crime. São exemplo disso, a Convenção de Istambul (2014), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979) e a Declaração da ONU sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres (1993). É de referir, também, a Estratégia Europeia para a igualdade de género 2020-2025, adotada pela Comissão Europeia, que tem como objetivo pôr termo à violência contra as mulheres e à violência doméstica (UE, 2023).

Ao nível das medidas e políticas públicas LGBTQ+, em Portugal, segundo Santos (2018, citado em Costa, 2021) a revisão do Código Penal, em 2007, reconheceu a existência de violência doméstica entre pessoas do mesmo sexo. A Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD), coordenada pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), criou respostas especializadas para as vítimas da comunidade LGBTQ+: três novas estruturas de atendimento e um centro de acolhimento de emergência (Costa, 2021). Também foi criado um “Guia de Boas Práticas no Apoio a Vítimas de Violência Doméstica” (Moleiro, Pinto, Oliveira e Santos, 2016 citado em Costa, 2021) que tem como finalidade fornecer um conjunto específico de linhas orientadoras para profissionais das estruturas de apoio, no momento de apoio a vítimas de violência doméstica LGBTQ+ (Costa, 2021).

2.2 Caracterização do fenómeno

Para analisar a questão da violência doméstica em Portugal recorreu-se especificamente aos dados fornecidos pelos relatórios institucionais. Entre estes destaca-se a APAV, o Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) e o Relatório Anual de Monitorização. Os dados aqui descritos referem-se aos anos de 2020 e 2021.

Segundo o relatório anual da APAV (2021), o número de atendimentos tem vindo a aumentar, passando dos 35.411, em 2016, para os 75.445, em 2021, tendo um crescimento de 113%. Dentro das 75.445 ocorrências, 19.846 (76,8%) são referentes a violência doméstica. De acordo com o Relatório de Monitorização, disponibilizado pelo Ministério de Administração Interna, em 2020, foram registadas 27.619 denúncias de violência doméstica, das quais 14.403 pela PSP (52,1%) e 13.216 pela GNR (47,9%), “correspondendo, em média, a 2302 participações por mês, 75 por dia e 3 por hora” (Ministério da Administração Interna, 2021, p 10). O Relatório Anual de Segurança Interna, em 2020, revela que houve 27.637 participações de violência doméstica, existindo um decréscimo de 6,3% (-1.861) relativamente ao ano anterior, 2019. No que concerne ao ano de 2021, segundo o IASI houve 26.520 participações, constatando uma diminuição de 4% (- 1.117) dos casos relativamente a 2020. Por sua vez, o Relatório de Monitorização revela um total de 26.517 participações, das quais 54,6% foram registadas pela PSP e 45,4% pela GNR.

Relativamente às participações de violência doméstica, em 2020, pode constatar-se que

(...) quase metade das participações de violência doméstica o meio de comunicação utilizado foi o presencial (no posto ou na esquadra) (45,6%), cerca de 25,2% foram comunicadas por telefone, 22,0% através de ações de policiamento de proximidade, e nos 7,2% restantes, verificou-se o recurso a outros meios. (Ministério da Administração Interna, 2021, p. 18).

No tocante ao ano de 2021, os dados são muito semelhantes, havendo somente uma pequena alteração de percentagem. Deste modo, as ações de policiamento de proximidade passaram de 22% para 20,1%, o atendimento telefónico passou de 25,2% para 25%, contribuindo para uma ligeira subida nas participações presenciais, de 45,6% para 47,4%, e no recurso a outros meios, de 7,2% para 7,5%. Em contrapartida, a APAV revela que a maioria das participações são efetuadas por telefone. Neste sentido, em 2020, o principal meio de contacto foi o telefónico (61,6%), seguindo-se o presencial (19,5%) e, por último, o online/email (17,7%) (APAV, 2020). Em 2021, o contacto telefónico continuou a ser o principal meio de eleição (61,8%), seguindo-se o online/email (21,8%) e, por último, o presencial (15,3%) (APAV, 2021). Deste modo, torna-se também importante referir quem efetuou a denúncia. Segundo o Relatório de Monitorização, de 2020 e 2021, a maioria das denúncias foram efetuadas pelas próprias vítimas, seguindo-se a denúncia de familiares ou vizinhos, “conhecimento direto” das Forças de Segurança (FS) e, por último, a denúncia anónima ou outro meio.

No âmbito da violência doméstica existem diversos tipos de agressões. De acordo com o Relatório de Monitorização, quer em 2020 como em 2021, o tipo de violência predominante era a psicológica, seguindo-se da violência física, social, económica e, por último, a sexual.

Relativamente ao perfil das vítimas e dos agressores/as, segundo o RASI as vítimas são predominantemente mulheres, em 2020 a percentagem era de 75% e em 2021 de 74,9%, e os denunciados/as são maioritariamente homens, em 2020 a percentagem era de 81,4% e em 2021 de 81%. Estes dados revelam que houve um ligeiro decréscimo da percentagem relativamente à predominância do sexo feminino na questão de vitimização, assim como na questão dos denunciados. O Relatório de Monitorização revela-nos que a

maioria das vítimas e dos agressores “encontravam-se no grupo etário dos 25 a 64 anos (73,2% e 83,9%, respetivamente) (...) sendo a média de idades de 42 anos para as vítimas (...) e de 43 para os/as denunciados/as (...)” (Ministério da Administração Interna, 2021, p. 22). Este mesmo relatório mostra que, em 2020, menos de metade das vítimas era casada ou viviam em união de facto com o agressor (42, 3%), a maioria detinha habilitação igual ou inferior ao 9º ano e mais de metade estava a trabalhar. Os mesmos dados são reportados aos agressores. No ano de 2021, pode-se afirmar que, os parâmetros mantêm-se, havendo somente uma alteração de percentagem.

É de realçar que os valores apresentados não correspondem à totalidade da realidade da violência doméstica em Portugal, pois existem muitos casos que não são denunciados, uma vez que “(...) a diferença entre o declarado e o vivido é sempre significativa (...) é um mundo de agressões e vitimizações sofridas silenciosamente” (Portugal, 2000, citado em Cera, 2016, p. 16). Neste sentido, muito deste encobrimento pode refletir o medo e a vergonha da situação.

Capítulo III. Intervenção do Serviço Social em casos de Violência Doméstica

O serviço social é uma profissão de intervenção que procura promover a coesão, o desenvolvimento e a mudança social, assim como o empoderamento e a promoção da pessoa (Associação dos Profissionais de Serviço Social [APSS], 2023). Neste sentido, esta profissão procura agir em favor do indivíduo e da comunidade, relacionando as pessoas com as estruturas sociais a fim de dar resposta às dificuldades encontradas no quotidiano e à promoção do bem-estar social. Ou seja, o serviço social age como um intermediário entre o governo e a sociedade. Como afirma Malainho (2016, p. 95)

O Serviço Social enquanto profissão emerge quando a “questão social” se torna objeto de intervenção do Estado, quando surge uma mediação política entre a “questão social” e o Estado, mediação, esta, onde as políticas sociais são o instrumento e, o Assistente Social é o executor terminal dessas políticas.

Como se pode observar, o assistente social tem o papel de executar as políticas sociais no seio da comunidade, tendo sempre em vista, como referido, o bem-estar do indivíduo e da comunidade. Deste modo, o assistente social é definido como aquele que

(...) promove a mudança social, a resolução de problemas nas relações humanas e o reforço da emancipação das pessoas para promoção do bem-estar. Ao utilizar teorias do comportamento humano e dos sistemas sociais, o serviço social intervém nas situações em que as pessoas interagem com o seu meio. Os princípios dos Direitos Humanos e da justiça social são fundamentais para o serviço social (APSS, 2018, citado em Marques, 2018, p. 28 e 29).

Do exposto ressalta a seguinte questão: Qual a importância da intervenção de um assistente social com vítimas de violência doméstica? A violência doméstica é um problema social complexo e requer que o assistente social esteja bem-preparado, uma vez que a situação em si “exige um modelo teórico e analítico capaz de lidar com uma grande diversidade de fatores que se distribuem a diferentes níveis, do individual ao estrutural, atuando de forma isolada mas também em interação entre si” (Costa, 2019, p. 23). Deste modo, o interventor social terá de analisar o seu modelo de ação, assim como deverá estar sujeito a um código de ética a fim de ter uma boa conduta laboral, tornando-se, como afirma Netto (2005, p. 303), “um tipo particular de intelectual (...) envolvendo exigências teóricas mais rigorosas”. Assim, o profissional deverá refletir, constantemente, sobre o seu *modus operandi* tendo sempre em conta a ética profissional, o modelo de ação, a conjuntura social e os direitos humanos, sendo que

(...) os Direitos Humanos e a justiça social motivam e legitimam a sua acção. Solidariamente com os mais desfavorecidos visa mitigar a pobreza e libertar as pessoas vulneráveis e oprimidas promovendo a sua inclusão social. Os valores subjacentes ao serviço social constam de código de ética da profissão a nível nacional e internacional” devendo a sua intervenção ter estes princípios como linhas condutoras da mesma (APSS, 2018, citado em Marques, 2018, p. 29).

Na sua interação com vítimas de violência doméstica, o assistente social, procurará intervir no problema, compreendendo as suas causas e dando às utentes as ferramentas necessárias para que possam ultrapassá-lo, como afirma Malainho (2016, p. 102) “Ao profissional de Serviço Social, mais do que tratar os “desvios”, cumpre-lhe procurar as causas desses desvios, inculcando nos utentes o *empowerment* necessário para a eliminação dos mesmos, ainda que isso implique uma alteração das políticas sociais existentes”.

Posto isto, o assistente social procurará, em conjunto com as vítimas, revolucionar consciências, proporcionar novas interpretações da realidade e trabalhar as relações interpessoais e grupais. Como afirma Paulo Freire,

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispuesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão. (Freire, 1967, p. 90).

O assistente social, porém, não trabalha sozinho, realiza o seu trabalho em parceria – que se traduz na Rede Social. Este género de trabalho começou a ser mais notório a partir da década de 90, nas mais variadas áreas das ciências sociais e humanas e na política (Farias, 2014). Deste modo, pode afirmar-se que

A Rede Social é uma estratégia de abordagem da intervenção social com base num planeamento feito em parceria, visando racionalizar e tornar mais eficazes ações na comunidade. O seu conceito tem contornos multidisciplinares, não sendo utilizado no contexto de uma disciplina científica específica, teoria ou modelo. No entanto, a temática das redes sociais associada à intervenção social, a intervenção em rede, é trazida para o Serviço Social português essencialmente pela via da intervenção sistémica, tendo-se consolidado através da chamada nova geração de políticas sociais. (Machado, Fortunado e Silva, s/d citado em Farias, 2014, p. 36).

Neste sentido, através da intervenção sistémica e da criação de parcerias têm se vindo a desenvolver-se uma rede de apoio, quer para as vítimas quer para as suas famílias. Esta rede visa a proteção das mesmas (vítimas e familiares), “garantindo assim o seu acesso a bens e serviços e aumentando a sua proteção e garantia de direitos sociais” (Farias, 2014, p. 36). Acrescenta-se que, a mesma rede, procura agir ao nível social e, também, ao nível do agressor. O primeiro está relacionado com a mudança da mentalidade social e segundo com a responsabilização do agressor. Deste modo, pretende-se responsabilizar o agressor pelo

(...) seu comportamento de violência, bem como ao nível da sociedade, consciencializando-a para o controlo social e denúncia deste crime público bem como minimizando a intolerância social face a esta problemática, alterando assim normas e atitudes que contribuem para a persistência da violência doméstica (Costa, 2010 citado em Farias, 2014, p. 37)

Assim, pode-se referir que é necessária uma intervenção interdisciplinar que procure solucionar os casos de violência doméstica. A par disto, os assistentes sociais devem procurar estabelecer uma relação estável com a utente, bem como acompanhar de perto o processo da mesma (Farias, 2014), procurando sempre ter uma atitude proativa - que é uma das características exigidas ao assistente social - para que detenha “(...) uma posição não de expectativa face à procura mas suscitando a sua expressão pelo utente (s)” (Branco, 2009 cit em Farias, 2014), demonstrando assim a “(...) relevância que assume para a qualidade de intervenção social e a capacidade dos profissionais se apropriarem do espírito de novas missões da ação social, construindo os novos quadros de trabalho com capacidade e autonomia.” (Branco, 2009 cit em Farias, 2014, p. 37).

Capítulo IV. As Casas de Abrigo em Portugal

Com o aumento dos casos de violência doméstica é de extrema importância ter mecanismos que consigam dar apoio às suas vítimas. Hoje em dia, em Portugal, já é possível ter “diversos serviços de atendimento especializado, linhas SOS ou serviços de acolhimento temporário: centros de atendimento e Casas de Abrigo” (Cera, 2016, p .39).

Neste ponto procura-se dar a conhecer uma das respostas sociais de proteção a vítimas de violência doméstica, mais especificamente as CA, uma vez que o estudo será centrado numa das CA em Portugal – assunto que será especificado mais adiante.

Em Portugal, as CA foram institucionalmente identificadas como tal na década de 90, mais concretamente em 1999, quando foi redigida a Lei nº 107/99 que estabeleceu a primeira rede pública de casas de apoio para vítimas de violência doméstica (Lei nº 107/99, citado em Cera, 2016).

As CA são residências que têm como objetivo “proporcionar acolhimento temporário a mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores” (Decreto Regulamentar nº1/2006, 2006). As vítimas são encaminhadas para estas casas por outras entidades e, aí, podem contar com apoio especializado a fim de se reintegrarem na sociedade. Como afirma Cera (2016), “Fundamentalmente, pretende-se a reinserção

social, sendo para tal construído um plano individual de intervenção no sentido da autonomização célere e segura para as utentes e outros familiares” (Executive Agency for Health and Consumers, s/d; Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2009; Instituto da Segurança Social, 2014 citado em Cera, 2016, p. 40). Como já referido, o padrão mais comum de chegar à CA é o terrorismo íntimo ou patriarcal, uma vez que é o padrão que demonstra claramente o domínio obsessivo do agressor para com a vítima. De acordo Costa (2019, p.33), “As histórias de vida de terrorismo nas relações de intimidade é provavelmente mais frequente nos casos de mulheres que recorrem a agências públicas para obterem proteção e apoio”.

A 25 de janeiro de 2006 saiu um Decreto Regulamentar das CA, no qual foram introduzidas normas técnicas a fim de uniformizar o ordenamento legal das mesmas. Estas Casas tem um conjunto de características que as distingue das restantes respostas sociais ou de outras estruturas que atuam na área da violência doméstica (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2009 citado em Cera, 2016). Nas CA as utentes e os seus filhos dispõem de um serviço adequado às suas necessidades. Nelas os utentes podem encontrar apoio social, jurídico, psicológico e educacional que precisam, assim como um conjunto de outras ferramentas que “promovem a aquisição de competências pessoais, profissionais e sociais às utentes; permitem e auxiliam na reorganização das suas vidas, de modo a que se (re)insiram a nível familiar, social e profissional” (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2009 citado em Cera, 2016, p. 41).

As CA regem-se por um enquadramento legal comum, porém as suas estruturas, modelos de atuação e regulamentos podem diferir entre si, de acordo com as instituições que as regem. As suas estruturas têm capacidade para um largo número de utentes (30 +/-) e o alojamento é gratuito, tendo sempre garantido os serviços básicos (ex. higiene, segurança, alimentação). As equipas técnicas são constituídas por um conjunto de profissionais (Assistente Social, Educador Social, Psicólogo e Direito) que acompanham as vítimas e os seus filhos, estando em constante articulação com os serviços competentes (outros profissionais e instituições) com o intuito de melhorar as oportunidades e as condições dos mesmos, promovendo a sua autonomização a fim de que seja feita de um modo cada vez mais seguro (Lei nº 107/99; Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2009 citado em Cera, 2016).

Atualmente existem cerca de 39 CA, onde o principal objetivo é dar segurança e proteção às vítimas (Correia & Sani, 2015 citado em Cera, 2016). Estas estruturas estão

espalhadas de norte a sul de Portugal e é de realçar o trabalho desenvolvido por elas, pois, como já referido, o impacto que a violência doméstica tem nas vítimas dificulta a realização dos seus projetos de vida. As CA têm o acolhimento temporário de seis meses, contudo o tempo de permanência pode ser alargado, excecionalmente, se existir um parecer fundamentado da equipa técnica, este terá de ser acompanhado por um relatório de avaliação da situação da vítima (Lei n.º 112/2009, 2009). Também existe o outro lado da moeda - a cessação da permanência na casa, na qual a utente, por diversas razões, poderá sair antes do tempo previsto. A cessação da permanência na CA é sempre possível quando: a vítima e o seus acompanhantes reunirem as condições necessárias e efetivas para a sua reinserção; termina o período de permanência (6 meses); a utente manifesta vontade de sair, por meio de uma declaração escrita; existe incumprimento das regras estabelecidas (Decreto Regulamentar nº 1/2006, 2006).

Capítulo V. Opções Metodológicas

5.1 Objeto e Objetivos de Pesquisa

Nesta investigação procurou-se compreender o percurso de vida das vítimas de violência doméstica, desde os seus primeiros anos de vida até à sua entrada na CA, assim como a influência que esta resposta social tem sobre as suas vidas, tendo por base os discursos das próprias vítimas e dos profissionais que as acompanham. O estudo empírico tem como pergunta de partida: *Como é o percurso de vida de mulheres vítimas do crime de violência doméstica protegidas em casa de abrigo?*

O objetivo geral é compreender o processo vivido por mulheres vítimas de violência doméstica, até à sua entrada numa CA. Para tal delinear-se os seguintes objetivos específicos:

1. Compreender o contexto familiar e social da mulher, antes e depois do casamento;
2. Compreender o percurso institucional da vítima, por meio das suas experiências prévias de intervenção institucional;
3. Conhecer as perspetivas para o futuro das utentes;
4. Analisar de que forma a institucionalização contribui para a reorganização do projeto de vida das utentes.

5.2 Justificação das opções metodológicas

De acordo com Serrano (2008, p. 25), a metodologia “expressa o conjunto de atividades a desenvolver, ou seja, as associações e os procedimentos que é necessário realizar para alcançar as metas e os objetivos propostos (...) o método é o caminho escolhido para a obtenção de um fim”. Assim, neste capítulo explica-se e justifica-se as opções metodológicas, em função dos objetivos de pesquisa.

Recorreu-se ao método qualitativo uma vez que, para além de se procurar compreender a realidade de forma holística, procura-se entender de forma mais específica alguns parâmetros da problemática em questão (Freitas, 2013; Amado, 2014 citado em Cera, 2016), conforme detalhado nos objetivos específicos.

A nível do método da recolha de dados optou-se pela entrevista semidiretiva, uma vez que esta permite compreender o modo como os atores sociais interpretam as suas vivências, assim como permite que o investigador obtenha dados em maior profundidade para favorecer uma melhor análise do problema social, neste caso a violência doméstica sobre mulheres. Como afirma Quivy e Campenhoudt (1998, p. 192)

Instaura-se, assim, em princípio, uma verdadeira troca, durante a qual o interlocutor do investigador exprime as suas percepções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências, ao passo que, através das suas perguntas abertas e das reacções, o investigador facilita essa expressão, evita que ela se afaste dos objetivos da investigação e permite que o interlocutor aceda a um grau máximo de autenticidade e de profundidade.

No que diz respeito à análise dos dados das entrevistas, escolheu-se a análise temática pois permite identificar os principais temas nos discursos das mulheres e, nestes, identificar dimensões e categorias temáticas. Optou-se pela análise categorial uma vez que permite

(...) calcular e comparar as frequências de certas características (na maior parte das vezes, os temas evocados) previamente agrupados em categorias significativas. Baseia-se na hipótese segundo a qual uma característica é tanto mais frequentemente citada quanto mais importante é para o locutor (Quivy e Campenhoudt, 1998, p. 228).

5.3 Princípios Éticos na Dissertação

Para a realização de uma investigação é necessário ter-se em conta um conjunto de princípios éticos, como forma de “garantir a exatidão do conhecimento científico, proteger os direitos e o bem-estar dos participantes nas investigações e preservar os direitos de propriedade intelectual” (APA, 2010 citado em Cera, 2016). Os princípios éticos são aplicáveis a qualquer uma das técnicas de investigação escolhida. A técnicas de investigação qualitativa obedecem a “(...) um conjunto de princípios éticos baseados em pilares ontológicos e epistemológicos (relação entre investigador e participantes) (...)” (Mason, 1996, citado em Cera, 2016). Neste sentido, estes princípios devem estar presentes em todos os momentos da investigação.

Ao longo da presente dissertação foram tidos em conta diversos princípios éticos, tais como: a abertura das vítimas para contar a sua história e garantir o anonimato e a confidencialidade das utentes.

Deste modo, antes da realização das entrevistas, foi marcada uma reunião com as participantes com o objetivo de se criar uma relação entre a investigadora e as mesmas, assim como foram revelados os objetivos da investigação em curso. Durante a reunião, também foram informadas que a participação no estudo é voluntária e que seria garantido o total anonimato dos dados recolhidos. No final da reunião foi dada oportunidade para esclarecimento de dúvidas, tendo sempre por base a transparência. Todas as entrevistadas participaram voluntariamente no estudo, para tal foi solicitado o preenchimento de uma declaração de consentimento informado (Apêndice 2), antes da realização das entrevistas. Pensa-se que o facto de a investigadora ser uma mulher facilitou a abertura das utentes no relato dos acontecimentos vividos, durante as agressões.

Refere-se, ainda, que a maioria dos locais mencionados nas entrevistas foram ocultados por questões de confidencialidade, assim como os nomes das vítimas e dos respetivos filhos foram alterados como forma de garantir o anonimato, como refere o código deontológico da APSS (2019, p. 14) “Estabelecer uma relação profissional fundada na confiança e na garantia da privacidade e do sigilo sobre informações pessoais partilhadas”.

Capítulo VI. Resultados do Estudo

O tratamento de dados decorreu tendo em consideração que algumas das questões do guião de entrevista não foram formuladas, uma vez que as utentes respondiam a essas mesmas questões no decurso da resposta a outras, o que pode significar que o guião de entrevista e a entrevistadora facilitaram o discurso livre e não impuseram o seu quadro mental às mulheres entrevistadas. Salienta-se que todas as entrevistas foram gravadas e que a entrevista a uma das utentes foi traduzida em parte, uma vez que a mesma é de origem estrangeira e não domina a língua portuguesa; então parte da entrevista foi realizada em inglês e outra em português. É de referir, também, que a entrevista realizada à Assistente Social foi elaborada por escrito, em suporte digital (word), devido à incompatibilidade de horários para a sua realização em modo presencial.

Apesar de se mencionar a designação atribuída à CA, a sua localização e outras informações adicionais não serão reveladas, a fim de se manter a confidencialidade. Do mesmo modo, mantém-se o anonimato das utentes e dos respetivos filhos, optando-se por nomes ficcionados. Relativamente aos locais mencionados nas entrevistas, a maior parte são retirados por questões de ordem ética.

Este capítulo tem como objetivo demonstrar os principais resultados da investigação, elaborados através da análise qualitativa, tendo por base os testemunhos das vítimas. Os resultados serão apresentados mediante as categorias construídas, demonstradas no apêndice 11.

6.1 O contexto de Pesquisa: Caracterização da Instituição

A Fundação Vítor Reis Morais (FVRM) é uma Instituição Particular de Serviço Social (IPSS), criada em 2002, com sede em Lisboa. O fundador, Vítor Manuel Estêvão da Fonseca dos Reis Morais, como não tinha descendência direta desejava

(...) poder criar uma Fundação de Solidariedade que tivesse respostas sociais para acolher e cuidar pessoas idosas, num contexto de dignidade, identidade, liberdade, expressão cultural e artística, mas que, acima de tudo, trouxesse uma resposta inovadora que criasse uma vivência de cuidado e felicidade às pessoas que acolhesse (FVRM, 2023, p. 3).

Hoje em dia conta com mais respostas sociais (para além daquela que foi descrita anteriormente) que correspondem aos valores e missão que está na génese da FVRM. Ao todo são 12 respostas sociais “nas áreas da primeira infância, crianças e jovens em perigo,

família e comunidade, envelhecimento integrado e ativo e que funcionam com a dedicação e capacitação de mais de 132 funcionários que apoiam diariamente mais de 340 utentes” (FVRM, 2023, p. 3). Embora esteja sediada em Lisboa esta fundação detém equipamentos a nível nacional, nomeadamente em Leiria, Mafra, Lisboa e Faro, incluindo a CA “Santo António” - residência para vítimas de violência doméstica.

A FVRM tem como missão perpetuar o legado filantrópico de Vítor Reis Morais, através de respostas sociais “inovadoras e adaptadas para o desenvolvimento integrado da comunidade através da capacitação e proteção de pessoas” (FVRM, 2023, p. 10). Assim como, visa ser uma referência nacional e internacional através de respostas sociais que garantam o bem-estar das pessoas e o desenvolvimento sustentável da comunidade. Tendo sempre como base os “Valores e Princípios do humanismo, da solidariedade, da igualdade de oportunidades e do desenvolvimento sustentável” (FVRM, 2023, p. 10).

Como já referido, a FVRM detém diversos equipamentos a nível nacional, incluindo a CA “Santo António”. Para se caracterizar esta casa recorreu-se ao regulamento interno, cedido pela instituição.

A CA “Santo António” é uma estrutura de acolhimento temporário durante um período máximo de seis meses, que pode ser prorrogado, no máximo, pelo mesmo período de tempo, caso exista um parecer fundamentado da equipa técnica e uma avaliação da situação da vítima – em conformidade com a Lei. A estrutura tem a capacidade para dezoito utentes, incluindo os filhos dependentes ou maiores com deficiência que estejam dependentes das progenitoras (FVRM, 2023).

As instalações da CA “Santo António” estão inseridas numa comunidade, e têm proximidade a alguns serviços essenciais, como é o caso do banco, supermercados, cabeleireiros, entre outros. Contudo, a CA não está identificada como tal, a fim de se manter a confidencialidade. A CA é uma casa térrea e é composta por: hall de entrada; uma cozinha; uma sala multiusos; uma sala de estar; quatro casas de banho; um quarto duplo com acesso à varanda; um quarto triplo; dois quartos quádruplos; um quarto quádruplo; espaço de escritório usado pela equipa e quintal exterior, usado por todos os membros da casa, “que está murado e circundante em toda a Casa de Abrigo” (FVRM, 2023, p. 5). Refere-se que os quartos têm camas individuais e um espaço onde a vítima pode guardar os seus pertences. É de realçar que os espaços comuns, os espaços de lazer e os quartos são utilizados pelas vítimas e seus filhos, mas o espaço de escritório, que

inclui gabinetes, casa de banho, copa e arrumos, é destinado aos técnicos e operacionais (FVRM, 2023).

A CA é dirigida por uma assistente social, que é nomeada pelo conselho administrativo, e conta com uma equipa de profissionais que presta apoio social, psicológico, pedagógico, jurídico e emocional às utentes no sentido de apoiar a sua autonomização, emancipação e reintegração na sociedade. A equipa de profissionais é composta por um/a: assistente social, educadora social, psicóloga, jurista e ajudantes de lar, que dão o apoio necessário a cada utente. Todos os membros têm uma “percentagem de afetação real de 100%, pertencentes ao quadro de pessoal da Resposta Social, com exceção do/a jurista que tem percentagem de afetação real de 25% em prestação de serviços (...)” (FVRM, 2023, p. 12). Cada profissional tem um conjunto de tarefas estabelecidas, assim como um conjunto de direitos e deveres definidos que levam a um melhor exercício da profissão. Contudo, cabe à equipa técnica promover as parcerias locais, com o objetivo de existir uma melhor intervenção junto das utentes (FVRM, 2023).

6.2 Caracterização Sociodemográfica das mulheres entrevistadas

Nesta investigação optou-se por realizar entrevistas a três utentes da CA, o que permitiu uma análise aprofundada sobre o percurso de vida das vítimas. Para uma melhor informação acerca do perfil das utentes segue-se a tabela 1, com os seus dados biográficos.

Tabela 1 - Dados biográficos das mulheres entrevistadas

Entrevistadas	Idade	Nacionalidade, origem geográfica e/ou Naturalidade	Habilitações Literárias	Número de Filhos	Idade dos filhos
Utente “Carla”	41	Portuguesa	12º	1	11
Utente “Joana”	40	Alemã	9º	1	8
Utente “Sofia”	34	Asiática	Mestrado	1	4

Também se entrevistaram os três elementos integrantes da equipa técnica da CA, uma psicóloga, uma assistente social e uma educadora social, com o objetivo de se

perceber o modo como a institucionalização auxilia o processo de reorganização do projeto de vida das utentes. Por ser perguntas muito específicas, não foram recolhidos dados sociodemográficos dos membros da equipa.

6.3 Contexto Familiar e Social das utentes

A família desempenha um papel fundamental na formação, socialização e construção da identidade pessoal do indivíduo. Assim, é de extrema importância que o ambiente familiar seja caracterizado pela harmonia, de modo a permitir que o indivíduo possa crescer emocionalmente saudável e confiante. Como afirma Martins et al (2017, p. 9) “A família é um espaço privilegiado para a aprendizagem e desenvolvimento das capacidades (...)”. No âmbito desta investigação, primeiramente, procurou-se perceber o modo como a infância da vítima pode ter afetado a escolha de um parceiro abusivo. Em seguida, numa fase adulta, procurou-se compreender a forma como o seu casamento influenciava a sua maneira de estar em sociedade.

Por meio das respostas à questão “Como foi a sua infância?”, pôde concluir-se que o contexto familiar das utentes, alterou-se, por completo, com o casamento. Ou seja, a sua infância foi estável e não influenciou negativamente a escolha do parceiro abusivo. Como afirma a utente “Carla” “(...) tive uma infância feliz”, demonstrando assim que o relacionamento com os seus progenitores foi saudável. Esta ideia foi reforçada pela utente “Sofia” ao declarar que a relação com os seus pais “(...) era boa (...)”, assim como a utente “Joana” ao proferir que “(...) tinha um bom relacionamento com a minha família”.

Em suma, observou-se que as utentes cresceram num ambiente familiar harmonioso, revelando um relacionamento saudável com os seus progenitores. Neste sentido, pode-se aferir que as vivências na infância não influenciaram negativamente a escolha de um parceiro abusivo. Assim sendo, entende-se como necessário o reforço das ações de sensibilizações sobre a violência doméstica, de maneira a existir uma maior conscientização da problemática.

No tocante à pergunta “De que forma o ambiente familiar em que estava influenciava a sua vida?”, foi possível concluir que a violência a que as vítimas estavam expostas, no seu casamento, influenciava negativamente o seu contexto laboral e a forma como conviviam com os outros. Como afirma a utente “Sofia”

(...) com as agressões sofridas, a minha mente não estava bem, então eu não queria falar com a minha família. No trabalho, quando a tua mente não está

bem, queres fazer as coisas, mas não consegues, tinha que terminar as coisas, mas não conseguia. Então as coisas no meu trabalho e a relação com a minha família não estavam bem.

Com o matrimónio, as utentes depararam-se com um modo de vida oposto àquele com a qual estavam habituadas. Neste sentido, a utente “Carla” definiu a relação com o seu marido como “problemática”; a utente “Joana” declara que o seu cônjuge “era um bocado rigoroso”; a utente “sofia” afirma que o seu relacionamento conjugal não era bom “porque lá (na Ásia) existe muita tradição e não há respeito para com as mulheres”. Deste modo, pode-se aferir que o casamento das vítimas era instável uma vez que o cônjuge era possessivo, e não tinha respeito à esposa.

Contudo, destaca-se que o contexto familiar das utentes também incomodava aqueles que as rodeavam, como se pode observar através do testemunho da utente “Carla” ao afirmar que se sentia

Ameaçada, perseguida, com medo porque depois temos colegas, não é? (...) começaram a aperceber-se dele à porta do meu trabalho (...) já se sentiam indiretamente ameaçados e com receio que ele fizesse alguma coisa (...) porque depois não somos só nós, é quem nos é próximo (...)

Com base na análise das respostas pode concluir-se que o casamento das vítimas foi caracterizado por instabilidade e violência, marcado por conjugues possessivos e desrespeitosos. Além disso, pode-se concluir que o ambiente familiar influenciou negativamente a saúde mental das vítimas, afetando os relacionamentos e o desempenho laboral. A pressão constante a que estavam submetidas levou ao isolamento, resultando em consequências prejudiciais para a sua saúde física e mental. Com base nas conclusões acima, entende-se como necessário uma abordagem multidisciplinar como forma de apoiar as vítimas nos casamentos abusivos.

6.4 Características da Violência

A agressão é considerada como um comportamento violento que tem como objetivo magoar o outro. Como já referido, a violência é vista como “o uso intencional de força física ou poder, real ou como ameaça contra si próprio, outra pessoa, um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tem grande probabilidade de resultar em ferimentos, morte, danos psicológicos, desenvolvimento prejudicado ou privação” (OMS, 2014, p.

2). No caso da violência doméstica, as suas vítimas vivem num ambiente em que as agressões são constantes.

Deste modo, com a pergunta “De que género eram as agressões?” procurou-se perceber quais as características das agressões a que as utentes estavam expostas. A maioria das utentes revela que sofreu violência física e psicológica. Segundo o testemunho da utente “Sofia” a violência era “Mais psicológico”, mas declarou que “Quando não estava bem ele batia-me(...) e se eu o contrariasse ele era violento comigo”, mesmo quando a vítima estava grávida. Revelando, assim, o quão problemático era o seu relacionamento, uma vez que o parceiro era capaz de lhe bater quando estava zangado com alguma coisa ou quando era contrariado. Para a utente “Joana”, as agressões oscilavam entre física e psicológica “(...) Algumas foram físicas outras foram emocionais, mas fui parar ao hospital muitas vezes”. Porém, para a utente “Carla” “(...) tudo o que acontecia era mais psicológico”. Assim sendo, pode-se constatar que os principais tipos de agressão foram a psicológica e a física.

É de realçar, também, que os parceiros agrediam os filhos, não fisicamente, mas psicologicamente, a fim de conseguir provocar danos emocionais às mães ou adquirir informações acerca das mesmas. Como refere a utente “Carla” “(...) tudo o que ele fazia à “Alexandra” era essa pressão psicológica, de ir buscá-la só para lhe fazer perguntas (...) só para lhe tentar retirar informações a meu respeito (...)”. Esse ponto também é reforçado pela utente “Sofia” ao referir que “A minha filha quando chorava para mim era uma tortura, então ele fazia coisas para ela chorar para a minha cabeça estar só a pensar nela (...)”. Deste modo, pode observar-se o desejo de o agressor ter o controlo sobre a vida da vítima, utilizando os próprios filhos como um meio para atingi-la.

Deste modo, pode concluir-se que o relacionamento conjugal das vítimas foi marcado por violência constante, a nível físico e psicológico. Observou-se, também, que a violência atingia todo o agregado familiar, uma vez que os agressores agrediam psicologicamente os seus filhos como forma de atingir as companheiras. Assim sendo, torna-se necessário combater o estereótipo ainda existente relativamente à violência doméstica, de modo a existir uma mudança de atitude para com esta problemática.

6.5 Processo de Denúncia

Neste ponto observou-se que seria importante perceber as razões que levaram as utentes a efetuar a denúncia, bem como o porque da demora em fazê-lo. Para isso

formularam-se as seguintes questões: “O que a levou a efetuar a denúncia?” e “Qual o motivo para a demora em tomar a decisão de fazer a denúncia?”.

Relativamente à primeira pergunta, observou-se que todas as utentes apresentaram queixa, confirmando, assim, os dados recolhidos pelo o Relatório de Monitorização, em 2020 e 2021. No caso da utente “Carla”, antes de apresentar a queixa deparou-se com uma denúncia anónima, feita durante o processo de divórcio. Quando as autoridades receberam a denúncia anónima entraram em contacto com a vítima, para que esta fosse prestar declarações. Depois de o processo de divórcio estar concluído as agressões pioraram, ao ponto de a utente receber uma ameaça de morte. Foi nesta altura que a vítima se dirigiu à esquadra e efetuou a segunda denúncia. Segundo a própria vítima

E eu não fiz mais nada, não pensei em mais nada fui direito à esquadra, com a minha filha, e apresentei queixa, queixa que já havia (...) Portanto, porque logo, no decorrer do meu processo de divórcio, foi quando eu apresentei a primeira denúncia (...)

No caso das utentes “Sofia” e “Joana” foram incentivadas, por terceiros (profissionais de saúde e colegas de trabalho), a expor a sua situação e a procurar auxílio. Como refere a utente “Sofia”

Eu falei com o médico e ele reportou o caso às entidades. Na altura eu estava sempre doente e ia ao médico, ele perguntava-me qual era a razão de eu estar assim. Porém ele apercebeu-se da situação e disse-me que eu tinha que tomar uma decisão acerca da minha vida, pois não poderia continuar assim. A partir daí ele ajudou-me e depois entrei na casa abrigo.

Por meio das respostas à questão “Qual o motivo para a demora em tomar a decisão de fazer a denúncia?” pôde aferir-se que a esperança de o companheiro mudar, o não querer separar a família, a dependência financeira, o medo e a incerteza são as principais razões que levaram as utentes a atrasar a denúncia. De acordo com a utente “Carla” “Talvez, na altura, pela falta de maturidade, por acreditar que as pessoas mudam porque quando se gosta acredita-se que a pessoa vai mudar, vai melhorar (...)”; a utente “Joana” afirmou que “é difícil queixarmo-nos, porque estamos com medo ou porque não queremos afastar o pai dos filhos.”; e a utente “Sofia” declarou que “Porque eu estava grávida na altura (...) e sentia que não tinha força suficiente para lutar contra ele. Se eu me fosse embora não tinha dinheiro nem conhecia alguém que pudesse ficar comigo (...)”.

Após a denúncia, todas as utentes contaram com o apoio de pessoas que conheciam. No caso da utente “Sofia” “Eu falei com o médico e ele reportou o caso às entidades (...) A partir daí ele ajudou-me”, a utente “Joana” contou com o apoio “dos meus colegas (...) e dos meus chefes” e a utente “Carla” contou com o apoio familiar “a minha irmã, a minha tia (...) e mais uma amiga”. Contudo, a resposta por parte das instituições foi diferente para cada um dos casos. A utente “Sofia” após efetuar a denúncia esperou uma semana para conseguir vaga numa CA, como é possível observar no seu testemunho “O médico marcou-me um encontro com uma organização, eu fui lá e falei com eles. Passado uma semana eles ligaram-me”. A utente “Joana” no dia em que apresentou queixa, ela e o seu filho já não podiam regressar a casa, tendo que ficar a dormir em casa de familiares; como afirma a “Joana” “Nessa noite, eu fui para a casa da minha irmã e o Sandro ficou na casa da avó. Na manhã do dia seguinte, eu e uma senhora da CPCJ fomos buscá-lo e seguimos para outra casa.”. A utente “Carla” após a denúncia ficou com o botão de pânico, e com o aumento da gravidade dos ataques foi aconselhada a deixar a sua casa, e assim o fez. Neste sentido, a vítima refere “depois de tentar abrir o portão da minha casa (...) foi quando o Espaço Vida (Associação) (...) sugeriu que era mais seguro eu sair da minha casa. Então saí e desde aí que estou nesta situação (...)”.

Com base na análise dos resultados acima expostos conclui-se que as denúncias foram efetuadas pelas próprias utentes, porém o medo, a esperança que o companheiro mude, a incerteza, o não querer separar a família e a dependência financeira eram as principais razões para as vítimas demorarem mais tempo a apresentar a queixa. Também é possível concluir que o apoio recebido pelas utentes foi um fator importante, pois deu às utentes o impulso necessário para a sua mudança de vida. Deste modo, entende-se como necessário uma consciencialização da comunidade, de forma a existir um maior apoio junto das vítimas.

6.6 Processo de entrada e permanência na Casa de Abrigo

Para uma melhor compreensão acerca do modo como a vítima vivenciou o seu percurso institucional, mais especificamente a sua adaptação à CA, procurou-se responder à seguinte questão “Como foi processo de adaptação?”. Através da questão proposta foi possível concluir que foi um processo difícil, uma vez que as utentes se deslocaram para um lugar desconhecido, com pessoas desconhecidas. Neste sentido, a utente “Carla” afirma que “Foi difícil porque apanha-se todo o tipo de pessoas, com todo o tipo de vícios”. Para esta utente o seu primeiro mês foi um choque uma vez que, na CA onde

estava, não existia um ambiente saudável - sendo muito marcado por percursos de vida diferentes. A utente “Joana”, pelo o contrário, afirma que “Só no dia a dia é que vamos construindo amizades, mais com umas do que com outras, mas no final é tudo uma experiência”. Por sua vez, a utente “Sofia” declara que a sua passagem pela CA tem sido difícil uma vez que

quando olho para as pessoas que estão na casa penso que não sou a única nesta situação (...) Outras vezes sinto-me uma estrangeira, sinto-me tão sozinha, não consigo falar bem o português com elas, e costumo estar à parte. Às vezes penso porque é que eu estou aqui e não posso ficar no meu país (...) Quando as outras crianças se afastam da minha filha porque ela fala mais o inglês do que o português (...) penso que tomei a decisão errada. Às vezes sinto que se eu ficasse em casa ele só me torturava a mim e agora todos estão a torturar-me, às vezes sinto-me assim

Apesar de todos os desafios relatos pelas utentes acerca das suas vivências na CA, torna-se pertinente realçar que todas as vítimas afirmam que a instituição tem tido um impacto positivo nas suas vidas. As utentes sentem-se apoiadas pela equipa técnica na reorganização do seu projeto de vida, gerando, assim, um sentimento de gratidão por terem um local onde são acolhidas e protegidas. Como afirma a utente “Carla” “conheci pessoas boas e vou ser sempre grata por isso (...) sempre houve pessoas interessadas em querer ajudar-me e mesmo na casa do norte as doutoras eram muito atenciosas, comigo e com a minha filha”. Deste modo, observa-se que a equipa técnica tem sido uma base sólida na vida das vítimas de violência doméstica, apoiando-as em tudo o que seja necessário. De acordo com a utente “Carla” “elas dão-me muito suporte, muita ajuda mesmo em relação à minha filha. Sempre que eu precise ou que tenha alguma dúvida estão sempre abertas e dispostas a ajudar-me (...)”.

Acrescenta-se ainda que a maioria das utentes conseguiu retomar o contacto com a família, mas com o devido cuidado a fim de se manter o sigilo exigido - por questões de segurança das próprias vítimas. Segundo a utente “Carla”,

Neste momento eu só tenho contacto com a minha tia e com a minha irmã (...) Sei que a minha prima pede todos os dias à minha irmã para eu lhe ligar, mas eu não consigo porque eu sei que ela vai encher-me de perguntas e eu sei que não posso falar, e vai querer vir ter comigo e eu não posso (...)

Em suma, pode concluir-se que o processo de adaptação das utentes à CA foi difícil, uma vez que cortaram as ligações com tudo o que lhes era familiar. Além disso, pode concluir-se que a equipa técnica tem sido uma base sólida para cada uma das vítimas, pois têm-nas apoiado na reorganização do projeto de vida. Com base nas conclusões acima descritas, torna-se importante continuar a promover um ambiente acolhedor e estável dentro das CA, para que as utentes se sintam encorajadas a reestruturar a sua vida.

6.7 Projeto de vida e perspetivas para o futuro

O percurso de vida humano é traçado por objetivos, decisões, planos, oportunidades e desafios. Para tal é preciso que cada indivíduo saiba agilizar-se a fim de concretizar o que planeou para a sua vida, apesar das contrariedades. Como afirma Freire (1967, p. 9), é importante que o indivíduo possua uma “(...) análise crítica de seus achados”. Neste sentido, por meio da pergunta “Qual o seu projeto de vida?” procurou-se perceber como é que as vítimas têm reorganizado o seu projeto de vida, assim como entender quais as perspetivas que as mesmas têm para o futuro. De acordo com o testemunho da utente “Carla”, a reorganização do projeto de vida passa por “voltar a ter o meu espaço, de me sentir independente e livre (...) continuar à procura de casa (...)”; a utente “Joana” também refere que deseja “sair, construir a minha vida com o meu filho e manter o trabalho”; e, por fim, a utente “Sofia” reforça o mesmo sentimento “Neste momento eu quero um lugar para ficar, para que eu me possa sentir livre (...)”. Deste modo, pode concluir-se que todas as utentes entrevistadas têm procurado reorganizar a maior parte da sua vida, têm trabalho, escola para os filhos, entre outros. Contudo, como forma de conseguirem a sua total autonomização necessitam de uma habitação, um lugar que possam chamar de seu e ser independentes.

Ao nível de perspetivas para o futuro, todas desejam ter a sua independência, como já referido – ter uma casa com os filhos e manter o trabalho. Porém a maioria vê-se ou a sair do país, ou a regressar para a sua área de residência, uma vez que os valores pedidos para arrendamento, na zona de residência da CA, não estão ao alcance do rendimento familiar. Como afirma a utente “Joana”

Aqui as casas estão muito caras, não sei se vou ficar por aqui (...) Pois, porque quatrocentos na minha zona é um ordenado. Pagava só casa e depois? Lá ainda tinha as ajudas das casas sociais, aqui não sei se tenho (...) Enquanto lá os

quartos estão a duzentos e cinquenta/trezentos, aí já dá para uma mãe e um filho (...)

Contudo, a equipa técnica enfrenta um conjunto de desafios para conseguir apoiar a reorganização do projeto de vida das utentes. De acordo com a assistente social, um dos maiores desafios reside no apoio proporcionado

(...) sentimento de ambivalência que gera o maior desafio para as equipas de uma Casa de Abrigo se por um lado a integração em casa abrigo é, muitas das vezes, a única forma que as vítimas possuem de quebrar a relação de violência quando os seus recursos para o fazer de forma autónoma são nulos, por outro é a injustiça sentida e vivida de quem tudo deixa para trás.

A psicóloga identifica que - os principais desafios no seu trabalho - estão intrinsecamente relacionados com a veracidade dos relatos, as crianças envolvidas e com as mães afetadas. Como menciona,

(...) os maiores desafios que nós temos com elas é a capacidade de elas nos dizerem a verdade ou não (...) nós temos sempre dois desafios que são as adultas e as crianças (...) às vezes são pessoas que são lutadoras que realmente querem, e outras vezes temos mulheres extremamente manipuladoras (...) é saber lidar com a pessoa que temos à frente (...).

Com base na análise de dados realizada pode concluir-se que CA teve um impacto positivo na reorganização do projeto de vida das utentes. Contudo, para que a sua autonomização seja completa torna-se necessário uma casa para viver. A falta de habitação é um exemplo dos muitos desafios enfrentados pela equipa técnica, a fim de conseguir apoiar a reorganização do projeto de vida das utentes. Neste sentido, é importante que as vítimas tenham conhecimento acerca dos apoios sociais prestados na sua atual zona de residência, a fim de obterem a desejada independência. Assim, também se entende como essencial reconhecer o valor intrínseco do trabalho realizado pelas equipas técnicas, que não apenas oferecem ajuda prática, mas também carregam consigo a possibilidade da renovação.

6.8 Intervenção do Serviço Social junto das mulheres entrevistadas

A intervenção de profissionais junto das vítimas de violência doméstica é de grande importância, pois permite apoiar as mesmas na reorganização do seu projeto de vida. Como afirma Cera (2016), “Fundamentalmente, pretende-se a reinserção social(...)”

(Executive Agency for Health and Consumers, s/d; Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2009; Instituto da Segurança Social, 2014 citado em Cera, 2016, p. 40). Deste modo, para uma melhor análise sobre este ponto colocou-se a seguinte questão “De que forma o vosso trabalho contribuí para a reorganização do projeto de vida das utentes?”. Esta pergunta tem como objetivo compreender a influência que a equipa técnica tem no empoderamento das utentes.

Com base nas respostas à questão previamente formulada, pode-se inferir que as intervenções da equipa técnica junto das utentes têm um impacto positivo na reestruturação dos seus projetos de vida, apesar dos diversos desafios enfrentados pela equipa. De acordo com a psicóloga a CA é considerada “(...) um espaço para elas (vítimas) pararem e repensarem naquilo que querem”. Neste contexto, torna-se fundamental destacar a importância da intervenção da equipa técnica junto das utentes, uma vez que desempenham um papel impulsionador na reorganização do projeto de vida das mesmas. Contudo, esta assistência só é possível quando as utentes consentem que a equipa as auxilie na sua jornada.

Conforme sublinhado pela educadora social “(...) o nosso foco sempre é fazer a integração dos agregados na comunidade (...) nem sempre é possível o que elas gostariam, mas quando há força de vontade acaba por se conseguir chegar a um meio termo (...)”. O trabalho empreendido pela equipa técnica concentra-se primordialmente no apoio psicológico e psicossocial, com o propósito de dotar a vítima das ferramentas necessárias para uma reintegração harmoniosa na comunidade local, ao mesmo tempo que se rompem os laços com o passado e se retomam as atividades do quotidiano. Este esforço coletivo visa sobretudo o empoderamento das utentes, ou seja, o fortalecimento da sua autonomia e independência. Conforme salientado pela assistente social “É neste ponto que se torna fulcral o trabalho de apoio e acompanhamento biopsicossocial que os profissionais da instituição desenvolvem (...) trabalhar todo um conjunto de competências e recursos pessoais, com vista a dotá-la de uma autonomia própria e independente”.

Nem todas as utentes conseguem reorganizar o seu projeto de vida, contudo, entende-se como crucial ter em conta que cada caso é singular. Verificam-se situações em que a vítima recomeça a sua vida do zero, na área de residência da CA ou mesmo em localidades completamente distintas das de onde moravam anteriormente. Existem, também, casos em que a utente acaba por regressar ao agressor, persistindo no relacionamento devido a sentimentos amorosos. Contudo, entende-se como relevante

destacar que muitas destas mulheres enfrentam dependência afetiva, conforme inumerado pela psicóloga

(...) e há uma característica que muitas vezes é comum em todas estas mulheres que é dependência afetiva (...) acabam, muitas vezes, por ter aqui uma relação de amor-ódio com o próprio agressor (...) elas já estão habituadas a esta vida, já estão habituadas a esta forma de estar, dar um salto no escuro muitas vezes é difícil (...).

Para a assistente social, parte do êxito no processo de reorganização do projeto de vida “(...) passa essencialmente por a vítima não chegar ao acolhimento com falsas expectativas para que não se sinta defraudada e, por conseguinte, levar a desistir do processo de reconstrução de vida”. Entende-se, portanto, que é de extrema importância fornecer antecipadamente à utente informações sobre os seus direitos e responsabilidades, dado que a estadia numa CA envolve algumas implicações. A informação transmitida à utente deve ser clara, objetiva e assertiva, com o propósito de não amenizar ou desencorajar a sua integração na CA.

Do mesmo modo, a assistente social refere que a resolução dos desafios encontrados passa pela gestão dos mesmos, salientando que estes “são geridos essencialmente pela primazia de reuniões tidas com as utentes de forma a prestar/clarificar todas as dimensões de apoio (...)”, destacando assim a importância da transparência nestas interações, entendida como fundamental para construir um vínculo de confiança entre o profissional e a utente.

Contudo, o assistente social tem um papel importante na sua intervenção em sociedade, uma vez que deve procurar promover a coesão, o desenvolvimento e a mudança social, assim como o empoderamento do indivíduo, tendo sempre o objetivo de conciliar os indivíduos, a comunidade e as políticas sociais. Nesta problemática específica, a violência doméstica, o assistente social procurará intervir no problema, compreender as causas e dar às utentes as ferramentas necessárias para que possam ultrapassá-lo. Além de procurar estabelecer uma relação estável com a utente, acompanhar de perto o processo e ter uma atitude proativa. O Assistente Social não trabalha sozinho, exerce o seu trabalho em rede, por meio da criação de parcerias e de uma abordagem multidisciplinar que visa uma melhor intervenção na sociedade. Contudo, durante o acompanhamento torna-se necessário o profissional nunca perder os

princípios orientadores da sua profissão para poder ter um acompanhamento mais especializado.

Com base na análise das respostas obtidas e na profunda compreensão das experiências compartilhadas pelos profissionais envolvidos, é possível inferir que as intervenções da equipa técnica nas CA desempenham um papel central inestimável na reestruturação dos projetos de vida das utentes, mesmo diante de uma miríade de desafios multifacetados e intrincados. Através deste estudo, emergem ligações fundamentais sobre a resiliência humana e a capacidade de transformação.

Em suma, o contexto das CA torna-se um cenário crucial para o florescimento das utentes, onde a esperança é reavivada, a autonomia é fomentada e a independência é conquistada. Este caminho, marcado por desafios, é profundamente enriquecido pela força de vontade e determinação das utentes, bem como pela dedicação incansável dos profissionais que as auxiliam nesse processo de redescoberta e renovação.

À medida que se contemplam os relatos e as experiências compartilhadas sobressai a importância vital das instituições de apoio e do papel transformador da assistência técnica em proporcionar não apenas abrigo físico, mas também um refúgio para a alma. As CA tornam-se guias de esperança, conduzindo as utentes em suas caminhadas em direção a um futuro mais promissor.

Este estudo remete para o pensamento de que, mesmo nos momentos mais sombrios, a intervenção humana e empática pode ser o fio condutor para um caminho em direção à reconstrução da vida e a busca da plenitude. Como tal entende-se como necessário continuar a apoiar e valorizar esses esforços, garantindo que a Esperança e a transformação continuem a ser acessíveis a todos aqueles que buscam uma vida livre de violência e plena de oportunidades.

Conclusões

A violência doméstica é um problema social que tem vindo a ganhar cada vez mais visibilidade nas nossas sociedades, por isso optou-se por compreender o percurso de vida das vítimas de violência doméstica, assim como a influência que a institucionalização tem na reestruturação do seu projeto de vida. Neste sentido, o estudo empírico tem como pergunta de partida: *Como é o percurso de vida de mulheres vítimas do crime de violência doméstica protegidas em casa de abrigo?*

No presente trabalho optou-se pelo método qualitativo, uma vez que possibilita realizar a análise holística da problemática, sem a retirar do seu contexto. A nível do método de recolha de dados escolheu-se a entrevista semidiretiva, pois permite perceber o modo como os indivíduos interpretam as suas vivências, para além de proporcionar ao investigador uma análise mais aprofundada sobre o problema social. Relativamente à análise de conteúdo selecionou-se a análise temática que possibilita revelar o modo como o interlocutor observa a sua realidade. O contexto da pesquisa foi a Fundação Vitor Reis Morais, mais especificamente a resposta social CA “Santo António”. Nesta CA estavam dezoito utentes, tendo sido selecionadas três segundo o critério de obter uma análise mais aprofundada sobre o percurso de vida das vítimas.

Assim, iniciar-se-á o momento de reflexão sobre os objetivos propostos, em conjugação com os resultados obtidos. Para um conhecimento mais detalhado sobre a problemática em questão delineou-se o seguinte objetivo geral: compreender o processo vivido por mulheres vítimas de violência doméstica, até à sua entrada numa CA. Através deste objetivo pode concluir-se que a violência doméstica tem um impacto profundo na vida das vítimas, este impacto é sentido a nível familiar, psicológico, emocional, físico, social, laboral e económico. Além disso, conclui-se também que a passagem pela CA influenciou positivamente a vida das utentes, pois permitiu que rompessem as ligações com o passado e se reintegrassem na comunidade e nas atividades quotidianas.

Deste modo, chegou-se às conclusões anteriores mediante um conjunto de objetivos específicos delineados a partir do objetivo geral. O primeiro objetivo específico - “Compreender o contexto familiar e social da vítima, antes e depois do casamento” - permitiu perceber de forma mais detalhada o modo como a vida familiar da utente afetava as suas escolhas e vivências em sociedade. Pode observar-se que o relacionamento problemático que as utentes tinham com os seus conjugues influenciava negativamente a sua vida, uma vez que o agressor procurava exercer o seu domínio por meio da violência física e psicológica. Deste modo, quem exerce violência sobre o outro procura magoar, humilhar, controlar e assustar a pessoa com quem mantém um relacionamento. No caso da utente “Sofia”, o ex-marido queria que a utente ficasse somente em casa e caso fosse contrariado, em qualquer situação, ou não estivesse bem (por algum motivo) era violento com a companheira, mesmo no período da gravidez. Estas agressões dão origem, em muitos casos, a depressões, lesões traumáticas, stress pós-traumático, ansiedade, esterilidade, dificuldade de memória, dificuldades de concentração, pesadelos, entre

outros. Muitas vezes, apesar dos maus-tratos, estas mulheres mantem o casamento, que não é saudável, por: estar afetivamente ligado ao agressor ou agressora; ter medo de se envolver novamente; vergonha de contar a alguém e sofrer represálias; ter medo do parceiro/a ou ter receio de ficar sozinha.

A violência doméstica atinge todos os membros do agregado familiar. Neste estudo foi possível concluir o agressor também exercia pressão psicológica sobre os filhos a fim de poder obter mais informações acerca da companheira ou como forma de atingi-la, como é o caso da utente “Joana” que o ex-companheiro fazia chantagem emocional com o filho para que este não saísse, de casa, com a mãe. A instabilidade vivida no contexto familiar tem um efeito devastador sobre os filhos, pois os seus primeiros anos de vida são marcados pela violência. Deste modo, os filhos apresentam uma maior propensão a comportamentos desviantes. Os comportamentos violentos provocam medo constante nas suas vítimas, este medo restringe a sua autonomia, inclusive quando o agressor não está presente, pois o receio influencia as suas decisões, ações, pensamentos e o modo de se definir.

A nível social, a vítima tem receio de estar com outras pessoas por causa das reações do marido, tem medo de andar na rua pois pode estar a ser vigiada e tem receio que o companheiro faça mal aos seus familiares ou amigos. Por exemplo, no caso da utente “Joana” o companheiro tinha ciúmes quando ela falava com os amigos de família na sua presença. No caso da utente “Sofia” o companheiro tinha reações agressivas nas festas a que iam. No caso da utente “Carla” o companheiro controlava todos os seus passos (onde estava e com quem falava). Estas situações fazem com que a vítima se sinta triste e desamparada, pois vai perdendo, aos poucos, a sua rede de apoio, dando origem a um sentimento de desconfiança face aos outros. Foi possível concluir que esta situação leva ao isolamento da vítima, uma vez que deixa de conviver com a sua família e amigos, acabando por ter a rotina da casa-trabalho-casa ou por ficar somente em casa. O desempenho laboral também foi afetado pelo estado físico e psicológico das vítimas, uma vez que estas acabavam por não conseguir cumprir as metas propostas, derivado à falta de concentração, à insegurança ou, ao simples facto, de estar com dores no corpo por causa das agressões físicas. Como se pode observar através do testemunho da utente “Sofia” ao referir que quando a mente não está bem, não é possível realizar o trabalho em condições. A nível económico, foi possível observar que o agressor procura controlar os rendimentos da companheira, por exemplo não dar dinheiro ou controlar o ordenado. Esta situação é

visível no caso da utente “Sofia”, que ao querer sair do ambiente abusivo não tinha dinheiro para conseguir sobreviver, o que a levava a ficar com o marido. Neste sentido, sugere-se um aumento das ações de sensibilização a fim de se formar uma maior consciência acerca desta problemática, assim como promover uma mudança de atitude. Sugere-se, ainda, uma intervenção de profissionais de diversas áreas junto das utentes, a fim de apoiar as vítimas nos seus casamentos.

O segundo objetivo específico - “Compreender o percurso institucional da vítima, por meio das suas experiências prévias de intervenção institucional” - permitiu analisar as mudanças após a saída do ambiente abusivo. Primeiramente foi necessário um pedido de ajuda por parte da vítima, mas derivado às condições psicológicas e emocionais que as utentes apresentavam foi necessário um impulso externo. Este apoio foi um fator decisivo para que as vítimas procurassem mudar de vida. Como é o caso da utente “Sofia” que foi através de insistência médica que pediu ajuda. Ser vítima de alguém com quem se escolhe casar é uma experiência difícil de resolver e dolorosa. É necessário que a pessoa perceba que o que esta acontecer à sua volta é violência, sendo muitas vezes difícil de perceber como é que alguém que ama é capaz de maltratar. A demora em pedir ajuda está relacionada com o medo, a insegurança, a esperança que o companheiro mude, o não querer separar a família e a dependência financeira. Como foi possível observar através do testemunho da utente “Joana” ao afirmar que tinha receio de pedir ajuda, assim como não queria separar a família. Foi necessário, também, efetuar a denúncia num organismo público (PSP, GNR, Hospital) que tomasse todos os cuidados necessários. Por exemplo, no caso da utente “Sofia” após ter revelado ao médico a situação pela qual estava a passar, este encaminhou-a para entidades competentes que tomaram as medidas necessárias para a ajudar.

Como resultado da denúncia, pode concluir-se que todas as utentes saíram da sua residência habitual para uma CA com o objetivo de reorganizar o seu projeto de vida, para tal foi necessário que a vítima desejasse realmente mudar o rumo da sua vida. O processo de adaptação à CA foi complicado, pois as utentes saem da sua área de residência para um lugar totalmente desconhecido, com pessoas desconhecidas, onde, por vezes, o ambiente não é saudável. Como foi possível observar no testemunho da utente “Carla” ao declarar que a adaptação à CA foi muito complicada. Apesar disso, pode concluir-se que a equipa técnica foi um pilar para a vida das vítimas, prestando todo o apoio necessário para a reorganização do projeto de vida. Neste sentido, pode concluir-se

que as utentes têm conseguido, aos poucos, reorganizar o seu projeto de vida, uma vez que já tem trabalho, escola para os filhos, começam a ter a sua autonomia e independência, entre outros. Foi possível observar, também, que após a entrada na CA as utentes conseguiram retomar o contacto com a família, mas sempre com o devido cuidado e sem partilhar informações confidenciais. Com base nas conclusões acima referidas, entende-se como necessário promover uma maior consciência, na comunidade, sobre a violência doméstica, como forma de existir um maior apoio junto das vítimas. Além disso, também se entende como necessário continuar a fomentar um ambiente acolhedor nas CA, como forma de motivar as vítimas a reorganizar o seu projeto de vida.

O terceiro objetivo específico - “Conhecer as perspetivas para o futuro das utentes” - está relacionado com a forma como a saída do ambiente abusivo alterou as perspetivas para o futuro das utentes, assim como os desafios encontrados pela equipa técnica para apoiá-las na reorganização do seu projeto de vida. Neste âmbito, pode concluir-se que as utentes modificaram as suas perspetivas para o futuro, deixando de viver com medo e na dependência do agressor para desejarem retomar a sua autonomia e independência, como foi possível observar no testemunho da utente “Sofia” ao referir que deseja ter um espaço seu e cuidar da sua filha. Neste sentido, pode concluir-se que a CA teve uma influência positiva na reorganização do projeto de vida das utentes. Contudo, um dos grandes constrangimentos para a sua total independência é o valor do aluguer das casas, na área de residência da CA, que não é compatível com o salário do agregado familiar, levando as utentes a ponderar regressar à sua zona de residência anterior ou ir para o estrangeiro. Como é o caso da utente “Joana” que afirma que não lhe é possível alugar casa, na zona de residência da CA, por falta de meios financeiros e que pondera regressar para a sua área de residência.

Ao longo dos anos de trabalho, a equipa técnica tem enfrentado um conjunto de desafios internos e externos com o objetivo de apoiar a reestruturação do projeto de vida das utentes. Neste sentido, a nível de desafios internos destacam-se: a manipulação, por parte das vítimas, aos técnicos e ao sistema (jurídico e social), na qual as utentes distorcem ou omitem os factos para seu benefício; a capacidade de as utentes dizerem, ou não, a verdade, ou seja, se a vítima não disser a verdade a reorganização do seu projeto de vida sairá ao contrário do esperado; fazer com que a criança perceba o que é a felicidade e que esta é possível, apesar de ter vivido num ambiente familiar conturbado; e, por fim, o facto do apoio prestado poder conduzir a resultados diferentes do esperado, levando a utente

ao isolamento, desenraizamento, à clandestinidade, ao controlo excessivo das situações, à vigilância constante, à acomodação, entre outros. A nível dos desafios externos subentende-se que estão ligados à procura de casa, ao trabalho, à escola dos filhos, ou seja, à inserção na comunidade local. Pode concluir-se que estes desafios, como já referido, podem conduzir a vítima ao desânimo na sua caminhada para a sua independência e autonomização, o que será uma perda, a diversos níveis, para a sociedade.

Deste modo, entende-se como necessário que as vítimas conheçam os apoios sociais prestados na zona de residência da CA. Assim como, torna-se necessário valorizar os esforços das equipas técnicas na reorganização do projeto de vida das utentes, a fim de estas continuarem perseverando no seu propósito.

O quarto objetivo específico - “Perceber de que forma a institucionalização coopera na reorganização do projeto de vida das utentes” - permitiu entender o modo como a equipa técnica contribuiu para a reorganização do projeto de vida. Neste sentido, pode concluir-se que o trabalho realizado pela equipa técnica está relacionado com o apoio psicológico e psicossocial, com o objetivo de dar às utentes as ferramentas necessárias para romperem as ligações com o passado e para a sua reintegração na comunidade. Este trabalho só é possível, segundo a Educadora Social, quando as utentes permitem serem apoiadas. Porém, o apoio prestado pela equipa técnica não se restringe somente ao facto de dar as ferramentas necessárias, mas inclui um apoio mais prático, ou seja, este apoio consiste em ajudar a utente a colocar em prática as ferramentas disponibilizadas. Por exemplo, ajuda para encontrar trabalho, no cuidado dos filhos, na procura de casa, entre outros. Como é o caso da utente “Carla” que afirma que a equipa técnica tem dado apoio em todas as áreas da sua vida. Neste estudo foi possível aferir, como já referido, que o apoio prestado pela equipa técnica tem tido o efeito esperado, uma vez que as utentes têm conseguido reorganizar, aos poucos, o seu projeto de vida. Contudo, pode concluir-se que nem todas as utentes conseguem reorganiza-lo, acabando muitas vezes por voltar para o agressor porque continuam seduzidas pelo facto de terem uma relação com alguém.

Perante os relatos obtidos, pode concluir-se que o trabalho desenvolvido pela equipa técnica acarreta desafios que precisam de ser resolvidos, alguns destes desafios, como é o caso da manipulação por parte das vítimas, são geridos diariamente. Os restantes desafios são geridos mediante reuniões com as utentes, como forma de clarificar as

dimensões do apoio prestado, tendo sempre como base a transparência. Esta honestidade permitirá criar um vínculo de confiança entre o profissional e a utente, empatia e empoderamento, de modo a que as vítimas reconheçam a disponibilidade dos profissionais para as apoiar. Pode concluir-se que estas formas de resolução de conflitos permitem manter um convívio harmonioso entre as utentes e os técnicos. Com base na análise das conclusões acima descritas, entende-se como essencial continuar a apoiar os esforços desenvolvidos pela equipa técnica através de grupos de suporte para a mesma, como forma de continuar a ser um suporte para as vítimas.

Em suma, a violência doméstica é um problema que afeta o indivíduo, o agregado familiar e a comunidade. As agressões sofridas influenciam negativamente a saúde física e psicológica das vítimas, assim como as suas decisões, ações e pensamentos, acabando por agir em função do agressor. Deste modo, pode concluir-se que as vítimas demonstraram insegurança, medo, incapacidade social e laboral e falta de autonomia e independência, o que as levou, muitas vezes, ao isolamento. No caso dos filhos, a falta de estabilidade no ambiente familiar, pode torná-los mais propensos a comportamentos desviantes.

Após a saída do ambiente abusivo, as vítimas começaram a reorganizar o seu projeto de vida, através da mudança de perspetiva acerca de si próprias e da forma como gerem a sua vida. Neste sentido, as utentes têm restaurado, de forma gradual, a sua confiança, autonomia e independência. Para tal, é de notar os esforços desenvolvidos pela equipa técnica para que o processo de reorganização do projeto de vida seja um sucesso, apesar de todos os desafios existentes.

Como forma de terminar a presente dissertação pretende-se delinear algumas limitações encontradas ao longo do estudo, assim como apresentar algumas recomendações e sugestões para estudos futuros.

A nível de limitações, inicialmente o presente estudo incidiria sobre os homens vítimas de violência doméstica, contudo não foram encontrados dados suficientes acerca da violência doméstica masculina, o que levou a uma mudança do público-alvo para a violência doméstica feminina. Uma outra limitação encontrada, prendeu-se com a burocracia necessária para se iniciar o estudo na CA, o que deu origem a um atraso na investigação.

Em termos de recomendações e sugestões, destaca-se a questão social pois, apesar dos esforços empreendidos na área da violência doméstica, torna-se importante a sociedade estar cada vez mais atenta a esta problemática, a fim de reduzir os índices de violência doméstica e minimizar o seu impacto. É de realçar, também, a necessidade de consciencialização e responsabilização na área da violência doméstica masculina, uma vez que existem poucos dados sobre o mesmo.

Ao longo desta dissertação foram surgindo novas áreas de interesse para futuros estudos e considera-se pertinente perceber a realidade das vítimas de violência após a saída de uma CA; entender que trabalho é desenvolvido com os agressores e quais os resultados; compreender o percurso de vida de homens vítimas de violência doméstica.

Para terminar, apesar de todas os esforços, a nível legislativo, efetuados até ao momento, observou-se que ainda são necessárias mudanças a diversos níveis, especialmente na área da responsabilidade social. Entende-se ser de extrema importância cada indivíduo estar atento ao problema do outro, a fim de poder ser um apoio, visando uma sociedade cada vez mais altruísta, justa e igualitária.

Bibliografia

- Aboim, S. (2006). Conjugalidade, afectos e forma de autonomia individual. *Análise Social*, *XLI*(180), 801-25
- Alargamento da proteção das vítimas de violência doméstica, Lei n.º 57/2021 (2021) (Portugal) <https://files.dre.pt/1s/2021/08/15800/0000600013.pdf>
- Alves, A. (2019). *A saúde física e mental dos homens vítimas de violência nas relações de intimidade: Uma revisão sistemática* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto] <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/123891>
- Alves, C. (2005). *Violência Doméstica* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade de Coimbra
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2008). *Violência Doméstica nas relações homossexuais*. <https://apav.pt/lgbt/menudom.htm>
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2012). *Tipos de violência doméstica*. <https://apav.pt/vd/index.php/vd/tipos-de-violencia>
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2014). *Como a violência doméstica o/a afeta*. <https://apav.pt/pessoasidosas/index.php/ser-vitima/como-a-violencia-o-afeta>
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2020). *Estatísticas APAV: Relatório Anual 2020*. https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2020.pdf
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2021a). *Estatísticas APAV: Relatório Anual 2021*. https://apav.pt/apav_v3/images/press/Relatorio_Anual_2021.pdf
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2021b). *Violência doméstica*. <https://apav.pt/vd/index.php/features2>
- Associação de Profissionais de Serviço Social. (2019). *Código deontológico dos assistentes sociais em Portugal*. APSS.

- Associação de Profissionais de Serviço Social. (2023). *Definição de Serviço Social*. <https://servicosocial.pt/definicao-de-servico-social/>
- Carrilho, M. (2018). *O crime de violência doméstica e a proteção da vítima* [Dissertação de Mestrado, Universidade Lusíada]. http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/3845/1/md_mariana_carrilho_dissertacao.pdf
- Cera, N. (2016). *Violência doméstica – percursos de vida de mulheres vítimas de violência no contexto familiar* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Algarve]. <https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/9990/1/Dissertação%20-%20Final.pdf>
- Costa, D. (2010). *A intervenção em parceria na violência conjugal contra as mulheres: Um modelo inovador?* [Tese de Doutoramento, Universidade Aberta]. <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1813/2/Dália%20Costa.pdf>
- Costa, D. (2014). Intervenção do serviço social na violência doméstica, na saúde da mulher e da criança e com sem-abrigo, pessoas com demência, e pessoas idosas. In M. Carvalho & C. Pinto (Eds.), *Serviço social teorias e práticas* (pp. 313-345). Factor.
- Costa, D. (2019). *Violência familiar e parafamiliar – caracterização do fenómeno*. In *Violência familiar e filio-parental* (ed. 1ª, pp. 23- 45). Centro de Estudos Judiciários.
- Costa, C. (2021). *A invisibilidade LGBT: Violência na intimidade de casais homossexuais e o papel das estruturas de apoio às vítimas* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/137698/2/514720.pdf>
- Coutinho, M. & Sani, A. (2010). Casa abrigo: A solução ou o problema? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(4), 633-641. <https://www.scielo.br/j/ptp/a/78Q7sbxhjrv8tqQCc3X9pQv/?lang=pt&format=pdf>
- Czuba, J. (2015). *Violência doméstica entre parceiros íntimos homossexuais* [Dissertação de Mestrado, ISPA]. <https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/4527/1/19781.pdf>

- Decreto Regulamentar, n.º 1/2006 (2006) (Portugal).
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-regulamentar/1-2006-542017>
- Duarte, M. (2011). Violência doméstica e a sua criminalização em Portugal: obstáculos à aplicação da lei. *Sistema Penal & Violência doméstica*, 3(2), 1-12.
<https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/89243/1/Violencia%20Domestica%20e%20sua%20Criminalizacao%20Em%20Portugal.pdf>
- Farias, R. (2014). *Violência conjugal: O silêncio das vítimas* [Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa]. <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/17789>
- Freire, P. (1967). *Educação como prática da Liberdade*. Paz e Terra.
- Fundação Vitor Reis Morais. (2023). *Fundação Vítor Reis Morais: fundação solidariedade social*. <https://www.fundacaovrm.pt/>
- Fundação Vitor Reis Morais. (2023). Regulamento interno casa de abrigo “santo antónio”. FVRM.
- Lopes, F. (2016). *Violência doméstica contra homens: Perceções das forças de segurança* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho].
<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/43250>
- Malainho, A. (2016). A formação em serviço social em Portugal. In A. Martins, C. Santos, D. Simões, J. Ferreira & M. Braz (Eds.), *SERVIÇO SOCIAL PORTUGAL – BRASIL: Formação e exercício em tempos de crise* (pp. 93-107). Papel Social
- Marques, D. (2018). *O papel do serviço social em contexto de casa de abrigo para mulheres e crianças vítimas de violência doméstica* [Dissertação de Mestrado, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa]. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/17270/1/master_diana_pires_marques.pdf
- Martins, E., Rato, M., & Marques, E. (2017). Violência familiar: Conceitos, impacto e intervenção dos profissionais de saúde. *Egitania Scientia*, 11(21), 7-21.
<http://bdigital.ipg.pt/dspace/handle/10314/4195>

- Ministério de Administração Interna. (2021). *Violência doméstica – 2020. Relatório anual de monitorização.* SGMAI. <https://www.sg.mai.gov.pt/Paginas/ViolenciaDomesticaRelatorios.aspx>
- Ministério de Administração Interna. (2022). *Violência doméstica – 2021. Relatório anual de monitorização.* SGMAI. <https://www.sg.mai.gov.pt/Paginas/ViolenciaDomesticaRelatorios.aspx>
- Netto, J. P. (2005). *Ditadura e serviço social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.* Cortez Editora.
- Organização Mundial de Saúde. (2014). *Relatório mundial sobre a prevenção da violência 2014.* <https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2015/11/1579-VIP-Main-report-Pt-Br-26-10-2015.pdf>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em ciências sociais.* Gradiva.
- Regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência das suas vítimas, Lei n.º 112/2009 (2009) (Portugal). <https://files.dre.pt/1s/2009/09/18000/0655006561.pdf>
- Serrano, G. (2008). *Elaboração de projetos sociais.* Porto Editora.
- Sistema de Segurança Interna. (2020). *Relatório anual de segurança interna 2020.* Governo – República Portuguesa. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-2021>
- Sistema de Segurança Interna. (2021). *Relatório anual de segurança interna 2021.* Governo – República Portuguesa. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-2021>
- Terceira alteração à Lei n.º 112/2009, Lei n.º 129/2015 (2015) (Portugal). <https://files.dre.pt/1s/2015/09/17200/0689806918.pdf>

União Europeia. (2023). *Medidas da U. E para pôr termo à violência doméstica contra as mulheres*. Conselho Europeu. <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eu-measures-end-violence-against-women/>

Apêndice

Apêndice 1 – Cronograma

	setembro	outubro	novembro	dezembro	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro
Revisão de Literatura														
Realização das entrevistas														
Análise e tratamento dos dados														
Redação e revisão da versão final da dissertação														

Apêndice 2 – Declaração de Consentimento Informado

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu (nome completo) _____, solicito a sua participação num estudo de investigação para o término e obtenção do Mestrado em Serviço Social - Riscos Sociais e Desenvolvimento Local, cujo objetivo genérico é _____.

Neste sentido, ao abrigo do Regulamento Geral de Proteção de Dados (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Abril (RGPD), gostaria de contar com o seu consentimento para a realização de uma entrevista, cujas respostas serão confidenciais e utilizadas para fins de investigação.

Informa-se adicionalmente que a participação nesta investigação tem um carácter voluntário, pelo que pode negá-la ou decidir interromper a realização da entrevista a qualquer momento, se assim o entender.

Data: __/__/__

Assinatura: _____

Apêndice 3 – Guião de Entrevista às Mulheres

Subcategorias	Objetivos específicos	Questões	Questões auxiliares
Contexto familiar e social	Compreender o contexto familiar e social da mulher, antes e depois do casamento;	<ol style="list-style-type: none"> 1. De onde é natural? 2. Qual é a sua idade? 3. Qual o seu grau de formação? 4. Qual o seu estado civil? 5. Tem filhos? 6. Qual a idade dos seus filhos? 7. Onde se encontram os seus filhos? 8. Detêm algum problema de saúde? 9. No local onde vivia, estava a trabalhar? Se sim, onde é que trabalhava? 10. Há quanto tempo está no algarve? 11. Quais as razões que a levaram para o algarve? 12. Como foi a sua infância? 13. Como era a sua relação familiar? 	<p>Questão 1: Onde é que nasceu?</p> <p>Questão 3: Até que ano esteve na escola? Fez o ano completo?</p> <p>Questão 5: Se sim, quantos? Se não, existe algum motivo especial?</p> <p>Questão 7: Onde é que vivem os seus filhos? Vivem consigo ou com outra pessoa ou sozinhos?</p> <p>Questão 8: É uma pessoa saudável? Se não, que problema de saúde tem?</p>

		<p>14. Quanto tempo esteve nesse relacionamento?</p> <p>15. De que género eram as agressões?</p> <p>16. O seu companheiro(a) também agredia os seus filhos?</p> <p>17. De que forma o ambiente familiar em que estava influenciava a sua vida?</p>	<p>O seu problema da saúde faz-lhe ficar dependente de outra pessoa?</p> <p>Questão 12: Tinha um bom relacionamento com os seus pais? Vivia com os seus pais ou com outros familiares? Como descreve o ambiente em que vivia?</p> <p>Questão 13: Sempre existiu agressão? Ou começou numa fase mais tardia?</p> <p>Questão 14: Quantos anos esteve como o seu companheiro ou companheira? Durante quanto tempo aguentou a agressão?</p>
--	--	--	---

			<p>Questão 15: As agressões eram: psicológicas, físicas ou verbais? Ou existia um pouco de todas?</p> <p>Questão 17: Como é que vivia a sua vida? Quais os medos e receios que tinha? Ficava sempre em casa ou saía? Mantinha relacionamentos com familiares ou amigos? Quando estava com eles como se sentia? E qual o comportamento do/a agressor/a durante e após os encontros com familiares ou amigos? Qual a sua postura no trabalho?</p>
Percorso Institucional	Compreender o percurso institucional da vítima, por meio das suas experiências prévias de intervenção institucional;	<ol style="list-style-type: none"> 1. Alguma vez pediu ajuda ou apresentou queixa? 2. O que a levou a efetuar a denúncia? 	Questão 2: Foi você que apresentou queixa ou foi algum amigo ou familiar? Qual/quais o(s) motivo(s)?

		<ol style="list-style-type: none"> 3. Em que instituição efetuou a denúncia? 4. Qual a sua opinião sobre o modo como foi recebida na instituição? 5. Qual o motivo para a demora em tomar a decisão de efetuar a denúncia? 6. O que aconteceu após efetuar a denúncia? 7. Durante o processo pediu ajuda a algum familiar ou amigo? Qual a razão? 8. Como foi acolhida na Casa de Abrigo? 9. Está há quanto tempo na Casa de Abrigo? 10. Como foi o processo de adaptação? 	<p>Questão 4: Sentiu-se acolhida? Sentiu que foi ouvida?</p> <p>Questão 6: foi encaminhada para um abrigo de emergência? Levaram-na ao hospital para observar o seu estado de saúde? Voltou para casa?</p> <p>Questão 8: Qual o primeiro impacto? Como foi acolhida pela equipa técnica?</p> <p>Questão 11: Até quando pode ficar na Casa de Abrigo? Consegue reunir as condições para viver sozinha? Ou</p>
--	--	--	--

		<p>11. Quanto tempo ainda pode ficar nesta resposta social?</p> <p>12. Conseguiu contactar, novamente, com a sua família?</p> <p>13. Qual o seu projeto de vida?</p> <p>14. De que forma a equipa técnica tem apoiado o seu projeto de vida?</p> <p>15. De um modo geral qual o impacto que a Casa de Abrigo tem tido na sua vida?</p>	<p>precisa de mais tempo para ficar na instituição?</p> <p>Questão 13: Como tenciona sair da Casa de Abrigo? Já encontrou trabalho ou ainda está à procura? Qual o seu objetivo de vida nesta fase? O que tenciona fazer para concretizar os seus objetivos?</p>
Perspetivas futuras	Conhecer as perspetivas para o futuro das utentes;	1. Que perspetivas é que tem para o futuro?	Quais os seus objetivos para o futuro? Como é que se vê daqui a uns anos?

Apêndice 4 – Guião de Entrevista às/aos Profissionais da Equipa técnica

Designação dos Blocos	Objetivos específicos	Questões	Questões auxiliares
-----------------------	-----------------------	----------	---------------------

Intervenção junto dos utentes	Analisar de que forma a institucionalização contribui para a reorganização do projeto de vida das utentes;	1. De que forma o vosso trabalho contribui para a reorganização do projeto de vida das utentes?	<ol style="list-style-type: none"> 1) Quais os resultados da vossa intervenção na vida das utentes? 2) As utentes conseguem reorganizar a sua vida ou existe algum retrocesso? 3) De que forma a estadia na instituição coopera para o empoderamento das utentes?
Desafios sentidos pela equipa	<p>Conhecer as perspetivas para o futuro das utentes;</p> <p>Analisar de que forma a institucionalização contribui para a reorganização do projeto de vida das utentes.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Quais os desafios sentidos pela equipa? 2. Como são geridos esses desafios? 	

Apêndice 5 – Transcrição da Entrevista à “Carla”

Entrevistadora (E): Boa tarde! Muito obrigada pela sua disponibilidade em participar e, então, vamos começar com as perguntas. É natural de onde?

Utente “Carla” (UC): Portugal

E: Qual a sua idade?

UC: Quarenta e um.

E: Qual o seu grau de formação?

UC: Décimo segundo ano.

E: Qual é o seu estado civil?

UC: Divorciada.

E: Têm filhos?

UC: Sim, uma menina.

E: Qual é a idade?

UC: Onze anos.

E: Os seus filhos encontram-se consigo?

UC: Sim.

E: A sua menina, neste caso.

UC: Sim.

E: No local onde vivia estava a trabalhar?

UC: Sim.

E: Se sim, onde é que trabalhava?

UC: Trabalhava para uma empresa que presta serviços para a EDP comercial.

E: Ok.

UC: E era assistente back office.

E: Há quanto tempo está no Algarve?

UC: Desde fevereiro.

E: Quais são as razões que a levaram para o Algarve?

UC: Eu quando saí da minha casa fui direcionada para uma Casa de Abrigo no norte do país, na qual estive, quase cerca 30 dias fechada, com a minha filha, porque tivemos, como chamam na Casa de Abrigo, em emergência. Apesar de haver situações de emergência eu não poderia ter ficado lá; aliás eu poderia ter ficado lá, mas por ser uma zona próxima à que a família paterna da “Alexandra” reside, tive que esperar vaga noutra Casa de Abrigo e trouxeram-me, então, aqui para o Algarve.

E: Como é que foi a sua infância? O relacionamento com a sua família? Com os seus pais?

UC: Super normal, acho eu. Feliz, tive uma infância feliz.

E: Como é que era a sua relação familiar com o seu cônjuge?

UC: Foi uma relação de vinte anos, problemática, não que ele me batesse porque nunca me bateu, mas tudo o que acontecia era mais psicológico. Ao ponto de, em 2020, eu pedir o divórcio e ele não aceitou e foi quando tudo se começou a complicar. Desde perseguições, ameaças, chantagem emocional e psicológica com a minha filha, passava as noites à porta da minha casa porque, entretanto, eu saí de casa e arranjei casa para mim e para a minha filha. Mantive-me no meu trabalho, já era efetiva, já estava naquela empresa há sete anos, passava os dias à porta do meu trabalho, passava as noites à porta da minha casa, punha pessoas a seguirem-me. Entreguei-lhe os papeis do divórcio, o qual ele disse-me que assinava, mas nunca assinou até que eu decidi pôr o divórcio em tribunal. E fui para tribunal. Ele não compareceu, só na última sessão é que ele compareceu. Saí de lá divorciada, com a guarda da minha filha, sendo que ele pode sempre opinar em tudo o que é referente a educação e saúde. Só que depois disso, as perseguições e as ameaças foram-se agravando. Tinha botão de pânico. Eu chegava a carregar no botão de pânico e a polícia só aparecia passados quarenta minutos. Até que um dia vou buscar a minha filha à porta do ginásio, porque ele ficou com autorização de apanhá-la no centro de estudos e depois levava-a para o ginásio que ele frequentava. Nesse dia, em dezembro de 2021, quando chegámos a casa, a minha filha disse-me “mãe, senta-te que precisamos de conversar”, e eu disse-lhe “fala filha”, e ela disse “mãe, o pai mostrou-me umas fotos no perfil de WhatsApp no telefone dele e disse “se a tua mãe não andar na linha são estes

homens que a vão por na linha, se ela for fazer queixa são estes homens que a vão matar e eu vou ajudar”. E eu não fiz mais nada, não pensei em mais nada fui direito à esquadra, com a minha filha, e apresentei queixa, queixa que já havia, não é? Portanto, porque logo, no decorrer do meu processo de divórcio, foi quando eu apresentei a primeira denúncia, foi quando surgiu o estatuto de vítima, meu e da minha filha, foi quando eu fiquei com o botão de pânico. Depois em janeiro, depois de tentar abrir o portão da minha casa, depois de a polícia só aparecer passado quarenta minutos, foi quando o Espaço Vida, que é uma instituição que ajuda mulheres e homens nestas situações de violência doméstica, sugeri que era mais seguro eu sair da minha casa. Então saí e desde aí que estou nesta situação, tive que deixar tudo para trás. Despedi-me do meu emprego, (choro) desculpe...deixei a minha família, a minha casa, o meu trabalho, os meus amigos para recomeçar. (Choro) Desculpe...

E: Sinta-se à vontade, é perfeitamente normal. E se existir alguma pergunta que não se sente confortável para responder, avise que nós não avançamos, eu salto a questão. Anteriormente referiu que na altura do casamento as agressões eram mais psicológicas. Sempre existiram desde o início ou começaram numa fase mais tardia?

UC: Mais tardia, mas eu quando falo, às vezes, com a doutora “Filipa”, nas consultas de psicologia, chego ao ponto de sentir que também fui culpada de estar nesta situação, porque eu tive tantos indícios para terminar antes e não terminei. Talvez, na altura, pela falta de maturidade, por acreditar que as pessoas mudam, porque quando se gosta acredita-se que a pessoa vai mudar, vai melhorar. O que é certo é que foi metade da minha vida, foram vinte anos da minha vida que nada mudou – o facto de não querer trabalhar; o facto de envolver-se com negócios ilícitos; lidar com pessoas que não são boas influencias, ao ponto de já ter estado preso; ao ponto de, já a “Alexandra” ser nascida, e a polícia entrar-me em casa, de madrugada. Ao final de vinte anos, talvez porque ganhei maturidade e vi que não era a vida que eu queria para mim, muito menos para a minha filha, porque acho que enquanto somos só nós, é diferente, mas quando já envolve crianças, eu pelo menos, comecei a pensar de outra forma e não é o que eu quero proporcionar à minha filha. E foi aí que eu decidi pedir o divórcio.

E: O seu ex-companheiro também agredia a sua filha?

UC: Não, tudo o que ele fazia à “Alexandra” era, além desses ameaços a mim diretamente, era perguntas constantes, ao ponto de a “Alexandra” estar nas aulas e ser

chamada à atenção pelos professores porque o pai estava constantemente a telefonar e a dizer: “e já foste ao telefone da tua mãe”; “e vê com quem é que a tua mãe fala”; “e descobre o pin”; “e vai às mensagens, manda print ao pai”. No momento em que eu pedi o divórcio era porque eu tinha que ter alguém. Eu perdi a minha mãe, em dezembro de 2019, com cancro e foi uma fase muito complicada na minha vida, porque eu fui cuidadora da minha mãe. Após a morte da minha mãe eu necessitei de ajuda, procurei um psicólogo porque foi muito difícil ver a minha mãe em fase terminal. Quando fui à psicóloga, já a psicóloga era a culpada. Ou seja, para ele a psicóloga é que me incentivou a pedir o divórcio. Já eram as minhas amigas. Ou seja, toda agente era culpada menos ele. Então, tudo o que ele fazia à “Alexandra” era essa pressão psicológica, de ir buscá-la só para lhe fazer perguntas, não era para irem passear, no máximo levava-a ao macdonalds a comer um Sunday, só pra lhe tentar retirar informações a meu respeito.

E: De que forma é que isso, esse ambiente em que vivia influenciava a sua vida? Por exemplo, quais eram os medos que a “Carla” tinha? Como é que ia trabalhar? Como é que se sentiu durante esse processo?

UC: Ameaçada, perseguida, com medo porque depois temos colegas, não é? De trabalho, que alguns se apercebem da situação em que tamos, ou porque falamos, ou porque desabafamos mais um pouco. Eles começaram a aperceber-se dele à porta do meu trabalho, dentro do carro, e também já se sentiam indiretamente ameaçados e com receio que ele fizesse alguma coisa. O mesmo se passava com os meus vizinhos. Ao ponto de, no dia 25 de dezembro, ter ido buscar a filha, conforme o tribunal estipulou contra a vontade dele, porque ele disse em tribunal que não festejava o natal e a procuradora perguntou-lhe “então mas você não quer nem sequer almoçar com a sua filha?”, e ele disse “à pode ser”; então ele foi buscar a “Alexandra” à porta da minha casa, para ir almoçar com a ela e eu ia almoçar a casa da minha tia. Ele levou a “Alexandra” e quando eu vou abrir o portão do meu quintal para tirar o carro, olhei para o fundo da rua e vi um carro parado, com vidros fumados, e disse “aquele carro é para mim”. Ou seja, ele foi buscar a “Alexandra” para almoçar, mas deixou lá alguém para me seguir. Eu entrei no carro, fechei o portão e acionei logo o botão de pânico. Os senhores da cruz vermelha estavam comigo ao telefone, eu ainda parei nas bombas de gasolina e o carro parou mais em cima, eu saí das bombas o carro sempre atrás de mim. Eu ainda andei às voltas, mas o carro estava sempre atrás de mim, até que o senhor da cruz vermelha disse-me para ir até à esquadra, eu fui para a esquadra. Ao mesmo tempo em que estava com o botão de

pânico, estava com a minha prima ao telefone que era com quem eu ia almoçar. Eu consegui dar a matrícula do carro à minha prima, ela anotou e quando eu cheguei à esquadra, eu expliquei a situação, puseram a matrícula no sistema e confirmou-se que era de um amigo dele. Depois ainda fui para a casa da minha tia almoçar, mas com medo que ele me seguisse, que alguém me seguisse e colocasse em risco a vida dos meus tios, porque depois não somos só nós, é quem nos é próximo.

E: Quando é que foi a primeira vez que efetuou a denúncia? Foi logo depois do divórcio ou já tinha sido antes?

UC: No decorrer do divórcio, ele não compareceu na primeira sessão e foi marcado uma segunda sessão, em que quiseram ouvir a “Alexandra”. A juíza pediu-me autorização e eu disse que sim. A “Alexandra” foi ouvida, ele também não compareceu nessa segunda sessão. No dia seguinte eu estava no trabalho, eram nove e pouco da manhã, quando eu recebo uma chamada no meu telemóvel a dizer que era da esquadra da minha área de residência. O agente apresentou-se e perguntou-me “esteve no tribunal ontem?”, eu disse “sim, estive”, e ele respondeu “nós recebemos aqui um pedido para investigar a possibilidade de violência doméstica, e necessitávamos que comparecesse na esquadra para depor”. Nesse mesmo dia dirigi-me até à esquadra para depor, fui para lá a seguir ao almoço e só saí perto das oito da noite, porque, para além do tribunal, foi feita uma denúncia anónima, na judicária de Lisboa, sobre violência doméstica. Então, foi a partir daí que tudo despoletou e saí de lá com o estatuto de vítima, eu e a minha filha.

E: Qual a sua opinião sobre a forma como foi recebida na instituição? Sentiu-se ouvida? Sentiu-se acolhida? Como é que se sentiu com...

UC: Na PSP?

E: Sim.

UC: Fui super bem tratada, o agente foi uma pessoa cinco estrelas. Nesse mesmo dia deram-me a conhecer o Espaço Vida, onde falei com duas psicólogas que me ajudaram e acompanharam em todos os momentos. O agente estava sempre disponível para me ouvir, mesmo quando fui levantar o botão de pânico a outra esquadra, também, sempre atenciosos comigo. Não tenho nada a apontar em relação à PSP, aliás nós enquanto, eu pelo menos falo por mim, enquanto cidadã, quando via os casos na televisão, não me apercebia que a polícia não tinha muito poder para agir. O agente dizia-me, várias vezes,

que gostava de me ajudar mais, gostava de me poder proteger, gostava de poder fazer mais, mas que sem a ordem do ministério público não poderia fazer nada. Então, hoje sei que realmente eles também por mais que queiram não podem fazer muito.

E: Porquê é que demorou tanto? Ou porquê é que só numa fase tardia é que houve a denúncia? Porquê é que durante esse tempo nunca efetuou a denúncia?

UC: Porque eu sabia que ia ser difícil. Eu tinha plena noção que a partir do momento em que eu pedisse o divórcio que não ia ser aceite, derivado à história dele, à vida dele, sabia que não ia ser fácil. E eu acho que, possivelmente, se não me denunciasses eu nunca teria apresentado queixa, nunca teria tido coragem de fazer o que eu fiz – de contar, de expor a minha vida, porque envolve coisas perigosas, pessoas perigosas. E o que eu tentei sempre foi que ele me desse o divórcio, quando vi que ele não me deu foi quando recorri ao tribunal e pensei vou-me divorciar e vou conseguir seguir com a minha vida, mas realmente não foi o que aconteceu.

E: O que é que aconteceu depois da denúncia? Voltou para casa? Ficou durante meses em casa com o botão?

UC: Sim, sim, sim fiquei sempre com o botão. Não, ainda estive umas semanas à espera do botão, mas não foi muito tempo. Entretanto, a seguir a essa segunda audiência, no qual surge o telefonema da esquadra para me ouvirem também recebi uma carta da CPCJ, para ir lá com a minha filha. Fui, fui ouvida por duas técnicas e foram elas até que me deram a conhecer a denúncia anónima e o teor da mesma. Também foram elas que, de certa forma, me elucidaram, no sentido real, da situação em que eu estava e do perigo que eu corria, até chegaram ao ponto de me dizerem “é melhor fugir”.

E: Durante todo o processo quem foram as pessoas que estiveram consigo? Ou seja, pediu ajuda a algum amigo? A algum familiar?

UC: Sim, a minha irmã, a minha tia, irmã da minha mãe, e mais uma amiga.

E: Se não me engano disse-me que entrou na Casa de Abrigo em dezembro, como foi?

UC: Em janeiro fui para a casa abrigo.

E: Em janeiro, como é que se sentiu acolhida na casa abrigo?

UC: Foi duro, não vou negar, foi muito duro. Não conhecia a realidade do que é viver numa casa abrigo, até porque há pouca informação. Fala-se das Casas de Abrigo na

comunicação social, mas o que é certo é que há pouca informação. Compreende o derivado? Também não poderem expor muito porque o conceito é mesmo esse, não é? É esconder-nos basicamente, mas foi difícil. Foi difícil porque apanha-se todo o tipo de pessoas, com todo o tipo de vícios. Ao ponto de os dias todos que eu lá estive de ter que dormir com o dinheiro escondido no corpo porque roubavam-me, de esconder o meu tabaco, debaixo da almofada, porque chegavam ao ponto de se espancarem umas às outras, porque se roubavam umas às outras. A comida, não vou negar, passei fome, eu e a minha filha, e depois foi a tentar gerir uma criança de dez anos, na altura, que ainda não tinha feito os onze, num quarto durante quase um mês trancadas. Foi muito duro! Não é justo, não é justo (choro).

E: Sinta-se à vontade. Se quiser eu ainda posso esperar um bocadinho até que se sinta mais confortável, não quero que se sinta pressionada. Até quando pode ficar na Casa de Abrigo?

UC: As doutoras aqui sempre me puseram muito à vontade, o suposto é seis meses e eu faço os seis meses em agosto. Eu já consegui arranjar trabalho, já estou a trabalhar, a minha filha está aqui na escola. Terminou agora a escola, tenho andado à procura de casa que não é fácil. Eu conhecia o sul de férias, não sabia que era tão difícil para arranjar casa. Tem sido difícil ao ponto de eu já ponderar mudar outra vez de zona, mas pronto é isso.

E: E conseguiu contactar novamente com a sua família?

UC: Neste momento eu só tenho contacto com a minha tia e com a minha irmã. Sei do restante da família pelas notícias que elas me vão dando. Eu, entretanto, tive que mudar tudo não é? Mudei os meus contactos telefónicos, mudei tudo, só mesmo a minha irmã e a minha tia é que têm o meu contacto. Sei que a minha prima pede todos os dias à minha irmã para eu lhe ligar, mas eu não consigo porque eu sei que ela vai encher-me de perguntas e eu sei que não posso falar, e vai querer vir ter comigo e eu não posso. Então prefiro só manter o contacto com a minha irmã e com a minha tia.

E: Qual é o seu projeto de vida? Qual é o seu objetivo nesta fase em que você está? Sair da casa abrigo o mais depressa possível?

UC: Sim, quero poder voltar a sentir que tenho uma vida. Sempre me trataram bem e me respeitaram, a mim e à minha filha, e sempre me ajudaram, mas sinto necessidade de voltar a ter o meu espaço, de me sentir independente e livre. Independentemente de eu

não estar presa, que eu sei que não estou presa, mas acabamos, ao fim ao cabo, por nos sentir um pouco reféns, não sei se é o termo correto porque é o peso de uma instituição. E, ainda, aquele estigma de “à porque vive numa instituição”, porque está institucionalizada ou...

E: E o que é que tenciona fazer para concretizar esses objetivos?

UC: Tenciono continuar à procura de casa porque trabalho já tenho. Também entrei para aquele trabalho sem expectativas nenhuma e, entretanto, já consegui progredir lá, em muito pouco espaço de tempo.

E: De que forma a equipa técnica tem apoiado o seu projeto de vida?

UC: Bem, elas dão-me muito suporte, muita ajuda mesmo em relação à minha filha. Sempre que eu precise ou que tenha alguma dúvida estão sempre abertas e dispostas a ajudar-me. Já me puseram à vontade no sentido que não tem que ser obrigatoriamente, rigorosamente, os seis meses, que se tiver que passar um bocadinho dos seis meses que também não é por aí, e põem-me, super à vontade. Quando entrei nesta Casa de Abrigo dividi quarto com outra residente que, entretanto, já refez a vida dela. Neste momento, eu e a minha filha temos um quarto só para nós. Tento dar-me bem com toda a gente, mas o objetivo mesmo é sair não é? E voltar a ter uma vida minimamente normal. Se bem que eu acho que dificilmente vai acontecer.

E: Como é que define o impacto que a casa abrigo tem tido na sua vida?

UC: Não sei. Conheci pessoas boas e vou ser sempre grata por isso, porque apesar de tudo, desde o início, desde o primeiro dia que fui à esquadra e apresentei a queixa sinto-me grata, no sentido, que sempre houve pessoas interessadas em querer ajudar-me e mesmo na Casa do norte as doutoras eram muito atenciosas, comigo e com a minha filha. Nesse sentido sou grata, por bem ou mal, apesar de todas as dificuldades, acho que tenho que ser grata por existir espaços destes, mas continuo a achar, e digo isso todos os dias, que não deveríamos ser nós a passar por isto. Acho que estas casas deveriam de existir para os agressores porque acho que eles é que precisavam de sair do meio onde residiam, porque ao fim ao cabo eu estou a fugir sem ter cometido crime nenhum, e muito menos a minha filha. Eu acho que as crianças não deviam passar, jamais, por isto, terem que abandonar os amigos, a escola, o quarto, o espaço delas, mas fora isso, porque é o sistema,

é as leis que temos, sou grata a quem me têm encontrado pelo caminho e que me tem ajudado.

E: Quais são as suas perspetivas para o futuro? Quais são os seus objetivos? Como é que se vê daqui a uns anos?

UC: Sinceramente não sei, porque também se me dissessem há um ano atrás que eu hoje ia estar nesta situação, eu não ia acreditar. Jamais pensei passar por uma situação assim, mas neste momento primeiro quero encontrar casa. Estou à espera também que o tribunal decida alguma coisa porque ainda nem uma acusação existe, nem sei se vai haver sinceramente. Estou à espera, também, que, porque foi estipulado e pedido pelo tribunal, que a minha filha faça chamadas para o pai, semanais, contra a vontade dela, porque depois também é ter que gerir a revolta dela. Não sei, sinceramente não sei, mas podendo, legalmente podendo, gostaria de um dia poder sair do país com a minha filha.

E: Trabalhar fora?

UC: Trabalhar fora e esquecer. Vou-lhe dar este exemplo, agora já estou um bocadinho melhor, mas eu vou a qualquer lado, a um centro comercial, a uma praia, a um espaço público com muita gente, e eu sinto receio que me vejam, que me reconheçam, reconheçam a minha filha. Possivelmente no estrangeiro isso também pode acontecer porque o mundo é pequeno, mas penso que me sentiria segura. Podendo legalmente era o que eu gostaria, até lá vou ficar por aqui e tentar arranjar casa e recomeçar.

E: “Carla”, mais uma vez muito obrigado pela sua colaboração.

UC: De nada.

E: Obrigada, mesmo.

UC: E boa sorte.

E: Obrigada.

Apêndice 6 – Transcrição da Entrevista à “Joana”

Entrevistadora (E): Boa tarde. Muito obrigada pela participação na entrevista. Então vamos começar, é natural de onde?

Utente “Joana” (UJ): Alemanha

E: Qual é a sua idade?

UJ: Quarenta.

E: Desculpe?

UJ: Quarenta.

E: Qual é o seu grau de formação?

UJ: É nono ano de escolaridade.

E: Qual é o seu estado civil?

UJ: Divorciada.

E: Têm filhos?

UJ: Tenho.

E: Quantos é que têm?

UJ: Oito.

E: E o seu filho está consigo, aqui na casa abrigo?

UJ: Sim, está comigo.

E: No local onde vivia, estava a trabalhar?

UJ: Sim, estava numa fruteira, embaladora de fruta.

E: Há quanto tempo está no algarve?

UJ: Há uns dois meses, mais ou menos.

E: Quais foram as razões que a trouxeram para o algarve? Porquê é que veio para o Algarve?

UJ: Porque o pai dele era instável.

E: E como é que, como é que foi a sua infância? Tinha um bom relacionamento com os seus pais? Com a sua família? Com quem cuidava de si?

UJ: Sim, eu tinha um bom relacionamento com a minha família.

E: Como é que era a sua relação familiar?

UJ: Com o...

E: Com o seu ex-companheiro?

UJ: Eu tive bons e maus momentos, mas ele era um bocado rigoroso.

E: Consegue dar-me um exemplo?

UJ: Sim, ele fazia chantagem emocional com o “Sandro” e também comigo.

E: Era mais a nível psicológico?

UJ: Sim, com o meu filho sim.

E: Sempre existiu desde o início?

UJ: Não, só começou depois de dois anos e meio.

E: Depois de estarem juntos?

UJ: Sim

E: Quanto tempo estive nesse relacionamento?

UJ: Foram nove anos, mas praticamente foram sete ou oito. Estivemos juntos estes anos todos para que nenhum de nós ficasse sem o menino.

E: Era por causa do menino?

UJ: Sim.

E: Há pouco referiu que as agressões eram mais psicológicas com o “Sandro” e, às vezes, consigo. Só existiu esse género de agressões?

UJ: Sim, ele fazia chantagem.

E: Era só emocional?

UJ: Não, também teve algumas agressões.

E: Agressões?

UJ: Sim, comigo.

E: Chegavam a se físicas?

UJ: Sim, foram físicas. Algumas foram físicas outras foram emocionais, mas fui parar ao hospital muitas vezes.

E: Com o seu filho ele chegou a fazer?

UJ: Não, com o “Sandro” não, era só chantagem. Por exemplo se eu fosse ao café ele dizia ao menino “olha não vás com a mãe, ficamos aqui a ver um filme ou bonecos”, depois eu saía e quando regressava perguntava-lhe se tinha visto os desenhos animados, ele respondia que não. Era só jogo psicológico para não vir comigo.

E: De que forma é que o ambiente em que vivia influenciava a sua vida? Por exemplo, tinha medo de sair à rua, conseguia estar com os seus amigos?

UJ: Sim, eu mantive-me estes anos com o meu ex-companheiro por causa disso.

E: Conseguia manter o relacionamento com os seus familiares, com os seus amigos?

UJ: Certas vezes ele não me deixava, nem a mim nem o “Sandro”.

E: Quando estava com os seus amigos e familiares como é que se sentia? Sentia-se bem? Sentia-se desconfortável?

UJ: Ele era muito ciumento. Se nós fôssemos ao café e eu falasse com os nossos amigos, para ele era um problema.

E: Qual era o comportamento do seu ex-companheiro durante e após o encontro com o familiar ou com os amigos? Como disse que era um problema para ele, como é que ele se comportava?

UJ: Sim, para ele tudo era uma provocação. Por exemplo, eu não podia publicar fotos minhas e do filho, não poderia falar com as pessoas e quando íamos, em família, ao café ou ver um jogo para ele era uma chatice.

E: E conseguia trabalhar?

UJ: Não, desde que começou isso?

E: Sim.

UJ: Antes das agressões eu conseguia trabalhar bem, quando começaram eu já andava um pouco desalinhada, havia momentos em que estava concentrada e outros não.

E: Alguma vez você pediu ajuda ou apresentou queixa?

UJ: Sim, eu apresentei queixa no meu trabalho e depois a minha chefe foi comigo ao hospital.

E: O que é que a levou a apresentar queixa?

UJ: Eu nunca tive coragem de contar o que se estava a passar comigo. Um certo dia de trabalho eu estava com uma dor no pescoço, os meus colegas repararam e perguntaram-me o que é que tinha acontecido, para disfarçar respondi que tinha dado um mau jeito a dormir e como continuei a trabalhar deixaram de dar importância. Estava a ser difícil, para mim, trabalhar. Dias mais tarde chamaram-me ao escritório para saber o que se estava a passar comigo, mas eu não disse nada. Voltaram a chamar-me uma segunda vez, foi nessa altura que eu disse o que estava a acontecer.

E: Em que instituição é que efetuou a denúncia? Ou seja, onde é que apresentou a queixa?

UJ: Foi no hospital.

E: E qual foi a sua opinião como é que o hospital foi...

UJ: Elas foram atenciosas.

E: Muito atenciosas consigo?

UJ: Sim.

E: Sentiu-se acolhida? Sentiu-se ouvida por elas?

UJ: Sim, fui ouvida. No mesmo dia em que fiz o exame, fui à GNR apresentar queixa e depois segui logo. No dia a seguir fui para uma Casa de Abrigo.

E: Porquê é que levou tanto tempo a fazer a apresentar a queixa?

UJ: Quando se está numa situação destas é difícil queixarmo-nos, porque estamos com medo ou porque não queremos afastar o pai dos filhos. Para mim foram estas duas razões que me levaram a atrasar a queixar.

E: O que é que aconteceu depois de fazer a denúncia?

UJ: Depois de fazer a denúncia eu não pude regressar à minha casa. Nessa noite, eu fui para a casa da minha irmã e o “Sandro” ficou na casa da avó. Na manhã do dia seguinte, eu e uma senhora da CPCJ fomos buscá-lo e seguimos para outra casa.

E: Foram logo encaminhados para uma Casa de Abrigo?

UJ: Sim.

E: Referiu que foi no emprego que descobriram. Durante o processo teve a ajuda de algum amigo ou familiar?

UJ: Sim, tive a ajuda dos meus colegas, que também se queixavam, e dos meus chefes.

E: Nunca pediu ajuda a nenhum familiar ou amigo?

UJ: Sim, pedi. Lá toda a família sabe.

E: Todos sabiam?

UJ: Mas ninguém acreditou, quer dizer se for contar hoje ninguém acredita, claro.

E: Como é que foi acolhida na Casa de Abrigo quando chegou?

UJ: Na outra Casa de Abrigo, por acaso, eu gostei de lá estar, porque era diferente.

E: Sentiu-se bem acolhida? Como é que a equipa técnica a acolheu? Acolheu-a bem?

UJ: Sim, quando chegamos, chegamos sem nada e lá, passado uma semana, deram-nos roupa, calçado e livros para a escola do “Sandro”.

E: Ok.

UJ: Deram.

E: Há quanto tempo está na Casa de Abrigo?

UJ: Nesta?

E: Desde o geral, desde o início do processo.

UJ: Uns quatro, cinco meses nas duas juntas.

E: Há quanto tempo é que está nesta Casa? Dois meses? Três?

UJ: Ah, lá?

E: Há quanto tempo é que está na Casa de Abrigo do Algarve?

UJ: Não, eu estou a falar de tudo junto, nesta e nesta.

E: Sim, sim eu perguntei-lhe tudo junto. Tudo junto você diz que é à uns quatro ou cinco meses.

UJ: Faz-me seis.

E: Nesta no Algarve, há quanto tempo é que você está aqui no algarve?

UJ: Há uns dois meses mais ou menos.

E: Como foi o processo de adaptação à Casa de Abrigo?

UJ: Quando vamos para a Casa de Abrigo nós não sabemos para onde vamos, nem sabemos quem iremos encontrar. Só no dia a dia é que vamos construindo amizades, mais com umas do que com outras, mas no final é tudo uma experiência.

E: Quanto tempo ainda pode ficar na Casa de Abrigo?

UJ: Não sei, eu acho que o máximo é seis meses, mas não tenho certeza.

E: Conseguiu contactar novamente com a sua família depois de entrar na Casa de Abrigo?

UJ: Não, quando eu estava na Casa de Abrigo do norte eu pedi a uma colega para me formatar o telemóvel, desde essa altura que fiquei sem os contactos que tinha. Neste momento só tenho os contactos no whatsapp, mas não sei quem é quem. Tinha alguns contactos anotados num papel que ficou na minha casa.

E: Qual o seu projeto de vida? Ou seja, como é que você tenciona sair da casa abrigo?

UJ: Eu tenciono sair, construir a minha vida com o meu filho e manter o trabalho.

E: Como é que, em termos, práticos pensa fazer isso? Por exemplo, primeiro arranjar casa.

UJ: Sim, primeiro arranjar casa e depois com a ajuda do trabalho vou pagando as despesas. Faço como tenho feito – coloco o “Sandro” na escola, vou trabalhar, saio do trabalho e vou buscar o “Sandro”.

E: Como é que é que a equipa técnica tem apoiado o seu projeto de vida?

UJ: Têm ajudado naquilo que preciso. Por exemplo, quando chegamos ao Algarve trazíamos pouca roupa, então deram-nos mais roupa e ajudaram arranjar escola para o “Sandro”.

E: Qual é o impacto que a casa abrigo tem tido na sua vida? Ou seja...

UJ: O impacto tem sido bom.

E: Que perspetivas é que têm para o futuro?

UJ: É o que eu disse, construir uma casa para mim e para o Sandro e manter o meu trabalho.

E: É isso que se vê a fazer daqui a uns anos?

UJ: Eu espero que seja daqui a uns meses.

E: Daqui a uns anos como é que você se vê?

UJ: Aqui as casas estão muito caras, não sei se vou ficar por aqui. Já vi quartos na internet a quinhentos e tal euros, quinhentos quase seiscentos euros. Aqui só vive quem é rico.

E: Então vê-se a sair do Algarve?

UJ: Pois, porque quatrocentos na minha zona é um ordenado. Pagava só casa e depois? Lá ainda tinha as ajudas das casas sociais, aqui não sei se tenho. Quatrocentos para uma pessoa é muito, só serve para pagar renda e depois? Água, luz, comida, gás para tomar banho, é complicado. Enquanto lá os quartos estão a duzentos e cinquenta/trezentos, aí já dá para uma mãe e um filho, mas agora uma mãe e um filho pagar uma renda de quatrocentos não dá. Aqui o Algarve está terrível.

E: Chegámos ao fim da nossa entrevista. Mais uma vez muito obrigada.

UJ: Também.

Apêndice 7 – Transcrição da Entrevista à “Sofia”

Entrevistadora (E): Boa tarde, muito obrigada Sofia por poder, por aceitar o convite e a proposta. Então vamos começar, a onde é que nasceu?

Utente “Sofia” (US): Da Ásia.

E: Quantos anos têm?

US: No cartão é trinta e quatro, mas é minha é trinta e um, mas é errado no cartão. Mas a identificação tá em trinta e quatro, então trinta e quatro.

E: Ok.

US: Porque a calendarização da Ásia e daqui são diferentes.

E: Qual é o seu ano de escolaridade?

US: Mestrado.

E: Qual é o seu estado civil?

US: Solteiro.

E: Têm filhos?

US: Sim, uma filha.

E: Que idade é que tem? A filha

US: Ela, ela tem quatro anos agora.

E: A sua filha está aqui consigo?

US: Sim, sim.

E: Na Ásia estava a trabalhar?

US: Sim.

E: E aonde é que trabalhava, na Ásia?

US: Eu sou professora na Ásia e também contabilista numa escola, eu tinha dois trabalhos na Ásia.

E: E era professora de quê?

US: Administração.

E: Há quantos tempos está aqui no algarve?

US: Dois meses.

E: Dois meses, ok o que é que a trouxe para o algarve? Porque é que veio para o algarve?

US: Não sei, a doutora disse que aqui era mais seguro para mim. Porque o meu marido sabia a minha morada anterior.

E: Como é que era a sua infância? Tinha um bom relacionamento com os seus pais? Com quem cuidava de si?

US: A relação com os meus pais era boa, igual com a mãe e com o pai.

E: Como é que era a sua relação com o seu cônjuge? Ou seja, como é que era o seu relacionamento no seu casamento?

US: Não era boa porque lá existe muita tradição e não há respeito para com as mulheres. Levava os dias só a gritar, não fazia nada e isso não é bom. Ele respeitava as outras mulheres, mas nunca respeitava a esposa, e quando tinha pessoal em casa também não me respeitava em nada. Quando não estava bem ele batia-me, ou seja, quando estava zangava ou quando havia coisas que mexiam com ele. Ele não respeitava, nunca.

E: Durante quanto tempo esteve no seu relacionamento?

US: Eu casei-me na Ásia, da Ásia até aqui cinco anos, mais ou menos, cinco anos fiquei com ele.

E: Cinco anos?

US: Sim.

E: Como é que ele a tratava? Ele era bom para si ou não?

US: Não, não, não nunca. Ele tinha só o décimo segundo ano e eu o mestrado e, por isso, ele queria que eu ficasse em casa, como doméstica, o tempo todo. Não me deixava socializar e se eu o contrariasse ele era violento comigo. Não me respeitava e era impossível ficar com ele.

E: De que género é que eram as agressões? As agressões eram mais psicológicas ou físicas?

US: Mais psicológicas.

E: Ele também fazia isso à sua filha?

US: Não, mas fazia só comigo, ela chorava quando nós gritávamos. A minha filha quando chorava para mim era uma tortura, então ele fazia coisas para ela chorar para a minha cabeça estar só a pensar nela, mas não batia nela. E, também, não me ajudava a cuidar da nossa filha, não fazia nada.

E: De que forma o relacionamento em que vivia influenciava a maneira como ia trabalhar, a maneira como se relacionava com a sua família? Que influência é que isso tinha?

US: Para mim, com as agressões sofridas, a minha mente não estava bem, então eu não queria falar com a minha família. No trabalho, quando a tua mente não está bem, queres fazer as coisas mas não consegues, tinha que terminar as coisas mas não conseguia. Então as coisas no meu trabalho e a relação com a minha família não estavam bem.

E: Alguma vez pediu ajuda ou apresentou queixa? Alguma vez falou com a polícia ou com a sua família sobre a situação?

US: Sim, a minha família sabe da situação, mas está na Ásia. Eu falei com o médico e ele reportou o caso às entidades. Na altura eu estava sempre doente e ia ao médico, ele perguntava-me qual era a razão de eu estar assim. Porém ele apercebeu-se da situação e disse-me que eu tinha que tomar uma decisão acerca da minha vida, pois não poderia continuar assim. A partir daí ele ajudou-me e depois entrei na casa abrigo.

E: O que é que a levou a apresentar a queixa? Falou somente com o médico ou com a polícia ou com outra instituição?

US: A denúncia foi efetuada no médico e a partir daí enviaram-me para a casa abrigo, depois de lá estar é que eu falei com a polícia. O meu estado mental, na altura, estava fragilizado por isso eu não tenho prova alguma de que ele me batia ou fazia coisas do género. Só tenho a decisão do tribunal acerca do divórcio, mas o termo não foi dado pela polícia, mas pelo tribunal. Portanto, eu falei também com a polícia e com o tribunal.

E: O médico ajudou-a a fazer queixa e depois foram para a casa abrigo é isso?

US: O médico ajudou-me no processo até chegar à casa abrigo.

E: Porque é que demorou tanto tempo para falar sobre a violência doméstica?

US: Porque eu estava grávida na altura. Quando cheguei a Portugal estava mesmo muito grávida e sentia que não tinha força suficiente para lutar contra ele. Se eu me fosse embora não tinha dinheiro nem conhecia alguém que pudesse ficar comigo. Como estava grávida não tinha o poder de tomar essa decisão no momento. Só tomei a decisão de o deixar depois que a minha filha nasceu, quando a vi sofrer por minha causa porque não conseguia tomar conta dela e ele não me ajudava. Eu não estava segura dentro da minha própria casa, tornando-se impossível de viver lá, estava morrendo diariamente. Durante a minha gravidez ele não me respeitava, chegando a bater-me. Ele costumava sair e quando regressava e via que as coisas não estavam feitas perguntava o porque de as coisas continuarem assim. As situações que aconteceram durante o meu período da gravidez não as consegui remover do meu coração, consigo me lembrar das coisas e ele não é um bom homem. Em Lisboa nós conhecíamos mais pessoas, também asiáticas, eram como amigos de família e costumávamos ir às festas de aniversário, porém ele fazia o mesmo em frente a toda agente, não me respeitava. Por causa disso ninguém gostava dele e quando o viam

diziam “ele vem aí e não podemos fazer isto ou aquilo”. Não havia vida com ele, eu estava sempre chorando, mesmo quando ia médico. Quando víamos outros casais, em todas as festas, eu costumava chorar e ficava só a cuidar da minha filha, estava sozinha sabe? Quando ele me via a chorar, nas festas, ainda me chamava para que todos vissem, estas coisas eram uma tortura mental para mim. Depois das festas eu não ficava bem, estava sempre com cara de choro, porque o sofrimento/violência voltava e ele culpava-me pelos acontecimentos. Ficar com ele não ia ser bom para mim, nunca me ajudava, não havia confiança nem suporte, só me culpava. Isso não era nada para mim.

E: Quando falou sobre a violência doméstica com o médico e fez o passo a passo, o que aconteceu a seguir?

US: O médico marcou-me um encontro com uma organização, eu fui lá e falei com eles. Passado uma semana eles ligaram-me e disseram-me: “O que é que queres fazer com a tua vida? A tua situação é mais que violência doméstica e se quiseres podemos colocar-te num lugar (não me lembro se falaram de casa abrigo ou não) onde as pessoas na tua situação ficam. Estão lá homens que sofreram violência doméstica, só este género de pessoas é que ficam lá. Tu queres ou não?”. Disseram-me, também, que poderiam voltar a ligar no dia seguinte e eu disse que tinha que pensar, pois, tinha uma filha, e não é uma decisão que se tome rapidamente. No dia seguinte voltaram a ligar e eu disse que sim, e deixei a casa.

E: Durante o processo você pediu ajuda à família ou amigos? Ou não?

US: Em Portugal não tinha ninguém para me ajudar, a minha família estava na Ásia e às vezes falava com os meus amigos, mas não. Quando a polícia me perguntou se havia alguém que pudesse testemunhar; na altura tinha uns amigos que estavam na minha casa e eu pedi-lhes ajuda mas não quiseram ajudar, pois não queriam ter um mau relacionamento com o meu marido. Naquele momento eles não tinham outro lugar para ficar, então não queriam ter um mau relacionamento com o meu marido e caso acontecessem alguma coisa iam apanhá-los. Por este motivo eles não quiseram ajudar, e eu disse ok.

E: Como é que se sentiu quando entrou na casa abrigo?

US: Às vezes quando olho para as pessoas que estão na casa penso que não sou a única nesta situação, se as outras que têm dois ou três filhos conseguem sobreviver eu com uma

também consigo, às vezes sinto-me assim. Outras vezes sinto-me uma estrangeira, sinto-me tão sozinha, não consigo falar bem o português com elas, e costumo estar à parte. Às vezes penso porque é que eu estou aqui e não posso ficar no meu país, acabando por me sentir diferente. Quando às outras crianças se afastam da minha filha porque ela fala mais o inglês do que o português, quando não querem brincar com ela sinto-me à parte e penso que tomei a decisão errada. Às vezes sinto que se eu ficasse em casa ele só me torturava a mim e agora todos estão a torturar-me, às vezes sinto-me assim.

E: Sente que as equipas das Casas Abrigos, a anterior e atual, a ajudaram/ajudam?

US: Sim, exatamente. Elas ajudam-me, mas mais na outra casa do que nesta. Francamente tenho pessoas aqui, mas o outro grupo era mais acolhedor. Aqui o grupo é mais pequeno, lá era como fosse uma grande família e aqui é como fosse uma pequena família. Penso que as pessoas daqui são mais negativas, eu sinto isso, sinto uma negatividade constante. Eu não quero estar a comparar os lugares, mas é uma coisa que tem vindo a acontecer. Lá o pessoal, sem exceção, é mais amoroso, abraçam, mas aqui sinto mais negatividade do que positividade; lá eu não me lembrava como gastava as horas, mas aqui estou contando os meus dias para me ir embora, porém eu não tenho a possibilidade de escolha para me ir embora.

E: Está há quanto tempo na casa abrigo?

US: Eu fiquei mais tempo na casa de emergência porque não havia quarto. Não me lembro do dia que eu entrei na casa abrigo, mas entrei à sete ou oito meses.

E: Dois ou três meses?

US: Não, mais. Eu fiquei lé seis meses, mais de seis meses mais ou menos.

E: Como foi o processo de adaptação? – após algum tempo para nos tentarmos entender - Esqueça a pergunta, você já mencionou isso. Quanto tempo ainda pode ficar na casa abrigo?

US: Aqui nós podemos ficar até seis meses, eu cheguei à dois por isso penso que possa ficar mais quatro meses, mas não sei. A doutora disse-me que todas as pessoas aqui são diferentes e que nós temos o período de seis meses, mas se houver algum problema podemos alongar o período, mas quanto tempo mais eu não sei. Aqui eu acho que as pessoas aqui não ficam mais de seis meses, têm ficado dois ou três e vão.

E: Conseguiu falar novamente com a sua família? Na Ásia.

US: Sim eu falo com eles uma vez por semana, mas como não tenho novidades para lhes dar, então eles andam tensos por minha causa porque não sabem onde eu estou. Eles não percebem este género de casa. De qualquer forma eu quero lhes dizer, mas é uma longa distância e a atenção fica só em mim. Sim eu só falo com eles uma vez por semana, mais ou menos.

E: Neste momento, qual é o seu objetivo de vida?

US: Eu não tenho mais futuro porque cada vez que tento ele termina. Neste momento eu quero um lugar para ficar, para que eu me possa sentir livre. Se eu conseguir fazer isto pela minha filha, ter a minha própria casa, se eu conseguir fazer isto por mim está tudo bem. Ter uma casa, poder colocar a minha filha numa escola que fique perto, fazer uma caminhada. Eu quero uma vida simples, se fosse possível.

E: E a equipa tem a ajudado a conseguir arranjar a casa, a arranjar trabalho, a fazer essas coisas?

US: Sim, agora?

E: Esta equipa que você tem a Rita, a Dr. Patrícia têm ajudado a fazer...?

US: Sim quando eu trabalho e não consigo ir buscar a minha menina a doutora ajuda-me. Só agora é que eu comecei a trabalhar e como sou nova aqui eu não sei como arrendar casa, também ainda não comecei a procurar, mas a doutora já me perguntou se eu queria ajuda para encontrar.

E: Qual é o impacto que a casa abrigo tem tido na sua vida?

US: Nós somos sortudas por termos um lugar para ficar, se não tivéssemos este lugar teríamos que viver a nossa vida com um homem mau. Se eu não tivesse este lugar tinha que viver com ele ou tinha que voltar para o meu país ou tinha de viver noutra zona. Sim, eu sinto-me com sorte de estar na casa abrigo, e vou ficando por aqui, porque há pessoas que não tem lugar para ficar. Eu sou grata pela casa abrigo porque tenho lugar para ficar.

E: E como é que se vê daqui a uns anos? Por exemplo, daqui a cinco anos como é que você vê a sua vida?

US: Como eu a vejo não sei, mas eu quero ver uma pequena família na minha casa, fazer caminhadas e ter a minha filha feliz. Eu quero ouvir “Estou feliz mamã. Eu tenho a minha mãe e estou feliz”. Sim eu quero isto, e também comida. Eu quero dizer, eu quero poder dizer, estou feliz e isto é a minha vida. Eu quero ter a minha casa e poder dar um espaço à minha filha, nós estamos neste espaço, mas eu não o posso chamar de meu e quero poder dizer que algo é meu, como a minha filha é minha. Quero ficar num lugar e poder dizer isto é meu e quero dar esse espaço à minha filha.

E: Como é que veio parar aqui a Portugal? Como é que veio para Portugal?

US: Depois do mestrado eu fiquei grávida, eu queria fazer o doutoramento, mas não consegui por causa da gravidez e do clima, que é complicado para mim por causa do frio. O médico disse-me que tinha que ficar num país com temperaturas amenas porque tinha alergia ao frio, por causa da gravidez. Eu fui para Espanha durante um mês, foi bom, mas a cultura não me dizia nada. Aqui eu tinha amigos em Lisboa e eles diziam que é o mesmo que a Ásia, e, também, poderíamos ter um telemóvel. Naquela altura eu vim ter com os meus amigos, só por um mês para os visitar, mas o meu marido quis ficar aqui e como ele tomou essa decisão eu não pude fazer nada, por isso eu estou aqui.

E: Obrigada, nós terminamos.

US: Muito obrigada.

E: Obrigada eu, muito obrigada mesmo.

US: Obrigada Sara.

Apêndice 8 – Entrevista à Assistente Social

1) De que forma o vosso trabalho contribui para a reorganização do projeto de vida das utentes?

As casas abrigo, enquanto estrutura de acolhimento apenas resolvem temporariamente o problema relacionado com a habitação e a satisfação das necessidades mais básicas. Assim, a intervenção técnica possui um carácter impulsionador e facilitador da mudança da vítima, adequando-se à situação de cada utente.

É neste ponto que se torna fulcral o trabalho de apoio e acompanhamento biopsicossocial que os profissionais da instituição desenvolvem, procurando enriazá-las no desenvolvimento das atividades de uma vida normalizante, como a procura ativa de

emprego, a inserção nos menores em equipamentos escolares, o conhecimento e inserção na comunidade em que a casa de abrigo está inserida e na orientação de toda a logística que implica a descontextualização e a perda de tudo o que lhe foi familiar até então.

Assim, importa ressaltar um dos seus objetivos basilares da casa de abrigo e dos profissionais que a compõem, é possibilitar à vítima o rompimento definitivo da relação de violência, e trabalhar todo um conjunto de competências e recursos pessoais, com vista a dotá-la de uma autonomia própria e independente.

2) As utentes conseguem reorganizar a sua vida ou existe algum retrocesso?

Sim e não, poderia dizer-se que muito de um projeto de vida com sucesso sem retrocesso, passa essencialmente por a vítima não chegar ao acolhimento com falsas expectativas para que não se sinta defraudada e, por conseguinte, levar a desistir do processo de reconstrução de vida.

Um acolhimento institucional neste tipo de estrutura acarreta várias implicações, pelo que a informação que antecede o acolhimento deve ser clara e objetiva, dando a conhecer direitos e deveres das utentes; informação sobre o apoio prestado para reconstrução do seu projeto de vida; da necessidade restrição de contactos com o exterior (família, amigos, colegas) por motivos de segurança; de que a colocação em casa abrigo pode ser em qualquer ponto do país, da necessária disponibilidade para colaboração e partilha com os elementos da equipa técnica de todos os elementos e dimensões da sua vida que constituem elemento fulcral para um desenvolvimento de um projeto de vida focado na sua individualidade e das limitações que estas estruturam também se deparam na comunidade que estão inseridas (Falta de respostas na área dos menores dos 0 aos 5; dos postos laborais terem horários bem como um funcionamento semanal muito diferenciado da comunidade escolar, da falta de resposta habitacional, entre outras). Assim a informação prestada deverá ser objetiva e assertiva sem se tornar fatalista ou desencorajadora, não obstante, de não se dever suavizar a realidade de integração em casa abrigo.

3) Quais os desafios sentidos equipa? Como são geridos esses desafios?

A integração em casa abrigo constitui-se como uma resposta social, e como tal, encontra-se revestida tanto de aspetos positivos quanto aspetos negativos. Neste sentido objetivo geral desta valência, é fornecer aos seus utilizadores um espaço securizante onde

estejam garantidas todas as necessidades básicas elementares: alojamento, alimentação, higiene pessoal, tratamento de roupas de uso comum e fornecimento de todos os géneros de primeira necessidade.

Concomitantemente é prestado apoio psicológico, social, escolar, educacional, saúde e jurídico no processo de reformulação dos projetos de vida das utilizadoras. No entanto, são os mesmos aspetos positivos que levam ao reverso do sentimento, sendo referenciado como aspetos negativos o desenraizamento, clandestinidade e isolamento, preconceito e estigma, vivências partilhadas, controlo e vigilância e acomodação.

É este sentimento de ambivalência que gera o maior desafio para as equipas de uma Casa de Abrigo se por um lado a integração em casa abrigo é, muitas das vezes, a única forma que as vítimas possuem de quebrar a relação de violência quando os seus recursos para o fazer de forma autónoma são nulos, por outro é a injustiça sentida e vivida de quem tudo deixa para trás.

Estes são geridos essencialmente pela primazia de reuniões tidas com as utentes de forma a prestar/clarificar todas as dimensões de apoio psicológico, social, escolar, educacional, saúde e jurídico, sem nunca se distanciar dos princípios orientadores da sua profissão, com um princípio basilar de uma relação honesta e aberta, que permitirá criar um vínculo de confiança entre os técnicos e utente, empatia e empoderamento na qual as vítimas sintam a disponibilidade dos profissionais para as ajudarem.

Apêndice 9 – Entrevista à Educadora Social

E: “Rita”, obrigada por fazeres esta entrevista comigo. De que forma é que o vosso trabalho tem contribuído para a reorganização do projeto de vida das utentes?

ES: O nosso trabalho só contribui quando elas permitem que nós contribuimos para tal, normalmente é sempre um trabalho feito em parceria entre aquilo que elas gostariam e desejariam, e aquilo que comunicam connosco e depois nós fomentamos, ajudamos, apoiamos. Portanto o nosso foco sempre é fazer a integração dos agregados na comunidade, a nível escolar, judicial, polícia, trabalho e depois então procurar um espaço dentro da comunidade porque fora da comunidade para nós é nos complicado dar esse apoio; ajudar a encontrar um espaço para que se reorganizem dentro da nossa comunidade. Portanto a forma como o nosso trabalho contribui para a reorganização do projeto de vida das utentes só é possível, e só acontecesse, quando realmente as utentes querem reorganizar-se aqui na zona. É muito vasto, é sempre tudo muito vasto. Há

peessoas que, há projetos que passam por voltar para a anterior zona de residência, há projetos que passam por estar o mais longe possível da zona de residência. O nosso contributo é perceber o que é que gostariam, o que é que desejariam e tentar encaminhar no sentido de ir de encontro aquilo que é possível, nem sempre é possível o que elas gostariam, mas quando há força de vontade acaba por se conseguir chegar a um meio termo.

E: E quais são os desafios sentidos pela equipa e como é que vocês gerem esses desafios?

ES: Os desafios são imensos, porque a nível de residentes todas tem estatuto de vítima, todas apresentam queixa, mas nem todas as pessoas que passam por este tipo de instituições têm realmente a capacidade ou a vontade de se reorganizarem. Isto muitas vezes nós acabamos por ser um escape e uma última linha, em que já mais ninguém, mais ninguém consegue apoiar/ajudar estas pessoas, isso depois trás muitas coisas boas como é obvio, quem realmente se quer reorganizar, mas também trás muitas questões de desilusão, de mágoa, de agressão. Os desafios são imensos, são imensos, nós costumamos dizer que se num ano tivermos um agregado que se reorganize, na comunidade, e que fique, e que saia realmente deste sistema de violência doméstica, nós costumamos acreditar que o nosso trabalho tá feito por esse ano. Os desafios são imensos, como tudo há coisas boas, como tudo têm muitas coisas más, mas há muito cansaço também já são muitas pessoas que se conheceu, são muitos anos. Os desafios vão-se superando dia-a-dia, são imensos, são imensos. Queres que eu os numere? Mas são imensos. Tem coisas boas e tem coisas más. Na minha perspetiva e o meu maior foco são mais as crianças, as escolas, o bem-estar, atividades e algumas mães que realmente querem e precisam de apoio, mais mães do que mulheres sem crianças. De uma forma geral acaba por ser desafios bons, benéficos que pelo menos me façam deitar a cabeça na almofada à noite descansada, com um sorriso, a achar que pronto que trabalho, que se faz um bom trabalho. Nós acreditamos nisso diariamente, são tantos.

E: Ok, está bom. Obrigada “Rita”.

ES: Está?

E: Já está.

Apêndice 10 – Entrevista à Psicóloga

E: Boa tarde Doutora “Patrícia”, muito obrigada.

P: De nada.

E: Por participar na entrevista. Então vamos começar, de que forma o vosso trabalho contribui para a reorganização do projeto de vida das utentes?

P: Então é assim o objetivo exatamente é ajudar as utentes a reconstruírem o seu projeto de vida, ou seja, em que o projeto de vida poderá ser exatamente de forma a elas se organizarem internamente, estruturarem-se, terem aqui exatamente, como se costuma dizer, terem aqui um espaço para elas pararem e repensarem naquilo que querem. A ajuda nelas vai sempre no sentido duma parte mais psicossocial, psicológica em termos do trabalho, em termos do caso de terem filhos – da integração dos filhos no meio escolar, a procura, também, de habitação. E em determinadas situações, também, às vezes, o objetivo é ajudá-las a se organizarem, encontrarem aqui condições para retornarem à zona, que muitas vezes era a zona delas. Pronto, o objetivo deste trabalho é elas terem aqui um tempo para parar, repensarem naquilo que querem fazer na vida, se por um lado querem começar tudo de novo, ou se por outro lado querem exatamente ter aqui um tempo em standby para depois voltarem, nomeadamente regressarem ao antigo emprego, voltarem para zona residencial onde estavam habituadas. Criar aqui as condições para que elas possam exatamente terem um tempo, como eu costumo dizer terem um tempo para parar e pensar naquilo que eu quero enquanto pessoa, mulher, mãe ou não.

E: Ok, e as utentes conseguem reorganizar a sua vida ou existe algum retrocesso na maioria das vezes?

P: Na maioria das vezes elas conseguem reorganizar a vida, agora é assim estamos a falar de pessoas e cada caso é um caso, e cada situação é uma situação. Cada uma delas tem problemáticas diferentes, e há uma característica que muitas vezes é comum em todas estas mulheres que é dependência afetiva. Muitas das vezes elas conseguem realmente reorganizarem-se porque elas depois acabam, muitas vezes, por ter aqui uma relação de amor-ódio com o próprio agressor, há umas que podem ser muito radicais e dizem “eu não quero mais nada, e eu não quero voltar, então eu quero começar tudo de novo”. E começar tudo de novo muitas vezes significa ficar na zona onde elas estão em termos da casa abrigo, ou se não vão para outra zona totalmente diferente da zona de onde vieram, pronto. Depois temos outras pessoas que sim, que entretanto, mesmo estas pessoas que se organizam em sítios diferentes, como têm esta relação de dependência, de certa forma com o agressor, às vezes acabam por voltar. Muitas das vezes estas mulheres continuam

enamoradas pelo facto de ter uma relação com alguém. Ou seja, é muito difícil para estas mulheres, elas já estão habituadas a esta vida, já estão habituadas a esta forma de estar, dar um salto no escuro muitas vezes é difícil. Às vezes elas precisam aqui de ter uma estrutura, e às vezes é importante também terem aqui uma estrutura em termos se elas tiverem um trabalho, se elas tiverem condições financeiras, se elas conseguirem ter aqui algum suporte que lhes permite exatamente a elas conseguirem aguentar estar. Se não aguentam um tempo e depois, muitas vezes, regressam para o agressor porque, também, ao nível destas mulheres é necessário perceber que, estas mulheres, por um lado sofrem a violência psicológica, física, sexual, económica, social, mas por outro lado elas também são muito dependentes e estão habituadas a isto. E às vezes é difícil pedir a estas mulheres para fazer uma coisa totalmente diferente, e há mulheres que em termos de estrutura psicológica conseguem fazer, e há outras que não conseguem, não porque não é uma questão de serem fracas, mas sim pelo uma questão exatamente “eu com aquilo sei com o que é que eu vou contar”, agora com o escuro, o dar o salto nas coisas que eu não conheço às vezes é muito complicado. Na experiência da casa abrigo a maioria delas têm conseguido manter-se, ou mantêm-se um tempo na região próxima, ou vão ou regressam depois à zona delas, mas no sentido exatamente que está, que já estão melhor preparadas para lidar com a situação. Há outra coisa que nós temos que pensar: algumas das mulheres que vêm para a casa abrigo também vêm revoltadas, porque há muitas que pensam que é assim “eu não fiz nada de mal quem fez mal foi ele porque é que eu é que tenho que deixar as minhas coisas”, pronto, e há esta questão. Há mulheres que facilmente assumem isto e tentam trabalhar isto, há outras que não, que não conseguem porque acham que assumir isto é complicado, e há mulheres realmente que continuam apaixonadas por aquele homem pela qual elas se apaixonaram inicialmente, não é? Pronto e muitas vezes há aqui este conflito interno. Depois também é preciso perceber, quando eu digo que cada caso é um caso, que é assim às vezes temos mesmo vítimas de violência doméstica e, no meio disto tudo, às vezes temos vítimas de outras coisas, sobretudo questões sociais. E às vezes temos que perceber que estas pessoas realmente às vezes o que precisam é de ter um sítio para estar e, às vezes, não é aqui a questão da violência doméstica, da agressão, às vezes é, muitas vezes, a questão de as pessoas precisarem de um sítio para estar e para a recomeçar, mas a maioria delas têm conseguido, sim.

E: E quais são os desafios sentidos pela equipa e de que forma são geridos esses desafios?

P: Portanto como como eu disse cada caso é um caso, naturalmente que os maiores desafios que nós temos com elas é a capacidade de elas nos dizerem a verdade ou não. Se elas partem de uma base baseada na mentira significa que o projeto de vida vai sair tudo ao contrário, não é? Pronto. E um dos maiores desafios, eu acho que o maior desafio que nós temos é saber exatamente até que ponto isto é a verdade delas, até que ponto isto é mentira delas. Às vezes temos belas histórias de mulheres, realmente, que conseguiram e conseguem sair, e levam da casa abrigo lembranças boas, não é? Acho que nós temos sempre dois desafios que são as adultas e as crianças. Eu costumo dizer que as crianças têm que levar sempre coisas boas, pelo menos da casa abrigo levam as coisas boas, no sentido o que é que é uma família, o que é o afeto, o que é que o carinho, o que é que é a brincadeira, não é? Pronto. Isto é um dos nossos desafios que é fazer com que estas crianças, pelo menos durante um tempo, percebam “a felicidade também existe, eu também tenho direito apesar de vir de um ambiente complicado”. Pronto, isto é um dos desafios que nós temos. Depois temos os desafios das mães, não é? Destas mulheres que, que às vezes são pessoas que são lutadoras que realmente querem, e outras vezes temos mulheres extremamente manipuladoras e perante a manipulação nós temos que lidar com as coisas no dia-a-dia, e fazer também um jogo de cintura com elas. E os nossos desafios são parte muito disto que é: saber lidar com a pessoa que temos à frente, saber proporcionar-lhes um tempo para pararem e pensarem na vida. Acho o nosso grande desafio é que elas perceberem isto, que têm o momento delas. E as crianças, pronto, eu acho que as crianças é sempre a parte bonita que existe, no sentido de ver que têm a possibilidade de se tornarem uns jovens e uns adultos que conhecem o que é que é a felicidade.

E: Está bom, então terminamos.

P: Está ok.

E: Obrigada.

P: De nada.

Apêndice 11 – Categorias de Análise das Entrevistas

1. Contexto

1.A Pessoal

- 1.A.1 naturalidade
- 1.A.2 idade
- 1.A.3 grau de formação
- 1.A.4 estado civil

1.B Familiar

- 1.B.1 filhos
- 1.B.2 relacionamento familiar na infância
- 1.B.3 relacionamento familiar com o cônjuge

1.C Social

- 1.C.1 trabalho
- 1.C.2 amigos

2. Categorias da violência

- 2.A física
- 2.B psicológica
- 2.C chantagem/coação
- 2.D sempre existiram ou foram numa fase mais tardia
- 2.E aos filhos

3. Denúncia

- 3.A próprio
- 3.B família
- 3.C outro
- 3.D apoio durante o processo
- 3.E demora em efetuar a denúncia
- 3.F pós denúncia

4. Percurso institucional

- 4.A instituição em que efetuou a denúncia
- 4.B Opinião sobre o modo como foi recebida
- 4.C Acolhimento em Casa de Abrigo

4.C.1 equipa técnica

4.C.2 adaptação

4.C.3 impacto

4.E contacto com a família

5. Projeto de vida

6. Perspetivas futuras

7. Intervenção junto das Utentes

7.A apoio

8. Desafios sentidos pela equipa

8.A como são geridos esses desafios.

Apêndice 12 – Análise à Entrevista à “Carla”

Legenda: unidades – P (pergunta) e S (significado).

Categorias – 1- contexto; 2- categorias da violência; 3- denúncia; 4– percurso institucional; 5– projeto de vida; 6– perspectivas futuras; 7- intervenção junto das utentes; 8- desafios sentidos pela equipa.

Categorias e Sub-categorias	Perguntas	Unidades de Registo	Unidades de Contexto
1. Contexto 1.A pessoal 1.A.1 naturalidade	P.1) De onde é natural?	“Portugal”	
1. Contexto 1.A pessoal 1.A.2 idade	P.2) Qual é a sua idade?	“Quarenta e um”	
1. Contexto 1.A pessoal	P.3) Qual é o seu grau de formação?	“Décimo segundo ano”	

1.A.3 grau de formação			
1. Contexto 1.A pessoal 1.A.1 estado civil	P.4) Qual é o seu estado civil?	“Divorciada”	
1. Contexto 1.B familiar 1.B.1 filhos	P.5) Têm filhos?	“Sim, uma menina”	
1. Contexto 1. familiar 1.B.1 filhos	P.6) Qual a idade dos seus filhos?	“Onze anos”	
1. Contexto 1.C social 1.C.1 trabalho	P.7) A sua filha/filho está consigo na Casa de Abrigo?	“Sim”	

<p>1. Contexto</p> <p>1.C social</p> <p>1.C.1 trabalho</p>	<p>P.8) No local onde vivia estava a trabalhar? Se sim, onde é que trabalhava?</p>	<p>“Trabalhava (...) para uma empresa que presta serviços para a EDP comercial”</p> <p>“E era assistente back office”</p>	
<p>4. Percurso Institucional</p> <p>4.C acolhimento em Casa de Abrigo</p>	<p>P.9) Há quanto tempo está aqui no Algarve?</p>	<p>“Desde fevereiro”</p>	<p>A utente está no Algarve há cinco meses.</p>
<p>4. Percurso Institucional</p> <p>4.C acolhimento em Casa de Abrigo</p>	<p>P.10) Quais as razões que a levaram para o Algarve?</p>	<p>“Eu quando saí da minha casa fui direcionada para uma Casa de Abrigo no norte do país, na qual estive, quase cerca 30 dias fechada, com a minha filha, porque tivemos (...) em emergência (...) eu não poderia ter ficado lá (...) mas por ser uma zona próxima à que a família paterna da “Alexandra” reside, tive que esperar vaga noutra Casa de Abrigo e trouxeram-me, então, aqui para o Algarve.”</p>	<p>A utente veio para o Algarve porque na primeira Casa de Abrigo, no norte, era uma zona onde, nas proximidades, residia a família paterna da filha.</p>

<p>1. Contexto</p> <p>1.B familiar</p> <p>1.B.2 relacionamento familiar na infância</p>	<p>P.11) Como foi a sua infância?</p>	<p>“Super normal, acho eu. Feliz, tive uma infância feliz”</p>	<p>Na infância teve um bom relacionamento com os seus pais.</p>
<p>1. Contexto</p> <p>1.B familiar</p> <p>1.B.3 relacionamento familiar entre conjugues</p>	<p>P.12) Como era a sua relação familiar?</p>	<p>“(…) problemática (…)”</p> <p>“(…) eu pedir o divórcio e ele não aceitou e foi quando tudo se começou a complicar (…)”</p>	<p>Ao longo de vinte anos de casamento, teve um relacionamento conturbado com o seu conjugue.</p> <p>Após o pedido de divórcio, a tensão entre os conjugues aumentou e a situação começou a complicar-se.</p>
<p>1. Contexto</p> <p>1.B familiar</p> <p>1.B.3 relacionamento familiar entre conjugues</p>	<p>P. 13) Quanto tempo esteve nesse relacionamento?</p>	<p>“Foi uma relação de vinte anos (…)”</p>	

<p>2. Categorias da violência</p> <p>2.B psicológica</p> <p>2.C Chantagem/coação</p> <p>2.D outro</p>	<p>P.14) De que género eram as agressões?</p>	<p>“(…) não que ele me batesse porque nunca me bateu, tudo o que acontecia era psicológico (…)”</p> <p>“(…) desde perseguições, ameaças(…) passava as noites à porta da minha casa (…)”</p> <p>“Passava os dias à porta do meu trabalho (…)”</p> <p>“Punha pessoas a seguirem-me (…)”</p> <p>“(…) as perseguições e as ameaças foram-se agravando.”</p>	<p>As agressões eram psicológicas, que começaram numa fase mais tardia.</p> <p>As agressões consistiam em perseguições, ameaças e vigilância constante.</p> <p>As agressões referidas agravaram-se, ainda mais, depois de ter saído o divórcio pelo tribunal e a mãe ter ficado com a guarda da filha.</p>
<p>2. Categorias da violência</p> <p>2.B psicológica</p> <p>2.C Chantagem/coação</p> <p>2.D outro</p>	<p>P.15) O seu companheiro também agredia os seus filhos?</p>	<p>“(…) chantagem emocional e psicológica com a minha filha (…)”</p> <p>“(…) tudo o que ele fazia à “Alexandra” (…)</p> <p>(…) era perguntas constantes (…)”</p>	<p>O agressor fazia chantagem emocional e psicológica à filha.</p> <p>Estava constantemente a fazer perguntas à filha, inclusive telefonava-lhe, insistentemente.</p>

		“(…) tudo o que ele fazia à “Alexandra” era essa pressão psicológica, de ir busca-la só para lhe fazer perguntas (…) só pra lhe tentar retirar informações a meu respeito.”	Toda a pressão que ele fazia à filha era para a menina contar-lhe coisas acerca da mãe, inclusive incentivava-a a ver com quem a mãe falava e a mandar-lhe um print das conversas.
1. Contexto 1.C social 1.C.1 trabalho 1.C.2 amigos 1.C.3 família	P.16) De que forma o ambiente familiar em que estava influenciava a sua vida?	“Ameaçada, perseguida, com medo porque depois temos colegas, não é? (…) Eles começam a aperceber-se dele à porta do meu trabalho (…) já se sentiam indiretamente ameaçadas e com receio que ele fizesse alguma coisa.” “(…) mas com medo(…) que alguém me seguisse e colocasse em risco a vida dos meus tios, porque depois não somos só nós, é quem nos é próximo.”	A vítima vivia constantemente com medo, sentindo-se ameaçada e perseguida. Inclusive quem a rodeava no local de trabalho. A utente temia pela sua vida e por aqueles que lhe são mais próximos, a família.
3. Denúncia 3.A o próprio 3.C outro	P.17) Alguma vez pediu ajuda ou apresentou queixa?	“A “Alexandra” foi ouvida (…) No dia seguinte eu estava no trabalho, eram nove e pouco da manhã, quando eu recebo uma chamada no meu telemóvel a dizer que era	Foi efetuada uma denúncia anónima na esquadra da polícia. A vítima recebeu o

		<p>da esquadra da minha área de residência (...) “nós recebemos aqui um pedido para investigar a possibilidade de violência doméstica, e necessitávamos que comparecesse na esquadra para depor”. Nesse mesmo dia dirigi-me até à esquadra para depor, fui para lá a seguir ao almoço e só saí perto das oito da noite, porque _ para além do tribunal _ foi feita uma denúncia anónima (...)”</p> <p>“Portanto, porque logo, no decorrer do meu processo de divórcio, foi quando eu apresentei a primeira denúncia, foi quando surgiu o estatuto de vítima, meu e da minha filha (...)”</p>	<p>telefonema para depor, no dia seguinte ao depoimento da filha.</p> <p>A utente só apresentou queixa durante o processo de divórcio, após o agravamento das agressões. Nessa altura ficaram, a utente e a filha, com o estatuto de vítima. Na altura já tinha sido feito a denúncia anónima.</p>
<p>3. Denúncia</p> <p>3. A o próprio</p>	<p>P.18) O que a levou a efetuar a denúncia?</p>	<p>“(...) ela disse “mãe, o pai mostrou-me umas fotos nos perfil de WhatsApp no telefone dele e disse “se a tua mãe não</p>	<p>Após uma ameaça de morte, feita pelo agressor, e transmitida pela filha, a</p>

		andar na linha são estes homens que a vão por na linha, se ela for fazer queixa são estes homens que a vão matar e eu vou ajudar” (...) fui direito à esquadra (...)”.	utente não pensou em mais nada e dirigiu-se à PSP para efetuar a denúncia.
4.Percurso Institucional 4.A instituição em que efetuou a denúncia	P.19) Em que instituição efetuou a denúncia?	“(…) fui direito à esquadra, com a minha filha, e apresentei queixa, queixa que já havia, não é (...)”	A vítima apresentou queixa numa esquadra da polícia, nesse momento deparou-se com uma denúncia anónima.
4. Percurso Institucional 4.B opinião sobre o modo como foi recebida	P.20) Qual a sua opinião sobre o modo como foi recebida na instituição?	“Fui super bem tratada, o agente foi uma pessoa cinco estrelas.” “(…) mesmo quando fui levantar o botão de pânico a outra esquadra, também, sempre atenciosos comigo.” “(…) deram-me a conhecer o Espaço Vida, ande falei com duas psicólogas que me	A utente refere que foi muito bem recebida na esquadra da polícia, mesmo quando foi levantar o botão de emergência a outra esquadra. A vítima, também, menciona que no mesmo dia que fez a denúncia deram-lhe a conhecer uma associação que trabalha com a problemática da violência doméstica. Os técnicos da instituição

		ajudaram e acompanharam em todos os momentos.”	estiveram sempre presentes, acompanhando-a e ajudando-a naquilo que precisasse.
3. Denúncia 3.E demora em efetuar a denúncia	P.21) Qual o motivo para a demora em tomar a decisão de fazer a denúncia?	<p>“Talvez, na altura, pela falta de maturidade, por acreditar que as pessoas mudam, porque quando se gosta acredita-se que a pessoa vai mudar, vai melhorar.”</p> <p>“Porque eu sabia que ia ser difícil. Eu tinha plena noção que a partir do momento em que eu pedisse o divórcio que não ia ser aceite, derivado à história dele, à vida dele, sabia que não ia ser fácil.”</p> <p>“(…) possivelmente, se não me denunciasses eu nunca teria apresentado</p>	<p>A utente acreditava que o ex-cônjuge iria mudar, é uma das razões para a demora em efetuar a denuncia.</p> <p>A outra razão está relacionada com o facto de saber que o divórcio iria ser difícil, uma vez que o companheiro tinha um historial complicado.</p> <p>Se não houvesse, também, a denúncia anónima, que ajudou as autoridades a intervirem mais depressa, a vítima não</p>

		queixa, nunca teria tido coragem de fazer o que eu fiz (...)”	tinha a coragem para contar a sua história.
3. Denúncia 3.F pós denúncia	P.22) O que aconteceu após efetuar a denúncia?	“(…) também recebi uma carta da CPCJ (…) Fui ouvida por duas técnicas e foram elas que numa certa forma (…) que me elucidaram no sentido (…) da situação em que eu estava e do perigo em que eu corria, até chegaram ao ponto de me dizerem “é melhor fugir”.” “Depois em janeiro, depois de tentar abrir o portão da minha casa (…)foi quando o Espaço Vida (…) sugeriu que era mais seguro eu sair da minha casa. Então saí e desde aí que estou nesta situação (...)”.	Após ter ido depor à esquadra da polícia, recebeu uma carta da CPCJ para comparecer com a filha. Naquela altura, a utente foi ouvida pelas técnicas e ganhou consciência da real situação em que vivia. No entanto, recebeu um botão de pânico. Depois de mais um ataque do agressor, a instituição pela qual a utente era acompanhada aconselhou-a a deixar a própria casa, e assim o fez.
3. Denúncia 3.D apoio durante um processo	P.23) Durante o processo pediu ajuda a algum familiar ou amigo?	“a minha irmã, a minha tia (...) e mais uma amiga.”	Durante o processo a utente contou com o apoio da irmã, tia materna e uma amiga.

4. Percurso Institucional 4.C. acolhimento em Casa de Abrigo	P.24) Como foi acolhida na Casa de Abrigo?	“Foi duro, não vou negar, foi muito duro.”	O acolhimento em Casa de Abrigo foi um processo complicado, uma vez que não era um ambiente saudável.
4. Percurso Institucional 4.C acolhimento em Casa de Abrigo	P.25) Está à quanto tempo na Casa de Abrigo?	“Desde fevereiro”	A utentes está na Casa de Abrigo do Algarve há cinco meses.
4. Percurso Institucional 4.C acolhimento em Casa de Abrigo 4.C.2 adaptação	P.26) Como foi o processo de adaptação?	“Foi difícil porque apanha-se todo o tipo de gente, com todo o tipo de vícios.”	O processo de adaptação foi difícil, pois passou situações complicadas – fome, roubo e estar fechada num quarto, mais ou menos, um mês.
4. Percurso Institucional 4.C acolhimento em Casa de Abrigo	P.27) Quanto tempo ainda pode ficar nesta resposta social?	“(…) o suposto é seis meses e eu faço os seis meses em agosto.”	Pode ficar até agosto, apesar de a equipa técnica a colocar sempre muito à vontade.
4. Percurso Institucional 4.D contacto com a família	P.28) Conseguiu contactar, novamente, com a sua família?	“Neste momento eu só tenho contacto com a minha tia e com a minha irmã.”	Só retomou o contato com a irmã e a tia por preferência, pois sabe que a família irá fazer-lhe questões que não pode

		<p>“Sei que a minha prima pede todos os dias à minha irmã para eu lhe ligar, mas eu não consigo porque eu sei que ela vai encher-me de perguntas e eu sei que não posso falar, e vai querer vir ter comigo e eu não posso.”</p>	<p>responder, e, além disso, vão querer estar com ela. Neste sentido, por segurança, mantem só o contacto com a tia e a irmã.</p>
5. Projeto de Vida	P.29) Qual o seu projeto de vida?	<p>“(…) quero poder voltar a sentir que tenho uma vida.”</p> <p>“(…) sinto necessidade de voltar a ter o meu espaço, de me sentir independente e livre.”</p> <p>“(…) continuar à procura de casa porque trabalho já tenho.”</p>	<p>A utente deseja voltar a ter uma vida normal, ter o seu espaço, a sua casa e a sua independência. Para tal, continua a procurar uma casa, uma vez que trabalho já tem.</p>
4. Percurso Institucional 4.C acolhimento em Casa de Abrigo	P.30) De que forma a equipa técnica tem	<p>“Sempre me trataram bem e me respeitaram, a mim e à minha filha, e sempre me ajudaram (…)”</p>	<p>A equipa tem dado o apoio e suporte necessários na reorganização do projeto de vida da utente.</p>

4.C.1 equipa técnica	apoiado o seu projeto de vida?	<p>“Bem, elas dão-me muito suporte, muita ajuda mesmo em relação à minha filha. Sempre que eu precise ou que tenha alguma dúvida tão sempre abertas e dispostas a ajudar-me (...)”</p>	
<p>4. Percurso Institucional</p> <p>4.C acolhimento em Casa de Abrigo</p> <p>4.C.3 impacto</p>	P.31) De um modo geral qual o impacto que a Casa de Abrigo tem tido na sua vida?	<p>“(…) conheci pessoas boas e vou ser sempre grata por isso (...) sempre houve pessoas interessadas em querer ajudar-me e mesmo na Casa do norte as doutoras eram muito atenciosas, comigo e com a minha filha.”</p>	A Casa de Abrigo tem um impacto positivo na vida da utente, esta sente gratidão por ter pessoas que a ajudem a reconstruir o seu projeto de vida.
6. Perspetivas Futuras	P.32) Que perspetivas é que tem para o futuro? Como se vê daqui a uns anos?	<p>“(…) mas neste momento primeiro quero encontrar casa.”</p> <p>“Não sei, sinceramente não sei, mas podendo, legalmente podendo, gostaria de</p>	Primeiramente deseja encontrar casa, mas se houvesse possibilidade, a nível legal, a utente desejaria poder sair do país para se sentir mais segura.

		um dia poder sair do país com a minha filha.”	
--	--	---	--

Apêndice 13 – Análise da Entrevista à “Joana”

Legenda: unidades – P (pergunta) e S (significado).

Categorias – 1- contexto; 2- categorias da violência; 3- denúncia; 4– percurso institucional; 5– projeto de vida; 6– perspectivas futuras; 7- intervenção junto das utentes; 8- desafios sentidos pela equipa.

Categorias e Sub-categorias	Perguntas	Unidades de Registo	Unidades de Contexto
1. Contexto 1.A pessoal 1.A.1 naturalidade	P.1) De onde é natural?	“Alemanha”	
1. Contexto 1.A pessoal	P.2) Qual é a sua idade?	“Quarenta”	

1.A.2 idade			
1. Contexto 1.A pessoal 1.A.3 grau de formação	P.3) Qual é o seu grau de formação?	“(…) nono ano (…)”	
1. Contexto 1.A pessoal 1.A.1 estado civil	P.4) Qual é o seu estado civil?	“Divorciada.”	
1. Contexto 1.B familiar 1.B.1 filhos	P.5) Têm filhos?	“Tenho.”	
1. Contexto 1. familiar 1.B.1 filhos	P.6) Qual a idade dos seus filhos?	“Oito”	

1. Contexto 1.B familiar 1.B.1 filhos	P.7) A sua filha/filho está consigo na Casa de Abrigo?	“Sim(...)”	
1. Contexto 1.C social 1.C.1 trabalho	P.8) No local onde vivia estava a trabalhar? Se sim, onde é que trabalhava?	“Sim, estava numa fruteira, embaladora de fruta.”	
4. Percurso Institucional 4.C acolhimento em Casa de Abrigo	P.9) Há quanto tempo está aqui no Algarve?	“(...) dois meses, mais ou menos.”	
4. Percurso Institucional 4.C acolhimento em Casa de Abrigo	P.10) Quais as razões que a levaram para o Algarve?	“Porque o pai dele era instável.”	A utente veio para o Algarve para ter uma vida mais segura.
1. Contexto 1.B familiar	P.11) Como foi a sua infância?	“Sim, eu tinha um bom relacionamento com a minha família.”	A utente teve uma infância normal junto da família, com a qual tinha um bom relacionamento.

1.B.2 relacionamento familiar na infância			
1. Contexto 1.B familiar 1.B.3 relacionamento familiar entre conjugues	P.12) Como era a sua relação familiar?	“Eu tive bons e maus momentos, mas ele era um bocado rigoroso.”	O relacionamento conjugal tinha altos e baixos, sendo que o companheiro era rigoroso.
1. Contexto 1.B familiar 1.B.3 relacionamento familiar entre conjugues	P. 13) Quanto tempo esteve nesse relacionamento?	“Foram nove anos, mas praticamente foram sete ou oito.”	O relacionamento durou nove anos, mas o casal nem sempre esteve junto. Se se retirar o tempo em que estiveram separados, no total foram sete ou oito anos que estiveram juntos.
2. Categorias da violência 2.A física 2.B psicológica 2.C Chantagem/coação	P.14) De que género eram as agressões?	“(…) ele fazia chantagem emocional com o Sandro e também comigo.” “(…) também teve algumas agressões (…) comigo.”	A violência realizada pelo companheiro da utente era física, psicológica e emocional. Começando numa fase mais tardia, a partir dos dois anos e meio de estarem juntos.

2.D outro		<p>“(…) Algumas foram físicas outras foram emocionais, mas fui parar ao hospital muitas vezes.”</p> <p>“(…) só começou depois de dois anos e meio.”</p>	<p>Houve alturas em que as agressões físicas eram de tal ordem que a vítima foi parar para o hospital.</p> <p>O agressor fazia chantagem emocional com o filho e a esposa, as restantes agressões eram só com a esposa.</p>
<p>2. Categorias da violência</p> <p>2.B psicológica</p> <p>2.C Chantagem/coação</p>	P.15) O seu companheiro também agredia os seus filhos?	“Não, com o “Sandro” não, era só chantagem.”	A violência exercida sobre o filho era só a nível psicológico, fazia chantagem com a criança.
<p>1. Contexto</p> <p>1.C social</p> <p>1.C.1 trabalho</p> <p>1.C.2 amigos</p> <p>1.C.3 família</p>	P.16) De que forma o ambiente familiar em que estava influenciava a sua vida?	<p>“Certas vezes ele não me deixava, nem a mim nem o “Sandro”.”</p> <p>“Ele era muito ciumento. Se nós fôssemos ao café e eu falasse com os nossos amigos, para ele era um problema.”</p>	A utente e o filho eram privados, algumas vezes, de socializar com família e amigos.

		<p>“Antes das agressões eu conseguia trabalhar bem, quando começaram eu já andava um pouco desalinhada, havia momentos em que estava concentrada e outros não.”</p>	<p>Quando saiam para ir ao café, em família, o agressor tinha ciúmes do contato da utente com os amigos.</p> <p>A nível laboral, a partir do momento em que se iniciaram as agressões, a utente já não conseguia trabalhar em condições, havia alturas que estava concentrada e outras não.</p>
<p>3. Denúncia</p> <p>3.A o próprio</p> <p>3.C outro</p>	<p>P.17) Alguma vez pediu ajuda ou apresentou queixa?</p>	<p>“Sim, eu fui apresentei queixa no meu trabalho e depois a minha chefe foi comigo ao hospital.”</p>	<p>A vítima falou com a chefe sobre a sua situação, e esta levou-a ao hospital.</p>
<p>3. Denúncia</p> <p>3.A o próprio</p>	<p>P.18) O que a levou a efetuar a denúncia?</p>	<p>“Eu nunca tive coragem de contar o que se estava a passar comigo (...) os meus colegas repararam e perguntaram-me o que é que tinha acontecido (...) Dias mais tarde chamaram-me ao escritório para saber o que se estava a passar comigo, mas eu não</p>	<p>A utente nunca teve coragem de falar sobre a situação que estava a viver, porém no trabalho começaram a desconfiar e a forçar a vítima para lhes</p>

		disse nada. Voltaram a chamar-me uma segunda vez, foi nessa altura que eu disse o que estava a acontecer.”	contar. Após algumas tentativas, a utente falou sobre o assunto.
4.Percurso Institucional 4.A instituição em que efetuou a denúncia	P.19) Em que instituição efetuou a denúncia?	“Foi no hospital.”	
4. Percurso Institucional 4.B opinião sobre o modo como foi recebida	P.20) Qual a sua opinião sobre o modo como foi recebida na instituição?	“Elas foram atenciosas.” “Sim, fui ouvida.”	A vítima sentiu-se acolhida e ouvida na instituição onde fez a denúncia.
3. Denúncia 3.E demora em efetuar a denúncia	P.21) Qual o motivo para a demora em tomar a decisão de fazer a denúncia?	“(…) é difícil queixarmo-nos, porque estamos com medo ou porque não queremos afastar o pai dos filhos.” “Estivemos juntos estes anos todos para que nenhum de nós ficasse sem o menino.”	A utente teve dificuldade em apresentar queixa porque tinha medo do agressor, assim como não queria que este ficasse sem o filho.

			Mantiveram-se vários anos juntos, para que nenhum dos pais ficasse sem o menino.
3. Denúncia 3.F pós denúncia	P.22) O que aconteceu após efetuar a denúncia?	“Depois de fazer a denúncia eu não pude regressar à minha casa. Nessa noite, eu fui para a casa da minha irmã e o “Sandro” ficou na casa da avó. Na manhã do dia seguinte, eu e uma senhora da CPCJ fomos busca-lo e seguimos para outra casa.”	Após efetuar a denúncia a utente e o menino não voltaram para casa, dormindo em casas separadas até ao dia seguinte. Na manhã, do dia seguinte, foram para uma Casa de Abrigo.
3. Denúncia 3.D apoio durante o processo	P.23) Durante o processo pediu ajuda a algum familiar ou amigo?	“(…) tive a ajuda dos meus colegas (…) dos meus chefes.” “(…) Lá toda a família dele sabe (…) Mas ninguém acreditou (…)”	Durante o processo a vítima contou com o apoio dos colegas de trabalho e dos chefes. A nível familiar a utente não contou com o apoio de ninguém pois não acreditavam nela.

<p>4. Percurso Institucional</p> <p>4.C. acolhimento em Casa de Abrigo</p>	<p>P.24) Como foi acolhida na Casa de Abrigo?</p>	<p>“Sim, quando chegamos, chegamos sem nada e (...) passado uma semana, deram-nos roupa, calçado e livros para a escola do “Sandro”.”</p>	<p>A vítima sentiu-se acolhida quando chegou à Casa de Abrigo, uma vez que lhe deram tudo aquilo que precisava.</p>
<p>4. Percurso Institucional</p> <p>4.C acolhimento em Casa de Abrigo</p>	<p>P.25) Está à quanto tempo na Casa de Abrigo?</p>	<p>“Faz-me seis.”</p> <p>“(…) uns dois meses mais ou menos.”</p>	<p>A utente entrou na primeira Casa de Abrigo há seis meses, e na Casa de Abrigo do Algarve está há dois meses.</p>
<p>4. Percurso Institucional</p> <p>4.C acolhimento em Casa de Abrigo</p> <p>4.C.2 adaptação</p>	<p>P.26) Como foi o processo de adaptação?</p>	<p>“Quando vamos para a Casa de Abrigo nós não sabemos para onde vamos, nem sabemos quem iremos encontrar (...) mas depois é tudo uma, uma experiência.”</p>	<p>O processo de adaptação à Casa de Abrigo, para a utente, foi uma experiência pois nunca se sabe para onde vai nem quem vamos encontrar.</p>
<p>4. Percurso Institucional</p> <p>4.C acolhimento em Casa de Abrigo</p>	<p>P.27) Quanto tempo ainda pode ficar nesta resposta social?</p>	<p>“(…) eu acho que o máximo eu acho que é seis meses (...)”</p>	<p>A utente considera que já atingiu o limite de tempo que pode ficar.</p>

4. Percurso Institucional 4.D contacto com a família	P.28) Conseguiu contactar, novamente, com a sua família?	“Não, quando eu estava na Casa de Abrigo do norte eu pedi a uma colega para me formatar o telemóvel, desde essa altura que fiquei sem os contactos que tinha.”	Quando a utente entrou na primeira Casa de Abrigo pediu para lhe formatarem o telemóvel, a partir desse momento ficou sem os contactos, o que fez com que não retomasse o contacto com a família.
5. Projeto de Vida	P.29) Qual o seu projeto de vida?	“(…) construir a minha vida com o meu filho e manter o trabalho.”	O projeto de vida da utente é reconstruir a sua vida, juntamente com o seu filho.
4. Percurso Institucional 4.C acolhimento em Casa de Abrigo 4.C.1 equipa técnica	P.30) De que forma a equipa técnica tem apoiado o seu projeto de vida?	“Têm ajudado naquilo que preciso.”	A equipa técnica tem apoiado o projeto de vida da utente, assim como a auxiliam naquilo que precisa.
4. Percurso Institucional 4.C acolhimento em Casa de Abrigo 4.C.3 impacto	P.31) De um modo geral qual o impacto que a Casa de Abrigo tem tido na sua vida?	“O impacto tem sido bom.”	A Casa de Abrigo têm tido um impacto positivo na vida da utente.

<p>6. Perspetivas Futuras</p>	<p>P.32) Que perspetivas é que tem para o futuro? Como se vê daqui a uns anos?</p>	<p>“(…) construir uma casa para mim e para o “Sandro” e manter o meu trabalho.”</p> <p>“Aqui as casas estão muito caras, não sei se vou ficar por aqui (...) Aqui só vive quem é rico.”</p> <p>“(…) porque quatrocentos na minha zona é um ordenado. (...) Lá ainda tinha as ajudas sociais, aqui não sei se tenho. (...) lá os quartos estão a duzentos e cinquenta/trezentos, aí já dá para uma mãe e um filho (...)”</p>	<p>As perspetivas para o futuro da utente é arranjar uma casa para ela e para o filho, e manter o seu trabalho.</p> <p>Como as casas no Algarve não se adequam ao orçamento familiar, a utente pondera em voltar para a zona de residência.</p>
-------------------------------	--	---	---

Apêndice 14 – Análise da Entrevista à “Sofia”

Legenda: unidades – P (pergunta) e S (significado).

Categorias – 1- contexto; 2- categorias da violência; 3- denúncia; 4- percurso institucional; 5- projeto de vida; 6- perspetivas futuras; 7- intervenção junto das utentes; 8- desafios sentidos pela equipa.

Categorias e Sub-categorias	Perguntas	Unidades de Registo	Unidades de Contexto
1. Contexto 1.A pessoal 1.A.1 naturalidade	P.1) De onde é natural?	“Ásia”	
1. Contexto 1.A pessoal 1.A.2 idade	P.2) Qual é a sua idade?	“Trinta e quatro”	
1. Contexto 1.A pessoal 1.A.3 grau de formação	P.3) Qual é o seu grau de formação?	“Mestrado (...)”	
1. Contexto 1.A pessoal 1.A.1 estado civil	P.4) Qual é o seu estado civil?	“(…) solteiro.”	A utente está solteira neste momento, mas já foi casada. Assim sendo, é divorciada.
1. Contexto 1.B familiar 1.B.1 filhos	P.5) Têm filhos?	“Sim, uma filha”	

1. Contexto 1.B familiar 1.B.1 filhos	P.6) Qual a idade dos seus filhos?	“(…) ela tem quatro anos (…)”	
1. Contexto 1.B familiar 1.B.1 trabalho	P.7) A sua filha/filho está consigo na Casa de Abrigo?	“Sim (…)”	
1. Contexto 1.C social 1.C.1 trabalho	P.8) No local onde vivia estava a trabalhar? Se sim, onde é que trabalhava?	“Sim (…). Eu sou professora (….) e também contabilista numa escola (….)”.	
4. Percurso Institucional 4.C acolhimento em Casa de Abrigo	P.9) Há quanto tempo está aqui no Algarve?	“Dois meses”	
4. Percurso Institucional 4.C acolhimento em Casa de Abrigo	P.10) Quais as razões que a levaram para o Algarve?	“(…) a doutora disse que aqui era mais seguro para mim. Porque o meu marido sabia a minha morada anterior.”	A utente veio para o Algarve por questões de segurança e proteção, uma vez que o marido sabia onde ela estava.
1. Contexto 1.B familiar	P.11) Como foi a sua infância?	“(…) com os meus pais era boa, igual com a mãe e com o pai.”	A infância foi boa, tinha um bom relacionamento com os pais.

1.B.2 relacionamento familiar na infância			
1. Contexto 1.B familiar 1.B.3 relacionamento familiar entre conjugues	P.12) Como era a sua relação familiar?	“Não era boa porque lá existe muita tradição e não há respeito para com as mulheres (...)”	O relacionamento entre conjugues não era saudável, pois não havia respeito para com a mulher.
1. Contexto 1.B familiar 1.B.3 relacionamento familiar entre conjugues	P. 13) Quanto tempo esteve nesse relacionamento?	“Eu casei-me na Ásia (...) até aqui cinco anos, mais ou menos (...)”	A utente casou-se no estrangeiro e este relacionamento durou cinco anos.
2. Categorias da violência 2.A física 2.B psicológica 2.D outro	P.14) De que género eram as agressões?	“(…) Levava os dias só a gritar, não fazia nada (...) Ele respeitava as outras mulheres, mas nunca respeitava a esposa, e quando tinha pessoal em casa também não me respeitava em nada. Quando não estava bem ele batia-mev(...)” “(…) Ele tinha só o décimo segundo ano e eu o mestrado (...) e, por isso, ele queria que eu	As agressões eram mais a nível psicológico, mas também existia a agressão física. Era frequente existir violência psicológica à frente de outras pessoas. O agressor era muito possessivo e controlador, pois queria que a vítima ficasse em casa e não a deixava conviver com outras pessoas.

		<p>ficasse em casa, como doméstica, o tempo todo. Não me deixava socializar e se eu o contrariasse ele era violento comigo (...)"</p> <p>"Mais psicológico."</p> <p>"(...) gravidez ele não me respeitava, chegando a bater-me (...)"</p>	<p>Em caso de ser contrariado, o ex-companheiro, tornava-se violento.</p> <p>Não havia respeito pela vítima, inclusive durante o período de gravidez, chegando a agredi-la.</p>
<p>2. Categorias da violência</p> <p>2.B psicológica</p>	<p>P.15) O seu companheiro também agredia os seus filhos?</p>	<p>"Não."</p> <p>"Mas fazia só comigo (...) A minha filha quando chorava para mim era uma tortura, então ele fazia coisas para ela chorar para a minha cabeça estar só a pensar nela, mas não batia nela (...) não me ajudava a cuidar da nossa filha (...).</p>	<p>O ex-marido não agredia fisicamente a filha, fazendo-o só com a esposa.</p> <p>O agressor sabia que quando a menina chorava era como se fosse uma tortura para a mãe, então usava a filha para atingir a esposa.</p>

			O companheiro não cuidava da filha.
1. Contexto 1.C social 1.C.1 trabalho 1.C.2 amigos 1.C.3 família	P.16) De que forma o ambiente familiar em que estava influenciava a sua vida?	“(…) com as agressões sofridas a minha mente não estava bem, então eu não queria falar com a minha família. No trabalho, quando a tua mente não está bem, queres fazer as coisas mas não consegues, tinha que terminar as coisas mas não conseguia. Então as coisas no meu trabalho e a relação com a minha família não estavam bem.”	O relacionamento influenciava negativamente a vida da utente. A nível laboral não conseguia terminar o trabalho proposto pois não se concentrava, e a nível familiar isolava-se, ou seja, não queria estar com a sua família.
3. Denúncia 3.A o próprio 3.C outro	P.17) Alguma vez pediu ajuda ou apresentou queixa?	“Sim, a minha família sabe da situação, mas está na Ásia (…) Eu falei com o médico e ele reportou o caso às entidades (…)”	A família sabia da situação da utente, mas como estava longe não poderia oferecer ajuda. A vítima pediu ajuda ao médico e este reporta o caso às autoridades.

<p>3. Denúncia</p> <p>3.A o próprio</p>	<p>P.18) O que a levou a efetuar a denúncia?</p>	<p>“A denúncia foi efetuada no médico e a partir daí enviaram-me para a casa abrigo, depois de lá estar é que eu falei com a polícia (...)”</p>	<p>A utente ia várias vezes ao médico porque ficava doente, o médico reparando no sucedido confrontou-a e a vítimas acabou por expor a situação. A partir desse momento o médico ajudou-a no processo.</p>
<p>4.Percurso Institucional</p> <p>4.A instituição em que efetuou a denúncia</p>	<p>P.19) Em que instituição efetuou a denúncia?</p>	<p>“A denúncia foi efetuada no médico (...)”</p>	
<p>4. Percurso Institucional</p> <p>4.B opinião sobre o modo como foi recebida</p>	<p>P.20) Qual a sua opinião sobre o modo como foi recebida na instituição?</p>	<p>Não foi feita esta pergunta.</p>	
<p>3. Denúncia</p> <p>3.E demora em efetuar a denúncia</p>	<p>P.21) Qual o motivo para a demora em tomar a decisão de fazer a denúncia?</p>	<p>“Porque eu estava grávida na altura (..) e sentia que não tinha força suficiente para lutar contra ele. Se eu me fosse embora não tinha dinheiro nem conhecia alguém que pudesse ficar comigo (...) Só tomei a decisão de o deixar depois que a minha filha nasceu, quando a vi sofrer por minha causa porque</p>	<p>A utente demorou algum tempo a efetuar a denúncia porque: estava grávida, não tinha dinheiro e, também, não conhecia pessoas que a pudessem ajudar.</p>

		não conseguia tomar conta dela e ele não me ajudava.”	O sofrimento causado à filha foi o que deu força à utente para deixar o marido e fazer a denúncia.
3. Denúncia 3.F pós denúncia	P.22) O que aconteceu após efetuar a denúncia?	“O médico marcou-me um encontro com uma organização, eu fui lá e falei com eles. Passado uma semana eles ligaram-me e disseram-me: “(...) se quiseres podemos colocar-te num lugar (não me lembro se falaram de casa abrigo ou não) onde as pessoas na tua situação ficam (...) Tu queres ou não?”. Disseram-me, também, que poderiam voltar a ligar no dia seguinte e eu disse que tinha que pensar, pois, tinha uma filha, e não é uma decisão que se tome rapidamente. No dia seguinte voltaram a ligar e eu disse que sim, e deixei a casa.”	Após ter efetuado a denúncia com o médico, este encaminhou-a para uma instituição na qual, a utente, apresenta a sua situação. Posto isto, a instituição arranhou-lhe uma Casa de Abrigo para ficar.
3. Denúncia 3.D apoio durante o processo	P.23) Durante o processo pediu ajuda a algum familiar ou amigo?	“Em Portugal não tinha ninguém para me ajudar, a minha família estava na Ásia (...) e	A utente não tinha ninguém que a pudesse ajudar durante o processo. A família estava no estrangeiro e a vítima em Portugal;

		às vezes falava com os meus amigos, mas não (...)”	quando pedia ajuda aos amigos, estes não ajudavam pois não queriam ter um mau relacionamento com o marido.
4. Percurso Institucional 4.C. acolhimento em Casa de Abrigo	P.24) Como foi acolhida na Casa de Abrigo?	<p>“Às vezes quando olho para as pessoas que estão na casa penso que não sou a única nesta situação (...) Outras vezes sinto-me uma estrangeira, sinto-me tão sozinha, não consigo falar bem o português com elas, e costumo estar à parte. Às vezes penso porque é que eu estou aqui e não posso ficar no meu país (...)”</p> <p>“Quando as outras crianças se afastam da minha filha porque ela fala mais o inglês do que o português (...) penso que tomei a decisão errada. Às vezes sinto que se eu ficasse em casa ele só me torturava a mim e</p>	Há momentos em que a vítima se sente à parte por ser estrangeira, acabando por se isolar. Há momentos em que pensa que tomou a decisão errada, pela forma que as outras crianças tratam a filha, achando que seria melhor que estivessem com o agressor. Existe, ainda, momentos em que se sente motiva a continuar. Contudo isto demonstra que a utente, na maioria das vezes, não se sente acolhida na Casa de Abrigo.

		agora todos estão a torturar-me, às vezes sinto-me assim.”	
4. Percurso Institucional 4.C acolhimento em Casa de Abrigo	P.25) Está à quanto tempo na Casa de Abrigo?	“(…) entrei à sete ou oito meses.”	
4. Percurso Institucional 4.C acolhimento em Casa de Abrigo 4.C.2 adaptação	P.26) Como foi o processo de adaptação?	<p>“Às vezes quando olho para as pessoas que estão na casa penso que não sou a única nesta situação (...) Outras vezes sinto-me uma estrangeira, sinto-me tão sozinha, não consigo falar bem o português com elas, e costumo estar à parte. Às vezes penso porque é que eu estou aqui e não posso ficar no meu país (...)”</p> <p>“Quando as outras crianças se afastam da minha filha porque ela fala mais o inglês do que o português (...) penso que tomei a decisão errada. Às vezes sinto que se eu ficasse em casa ele só me torturava a mim e</p>	Foi um processo de adaptação complicado pois, na maioria das vezes, a utente sente-se à parte.

		agora todos estão a torturar-me, às vezes sinto-me assim.”	
4. Percurso Institucional 4.C acolhimento em Casa de Abrigo	P.27) Quanto tempo ainda pode ficar nesta resposta social?	“Aqui nós podemos ficar até seis meses, eu cheguei à dois por isso penso que possa ficar mais quatro meses, mas não sei (...)”	A utente poderá ficar mais quatro meses.
4. Percurso Institucional 4.D contacto com a família	P.28) Conseguiu contactar, novamente, com a sua família?	“Sim eu falo com eles uma vez por semana (...)”	A utente conseguiu retomar o contacto com a família, mas com cuidado para não dizer onde está e, por esse motivo, sente que estão todos um pouco tensos.
5. Projeto de Vida	P.29) Qual o seu projeto de vida?	“Eu não tenho mais futuro porque cada vez que tento ele termina. Neste momento eu quero um lugar para ficar, para que eu me possa sentir livre (...) poder colocar a minha filha numa escola que fique perto, fazer uma caminhada. Eu quero uma vida simples (...)”	O Projeto de vida da utente é sair da casa abrigo e ter uma casa onde possa morar com a filha, onde possam refazer as suas vidas novamente. A utente sente-se desanimada quando ao futuro pois acha que tudo o que faz nunca dá certo.

<p>4. Percurso Institucional</p> <p>4.C acolhimento em Casa de Abrigo</p> <p>4.C.1 equipa técnica</p>	<p>P.30) De que forma a equipa técnica tem apoiado o seu projeto de vida?</p>	<p>“Sim, exatamente. Elas ajudam-me (...)”</p> <p>“(…) também ainda não comecei a procurar, mas a doutora já me perguntou se eu queria ajuda para encontrar.”</p>	<p>A equipa técnica tem dado o apoio necessário à reorganização do projeto de vida da utente.</p>
<p>4. Percurso Institucional</p> <p>4.C acolhimento em Casa de Abrigo</p> <p>4.C.3 impacto</p>	<p>P.31) De um modo geral qual o impacto que a Casa de Abrigo tem tido na sua vida?</p>	<p>“(…) Eu sou grata pela casa abrigo porque tenho lugar para ficar.”</p>	<p>A Casa de Abrigo tem um impacto positivo na vida da utente, esta sente gratidão por ter um sítio para ficar.</p>
<p>6. Perspetivas Futuras</p>	<p>P.32) Que perspetivas é que tem para o futuro? Como se vê daqui a uns anos?</p>	<p>“(…) mas eu quero ver uma pequena família na minha casa, fazer caminhadas e ter a minha filha feliz (...)”</p> <p>“(…) Eu quero ter a minha casa e poder dar um espaço à minha filha (...) Quero ficar num lugar e poder dizer isto é meu e quero dar esse espaço à minha filha.”</p>	<p>Quando a utente pensa no futuro, pensa em ter uma casa em conjunto com a sua filha, poder fazer caminhadas e ver a sua filha feliz.</p>

Apêndice 15 – Análise da Entrevista à Assistente Social

Legenda: unidades – P (pergunta) e S (significado).

Categorias – 1- contexto; 2- categorias da violência; 3- denúncia; 4– percurso institucional; 5– projeto de vida; 6– perspectivas futuras; 7- intervenção junto das utentes; 8- desafios sentidos pela equipa.

Categorias e Sub-categorias	Perguntas	Unidades de Registo	Unidades de Contexto
7. Intervenção junto das utentes 7.A apoio	P.1) De que forma o vosso trabalho contribui para a reorganização do projeto de vida das utentes?	“As casas abrigo, enquanto estrutura de acolhimento apenas resolvem temporariamente o problema relacionado com a habitação e a satisfação das necessidades mais básicas. Assim, a intervenção técnica possui um carácter impulsionador e facilitador da mudança da vítima, adequando-se à situação de cada utente.”	As Casas de Abrigo são estrutura de acolhimento que solucionam, temporariamente, os problemas relacionados com a habitação e satisfação das necessidades básicas (alimentação, dormida, entre outros). Porém é a intervenção da equipa técnica que possui um carácter impulsionador da reorganização do projeto de vida das utentes.

		<p>“ É neste ponto que se torna fulcral o trabalho de apoio e acompanhamento biopsicossocial que os profissionais da instituição desenvolvem, procurando enrizá-las no desenvolvimento das atividades de uma vida normalizante, como a procura ativa de emprego, a inserção nos menores em equipamentos escolares, o conhecimento e inserção na comunidade em que a casa de abrigo está inserida e na orientação de toda a logística que implica a descontextualização e a perda de tudo o que lhe foi familiar até então.”</p> <p>“(…) trabalhar todo um conjunto de competências e recursos pessoais, com vista a dotá-la de uma autonomia própria e independente.”</p>	<p>O trabalho desenvolvido pela equipa técnica, junto das utentes, está relacionado com a inserção na comunidade onde residem, a rotura com o passado e a reinserção nas atividades quotidianas.</p> <p>Todo o trabalho desenvolvido tem como objetivo o empoderamento das utentes.</p>
--	--	---	---

<p>7. Intervenção junto das utentes</p> <p>7.A apoio</p>	<p>P.2) As utentes conseguem reorganizar a sua vida ou existe algum retrocesso?</p>	<p>“Sim e não (...) passa essencialmente por a vítima não chegar ao acolhimento com falsas expetativas para que não se sinta defraudada e, por conseguinte, levar a desistir do processo de reconstrução de vida.”</p> <p>“Um acolhimento institucional neste tipo de estrutura acarreta várias implicações, pelo que a informação que antecede o acolhimento deve ser clara e objetiva, dando a conhecer direitos e deveres das utentes (...)”</p> <p>“(...) a informação prestada deverá ser objetiva e assertiva sem se tornar fatalista ou desencorajadora, não obstante, de não</p>	<p>A reorganização do projeto de vida varia de caso para caso, contudo o sucesso deste depende, especialmente, da transparência com a utente.</p> <p>Para o acolhimento em Casa de Abrigo é importante informar, previamente, a utente dos seus direitos e deveres, uma vez que o acolhimento acarreta diversas implicações.</p> <p>A informação transmitida à utente deve ser clara, objetiva e assertiva a fim de não suavizar ou desencorajar a integração em Casa de Abrigo.</p>
--	---	--	--

		se dever suavizar a realidade de integração em casa abrigo.”	
8. Desafios sentidos pela equipa 8.A como são geridos esses desafios	P.3) Quais são os desafios sentidos pela equipa e como é que vocês gerem esses desafios?	<p>“Neste sentido objetivo geral desta valência, é fornecer aos seus utilizadores um espaço securizante onde estejam garantidas todas as necessidades básicas elementares (...)”</p> <p>“Concomitantemente é prestado apoio psicológico, social, escolar, educacional, saúde e jurídico no processo de reformulação dos projetos de vida das utilizadoras. No entanto, são os mesmos aspetos positivos que levam ao reverso do sentimento, sendo referenciado como aspetos negativos o desenraizamento, clandestinidade e isolamento, preconceito e estigma, vivências partilhadas, controlo e vigilância e acomodação.”</p>	<p>O objetivo da Casa de Abrigo é fornecer um espaço onde seja garantida a satisfação de todas as necessidades básicas.</p> <p>É prestado apoio na reorganização do projeto de vida das utentes, porém este mesmo aspeto pode levar ao reverso do sentimento – isolamento, desenraizamento, clandestinidade, preconceito, estigma, vivências partilhadas, vigilância, controlo e acomodação.</p> <p>O maior desafio para as equipas de uma Casa de Abrigo é o sentimento de</p>

		<p>“É este sentimento de ambivalência que gera o maior desafio para as equipas de uma Casa de Abrigo se por um lado a integração em casa abrigo é, muitas das vezes, a única forma que as vítimas possuem de quebrar a relação de violência quando os seus recursos para o fazer de forma autónoma são nulos, por outro é a injustiça sentida e vivida de quem tudo deixa para trás.”</p> <p>“Estes são geridos essencialmente pela primazia de reuniões tidas com as utentes de forma a prestar/clarificar todas as dimensões de apoio psicológico, social, escolar, educacional, saúde e jurídico, sem nunca se distanciar dos princípios orientadores da sua profissão, com um princípio basilar de uma relação honesta e aberta, que permitirá criar um vínculo de confiança entre os técnicos e utente,</p>	<p>ambivalência, por um lado a rotura com a relação de violência e, por outro, a injustiça vivida e sentida de quem deixa tudo para trás.</p> <p>Os desafios são geridos através de reuniões com as utentes a fim de clarificar o apoio prestado, tendo sempre como base a transparência que permitirá criar um vínculo de confiança entre o profissional e a utente.</p>
--	--	--	---

		empatia e empoderamento na qual as vítimas sintam a disponibilidade dos profissionais para as ajudarem.”	
--	--	--	--

Apêndice 16 – Análise da Entrevista à Educadora Social

Legenda: unidades – P (pergunta) e S (significado).

Categorias – 1- contexto; 2- categorias da violência; 3- denúncia; 4– percurso institucional; 5– projeto de vida; 6– perspetivas futuras; 7- intervenção junto das utentes; 8- desafios sentidos pela equipa.

Categorias e Sub-categorias	Perguntas	Unidades de Registo	Unidades de Contexto
7. Intervenção junto das utentes 7.A apoio	P.1) De que forma o vosso trabalho contribui para a reorganização do projeto de vida das utentes?	“O nosso trabalho só contribui quando elas permitem que nós contribuimos para tal, normalmente é sempre um trabalho feito em parceria entre aquilo que elas gostariam e desejariam, e aquilo que comunicam	O trabalho realizado pela equipa técnica é feito em consonância com aquilo que as utentes desejariam e gostariam que acontecesse, porém nem sempre é

		<p>connosco e depois nós fomentamos, ajudamos, apoiamos (...) o nosso foco sempre é fazer a integração dos agregados na comunidade (...)"</p> <p>"(...) a reorganização do projeto de vida das utentes só é possível, e só acontecesse, quando realmente as utentes querem reorganizar-se aqui na zona (...) Há pessoas que, à projetos que passam por voltar pá anterior zona de residência, à projetos que passam por estar o mais longe possível da zona de residência."</p> <p>"(...) nem sempre é possível o que elas gostariam, mas quando à força de vontade acaba por se conseguir chegar a um meio termo (..)"</p>	<p>possível, procurando, quando a pessoa o permite, chegar a um meio termo.</p> <p>O trabalho das técnicas só é possível quando as utentes permitem que a equipa contribua para a reorganização do seu projeto de vida.</p> <p>Cada reorganização do projeto de vida é diferente, existe alguns que é voltar para a zona de residência e outros que é ficar longe da zona de residência. Contudo, a equipa só consegue fazer um trabalho efetivo quando a reorganização do projeto de vida passa por ficar na zona de residência da Casa de Abrigo, pois só assim consegue dar apoio.</p>
--	--	---	---

<p>8. Desafios sentidos pela equipa</p> <p>8.A como são geridos esses desafios</p>	<p>P.2) Quais são os desafios sentidos pela equipa e como é que vocês gerem esses desafios?</p>	<p>“(…) Isto muitas vezes nós acabamos por ser um escape e uma última linha, em que já mais ninguém, mais ninguém consegue apoiar/ajudar estas pessoas, isso depois trás muitas coisas boas como é obvio, quem realmente se quer reorganizar, mas também trás muitas questões de desilusão, de mágoa, de agressão. Os desafios são imensos, são imensos, nós costumamos dizer que se num ano tivermos um agregado que se reorganize, na comunidade, e que fique, e que saia realmente do deste sistema de violência doméstica, nós costumamos acreditar que o nosso trabalho tá feito por esse ano(…)”</p> <p>“(…) os desafios vão-se superando dia-a-dia, são imensos, são imensos (…)”</p>	<p>São muitos os desafios enfrentados pela equipa técnica, mas vão-se superando a cada dia.</p> <p>A Casa de Abrigo é considerada um escape, quando mais ninguém consegue ajudar as vítimas na reorganização do seu projeto de vida.</p> <p>A reorganização do projeto de vida é um processo que traz muitas coisas boas, mas também muitos dissabores (mágoa, desilusão, agressão, entre outros).</p> <p>É uma vitória, para a equipa técnica, quando, num ano, existe um agregado</p>
--	---	--	---

			que se reorganize e estabilize na comunidade.
--	--	--	---

Apêndice 17 – Análise à Entrevista da Psicóloga

Legenda: unidades – P (pergunta) e S (significado).

Categorias – 1- contexto; 2- categorias da violência; 3- denúncia; 4– percurso institucional; 5– projeto de vida; 6– perspectivas futuras; 7- intervenção junto das utentes; 8- desafios sentidos pela equipa.

Categorias e Sub-categorias	Perguntas	Unidades de Registo	Unidades de Contexto
7. Intervenção junto das utentes 7.A apoio	P.1) De que forma o vosso trabalho contribui para a reorganização do projeto de vida das utentes?	“(…) o objetivo exatamente é ajudar as utentes a reconstruirmo seu projeto de vida, ou seja, em que o projeto de vida poderá ser exatamente de forma a elas se organizarem internamente (...) terem aqui um espaço para elas pararem e repensarem naquilo que querem (...)”	O objetivo da Casa de Abrigo é ajudar na reorganização do projeto de vida da utente, sendo considerado um espaço onde a mesma poderá parar e repensar aquilo que quer para si, ou seja, organizar-se interiormente.

		<p>“(…) a ajuda nelas vai sempre no sentido duma parte mais psicossocial, psicológica em termos do trabalho, em termos do caso de terem filhos – da integração dos filhos no meio escolar, a procura, também, de habitação. E em determinadas situações, também é às vezes o objetivo é ajudar a elas a se organizarem, encontrarem aqui condições para retornarem à zona, que muitas vezes era a zona delas (…)”</p>	<p>A ajuda da equipa técnica é mais centrada numa parte psicossocial e psicológica, a fim de as ajudar a utentes e os filhos, caso existam, a se integrarem na comunidade onde estão inseridos.</p> <p>Em alguns casos, o objetivo é ajudar as utentes a terem condições para regressar à sua zona de residência.</p>
<p>7. Intervenção junto das utentes</p> <p>7.A apoio</p>	<p>P.2) As utentes conseguem reorganizar a sua vida ou existe algum retrocesso?</p>	<p>“(…) na maioria das vezes elas conseguem reorganizar a vida, agora é assim estamos a falar de pessoas e cada caso é um caso, e cada situação é uma situação (…)”</p> <p>“(…) e há uma característica que muitas vezes é comum em todas estas mulheres que é dependência afetiva (…)”</p>	<p>A maioria das utentes consegue reorganizar a sua vida, contudo é necessário ter em atenção que cada caso é um caso.</p> <p>É de considerar que a maioria das vítimas é dependente afetiva.</p>

		<p>“(…) elas conseguem realmente reorganizarem-se porque elas depois acabam, muitas vezes, por ter aqui uma relação de amor-ódio com o próprio agressor, à umas que podem ser muito radicais e dizem “eu não quero mais nada, e eu não quero voltar, então eu quero começar tudo de novo”. E começar tudo de novo muitas vezes significa ficar na zona onde elas estão em termos da casa abrigo, ou se não vão para outra zona totalmente diferente da zona de onde vieram pronto (…)</p> <p>depois temos outras pessoas que sim, que, entretanto, mesmo estas pessoas que se organizam em sítios diferentes, como têm esta relação de dependência, de certa forma com o agressor, às vezes acabam por voltar (…)”</p>	<p>Um outro aspeto a ter em atenção é que muitas vezes as utentes têm uma relação de amor-ódio com o agressor. Deste modo, existem algumas que são radicais e recomeçam do zero, na zona onde a casa de abrigo está inserida, ou vão para uma zona totalmente diferente daquela de onde vieram. Existem outras que se conseguem reorganizar, mas como têm uma relação de dependência com o agressor acabam por voltar.</p> <p>As utentes que regressam para o agressor continuam enamoradas pelo facto de terem uma relação com alguém. É difícil, para estas mulheres, viverem uma realidade que não estão habituadas. Ou seja, é difícil dar um salto no escuro uma</p>
--	--	--	---

		<p>“(…) continuam enamoradas pelo facto de ao ver, pelo facto de ter uma relação com alguém. Ou seja, é muito difícil para estas mulheres, elas já tão habituadas a esta vida, já estão habituadas a esta forma de estar, dar um salto no escuro muitas vezes é difícil (...). E às vezes é difícil pedir a estas mulheres para fazer uma coisas totalmente diferente, e há mulheres que em termos de estrutura psicológica conseguem fazer, e há outras que não conseguem, não porque não é uma questão de serem fracas, mas sim pelo uma questão exatamente “eu com aquilo sei com o que é que eu vou contar”, agora com o escuro, o dar o salto nas coisas que eu não conheço às vezes é muito complicado (...)”</p>	<p>vez que, ao voltarem para o agressor, já sabem com o que podem contar.</p> <p>É necessário perceber, também, que nem todas as vítimas que aparecem na Casa de Abrigo são vítimas de violência doméstica, às vezes aparecem vítimas de outra coisa, especialmente de questões sociais. Estas muitas vezes precisam de um sítio para estar, para parar e recomeçar.</p>
--	--	---	--

		<p>“(…) Depois também é preciso perceber, quando eu digo que cada caso é um caso, que é assim às vezes temos mesmo vítimas de violência doméstica e, no meio disto tudo, às vezes temos vítimas de outras coisas, sobretudo questões sociais. E às vezes temos que perceber que estas pessoas realmente às vezes o que precisam é de ter um sítio para estar e, às vezes, não é aqui a questão da violência doméstica, da agressão, às vezes é, muitas vezes, a questão de as pessoas precisarem de um sítio para estar e para a recomeçar, mas a maioria delas têm conseguido, sim.”</p>	
<p>8. Desafios sentidos pela equipa</p> <p>8.A como são geridos esses desafios</p>	<p>P.3) Quais são os desafios sentidos pela equipa e como é que vocês gerem esses desafios?</p>	<p>“(…) os maiores desafios que nós temos com elas é a capacidade de elas nos dizerem a verdade ou não (…)”</p>	<p>Um dos maiores desafios sentidos pela equipa é a capacidade de as utentes lhes dizerem a verdade ou não. No caso de não lhes dizerem a verdade, o projeto de vida sairá ao contrário do esperado.</p>

		<p>“(…) nós temos sempre dois desafios que são as adultas e as crianças. Eu costumo dizer que as crianças têm que levar sempre coisas boas, pelo menos da casa abrigo levam as coisas boas, no sentido o que é que é uma família, o que é o afeto, o que é que o carinho, o que é que é a brincadeira, não é? Pronto. Isto é um dos nossos desafios que é fazer com que estas crianças, pelo menos durante um tempo, percebam “a felicidade também existe, eu também tenho direito apesar de vir de um ambiente complicado (...)”</p> <p>“(…) desafios das mães, não é? Destas mulheres que, que às vezes são pessoas que são lutadoras que realmente querem, e outras vezes temos mulheres extremamente manipuladoras e perante a manipulação nós temos que lidar com as coisas no dia-a-dia, e fazer também um</p>	<p>A equipa também tem outros dois desafios, as adultas, e mães, e as crianças. No caso das crianças o desafio é que elas percebam o sentido de família, afeto, carinho, brincadeira e, também, que entendam que podem ser felizes apesar de terem vivido num ambiente complicado. No caso das adultas e mães, o desafio é de saber lidar com a pessoa que tem à frente e que elas percebam que aquele período é para parar e para refletir.</p>
--	--	--	--

		jogo de cintura com elas (...) E os nossos desafios são parte muito disto que é: saber lidar com a pessoa que temos à frente, saber proporcionar-lhes um tempo para pararem e pensarem na vida (...)”	
--	--	---	--